

Maysa Polcristi*

REPORTAGEM
 redacao@correio24horas.com.br

Os proprietários de veículos têm até o próximo dia 10 para pagar integralmente o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com 20% de desconto. Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), 115,7 mil baianos já quitaram o tributo, o que representa 35% a mais em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única. O desconto oferecido pelo governo do estado este ano dobrou em relação aos 10% concedidos em 2021.

O pagamento do imposto em 2022 também veio com outras novidades. Quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento – que varia de acordo com o final da placa – terá 10% de desconto, o dobro se comparado aos outros anos. Além disso, o número de parcelas aumentou para cinco a partir de março, enquanto que anteriormente o prazo era de três vezes.

“O valor venal do veículo usado aumentou cerca de 23% na Bahia. Pensando nisso, o governo do estado resolveu ampliar o desconto e o número de parcelas, para poder compensar o aumento do imposto”, explica a gerente de IPVA da Sefaz-BA, Aline Lessa. Segundo a secretaria, ao final de 2021, cerca de 307 mil contribuintes estavam com o IPVA atrasado no estado.

O planejador financeiro Raphael Carneiro diz que, para quem pode desembolsar, o pagamento integral com o desconto de 20% compensa. “Tendo o dinheiro para pagar a vista vale a pena. Mas é importante frisar que precisa ter o dinheiro. Não vale a pena pegar um empréstimo para pagar porque vai sair mais caro do que o desconto”, afirma.

A engenheira de produção Jéssica Melo preferiu pagar integralmente o imposto do seu Chevrolet Prisma 2018 logo no primeiro mês do ano. “Preferi quitar o valor integral por uma questão de organização financeira. Se você tem uma reserva ou se programa para esse custo, vale a pena”, conta ela. Com os 20% de abatimento, ela desembolsou R\$ 1.126,20.

Na construtora em que atua como especialista em gestão de frotas, há três anos o pagamento do IPVA dos 43 veículos é feito integralmente no início do ano. Segundo Jéssica Melo, o valor pago em 2022 foi de cerca de R\$ 82 mil, com uma economia de R\$ 14,8 mil graças ao desconto.

“Em 2019 pagamos por placa ao longo do ano. Taticamente falando, a empresa precisou montar um cronograma de pagamentos mensais para não perder os prazos, além de não obter os descontos”, lembra.

●● O governo do estado resolveu ampliar o desconto e o número de parcelas, para poder compensar o aumento do imposto
Aline Lessa
 Gerente de IPVA da Sefaz-BA

●● Tendo o dinheiro para pagar a vista vale a pena. Não vale a pena pegar um empréstimo porque vai sair mais caro do que o desconto
Raphael Carneiro
 Planejador financeiro

●● Preferi quitar o valor integral por uma questão de organização. Se você tem uma reserva ou se programa para esse custo, vale a pena
Jéssica Melo
 Engenheira de produção



De acordo com o fisco estadual, a frota tributável da Bahia é de cerca de 2,2 milhões de veículos

Baiano corre para pagar o IPVA com 20% de desconto

Mais de 115 mil proprietários de veículos, em todo o estado, já quitaram o tributo

CÁLCULO

O IPVA é um imposto estadual e pode ser calculado com uma simples multiplicação. Basta checar o valor do veículo na tabela Fipe, que leva em consideração o preço que o veículo custava em setembro do último ano, e multiplicar pelo percentual da alíquota cobrada no estado. No caso da Bahia, a alíquota é de 3% para veículos movidos a diesel e 2,5% quando movido a outros tipos de combustíveis. É possível consultar o valor do IPVA no site da Sefaz.

Quem também aproveitou o desconto para quitar o IPVA foi Mateus Carvalho. Ele teve uma economia de R\$ 177,75 no tributo de um Ford Focus Titanium 2013. “A diferença era de quase R\$ 200. Eu fui guardando o dinheiro ao longo do ano passado para quitar sem pesar tanto no meu orçamento do mês”, conta. Para o plane-

jador financeiro Raphael Carneiro, o ideal é que os contribuintes se organizem durante o ano: “O IPVA é uma despesa que não pega de surpresa porque vai existir todos os anos”.

O advogado Pedro Henrique Santos explica que se um motorista for pego em uma blitz com o pagamento do licenciamento, o qual é cobrado juntamente com o IPVA, vencido, o veículo é apreendido. “Para conseguir a retirada do veículo do pátio da apreensão, o proprietário terá que quitar todos os débitos, inclusive com juros e multas pelo não pagamento na data do vencimento. Além de serviço de reboque e diárias”, diz. Pedro Henrique ainda destaca que o entendimento do Supremo Tribunal Federal é que a apreensão do veículo por falta de pagamento da taxa anual é constitucional.

*COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

Valor do tributo sofreu um reajuste de até 35,3%

A depender do modelo do veículo, o valor do IPVA na Bahia apresentou este ano um aumento de até 35,3%. A escalada no valor do tributo não é comum, uma vez que ele é calculado com base no valor de mercado dos carros usados, que costuma diminuir com o passar do tempo. Porém, a pandemia causou falhas estruturais na produção de veículos, o que valorizou os carros usados.

“A fabricação de veículos novos, por causa da falta de matérias-primas para confecção, atrelado ao alto custo de produção, desencadeou os aumentos substanciais em seus valores de venda. Consequentemente, em virtude dessa escassez, houve uma grande valorização dos veículos usados, desencadeando assim o expressivo aumento do valor do IPVA”, explica o advogado Pedro Henrique Santos.

A engenheira Jéssica Melo foi uma das pessoas que sentiu o aumento do imposto. Segundo ela, veículos da mesma categoria e ano que o dela, um Chevrolet Prisma, tiveram um aumento de até 21%. Confira os preços dos IPVAs de alguns dos carros mais vendidos na Bahia em 2021: Gol 1.0 (R\$ 1.461,52), Hb20 Evolution 1.0 (R\$ 1.630,55), Fiat Strada Endurance 1.4 (R\$ 1.102,15) e Onix Hatch 1.0 (R\$ 1.500,30).

FIQUE ATENTO

20% de desconto para quitar o IPVA até o dia 10/2

10% de desconto ao pagar o valor integral na data da primeira cota do parcelamento

50% do valor do imposto arrecadado é destinado ao município em que o veículo está cadastrado. A outra metade fica com o governo estadual

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Siccoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática

Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o IPVA

Mais informações estão disponíveis no site da Sefaz ou via 0800 071 0071 e fale-conosco@sefaz.ba.gov.br

Mais de 115 mil baianos quitaram IPVA com desconto de 20%



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Da Redação

A dez dias para o fim do prazo de pagamento do IPVA com 20% de desconto, 115,7 mil baianos já quitaram o tributo em 2022. O número representa, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), um incremento de 35% em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única.

O desconto de 20% oferecido pelo Governo do Estado, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro.

Já quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo, também terá o dobro de desconto em comparação aos anos anteriores.

O abatimento, que neste caso era de 5%, em 2022 é de 10%. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios

anteriores o prazo era de três vezes.

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento.

Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o pagamento do IPVA, que representa a segunda fonte de **arrecadação** tributária do Estado. De acordo com o fisco estadual, o valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

adblock ativo

Publicações relacionadas

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Prazo de pagamento do IPVA com 20% de desconto vai até o dia 10 deste mês

MAYSA POLCRI* FEBRUARY 02, 2022



Os proprietários de veículos têm até o próximo dia 10 para pagar integralmente o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com 20% de desconto. Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), 115,7 mil baianos já quitaram o tributo, o que representa 35% a mais do que os que pagaram o valor integral no mesmo período do ano passado. O desconto oferecido pelo governo do estado este ano dobrou em relação aos 10% concedidos em 2021.

O pagamento do imposto em 2022 também veio com outras novidades. Quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento - que varia de acordo com o final da placa do veículo - terá

10% de desconto, o dobro se comparado aos outros anos. Além disso, o número de parcelas aumentou para cinco vezes a partir de março, enquanto que anteriormente o prazo era de três vezes.

“O valor venal do veículo usado aumentou cerca de 23% na Bahia. Pensando nisso, o governo do estado resolveu ampliar o desconto e o número de parcelas, para poder compensar o aumento do imposto. Dentro das perspectivas dos anos anteriores, tínhamos uma depreciação no valor dos veículos usados”, explica a gerente de IPVA da Sefaz-BA, Aline Lessa. Segundo a secretaria, ao final de 2021, cerca de 307 mil contribuintes estavam com o IPVA atrasado no estado.

O planejador financeiro Raphael Carneiro crava que, para quem pode desembolsar, o pagamento integral com o desconto de 20% compensa. “Tendo o dinheiro para pagar a vista vale a pena. Mas é importante frisar que precisa ter o dinheiro. Não vale a pena pegar um empréstimo para pagar porque vai sair mais caro do que o desconto”, afirma.

A engenheira de produção Jéssica Melo preferiu pagar integralmente o imposto do seu Chevrolet Prisma 2018 logo no primeiro mês do ano. “Preferi quitar o valor integral por uma questão de organização financeira. Se você tem uma reserva ou se programa para esse custo, vale a pena”, diz. Desde que realizou ajustes financeiros em 2020, tem guardado um valor aproximado para o custo no início do ano. Com os 20% descontados, desembolsou R\$ 1.126,20.

Na construtora em que atua como especialista em gestão de frotas, há três anos o pagamento do IPVA dos 43 veículos é feito integralmente no início do ano. Segundo Jéssica Melo, o valor pago em 2022 foi de cerca de R\$ 82 mil, com uma economia de R\$ 14,8 mil graças ao desconto. “Em 2019

pagamos por placa ao longo do ano. Taticamente falando, a empresa precisou montar um cronograma de pagamentos mensais para não perder os prazos, além de não obter os descontos”, relembra a engenheira.

O IPVA é um imposto estadual e pode ser calculado com uma simples multiplicação. Basta checar o valor do veículo na tabela FIPE, que leva em consideração o preço que o veículo custava em setembro do último ano, e multiplicar pelo percentual da alíquota cobrada no estado. No caso da Bahia, a alíquota é de 3% para veículos movidos a óleo diesel e 2,5% quando movido a outros tipos de combustíveis. É possível consultar o valor do seu IPVA no site da secretaria da Fazenda do estado.

Quem também aproveitou o desconto para quitar o IPVA foi o morador de Salvador Mateus Carvalho. Teve uma economia de R\$ 177,75 no seu carro, um Ford Focus Titanium 2013. “A diferença era de quase R\$ 200 e eu fui guardando um dinheirinho ao longo do ano passado para quitar sem pesar tanto no meu orçamento do mês”, conta. Para o planejador financeiro Raphael Carneiro, o ideal é que os contribuintes se organizem durante o ano: “O IPVA é uma despesa que não pega de surpresa porque vai existir todos os anos”.

O advogado Pedro Henrique Santos explica que se um motorista for pego em uma blitz com o pagamento do licenciamento, o qual é cobrado juntamente com o IPVA, vencido, o veículo é apreendido. “Para conseguir a retirada do veículo do pátio da apreensão, o proprietário terá que quitar todos os débitos, inclusive com juros e multas pelo não pagamento na data do vencimento. Além de serviço de reboque e diárias”, ressalta o advogado.

Pedro Henrique ainda destaca que o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) é que a apreensão do veículo por falta de pagamento da taxa

anual é constitucional. A gerente de IPVA Aline Lessa lembra que 50% do valor do imposto arrecadado é destinado ao município em que o veículo está cadastrado. A outra metade fica com o governo estadual: “O valor vai para o orçamento do estado e entra no campo de toda arrecadação do tesouro. Podendo ser aplicado na infraestrutura, saúde, educação, entre outros”.

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO - IPVA 2022								
FINAL	PARCELAMENTO					PAGAMENTO EM COTA ÚNICA		
	1ª COTA	2ª COTA	3ª COTA	4ª COTA	5ª COTA	COM DESCONTO DE 20%	COM DESCONTO DE 10%	SEM DESCONTO
1	30/03/2022	28/04/2022	30/05/2022	29/06/2022	28/07/2022	10/02/2022	30/03/2022	28/07/2022
2	31/03/2022	29/04/2022	31/05/2022	30/06/2022	29/07/2022	10/02/2022	31/03/2022	29/07/2022
3	28/04/2022	27/05/2022	29/06/2022	28/07/2022	30/08/2022	10/02/2022	28/04/2022	30/08/2022
4	29/04/2022	30/05/2022	30/06/2022	29/07/2022	31/08/2022	10/02/2022	29/04/2022	31/08/2022
5	30/05/2022	29/06/2022	28/07/2022	30/08/2022	29/09/2022	10/02/2022	30/05/2022	29/09/2022
6	31/05/2022	30/06/2022	29/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	10/02/2022	31/05/2022	30/09/2022
7	29/06/2022	28/07/2022	30/08/2022	29/09/2022	27/10/2022	10/02/2022	29/06/2022	27/10/2022
8	30/06/2022	29/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	28/10/2022	10/02/2022	30/06/2022	28/10/2022
9	28/07/2022	30/08/2022	29/09/2022	27/10/2022	29/11/2022	10/02/2022	28/07/2022	29/11/2022
0	29/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	28/10/2022	30/11/2022	10/02/2022	29/07/2022	30/11/2022

Valorização dos carros usados é responsável pelo aumento do IPVA de 2022

O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) na Bahia chega a 35,3% este ano. A escalada no valor do tributo não é comum, uma vez que ele é calculado com base no valor de mercado dos carros usados, que costuma diminuir. Porém, a pandemia causou falhas estruturais na produção de veículos, o que valorizou os carros usados.

“A fabricação de veículos novos, por causa da falta de matérias-primas para confecção, atrelado ao alto custo de produção, desencadeou os aumentos substanciais em seus valores de venda. Consequentemente, em virtude dessa escassez, houve uma grande valorização dos veículos usados, inclusive na

tabela FIPE, desencadeando assim o expressivo aumento do valor do IPVA”, elucida o advogado Pedro Henrique Santos.

A engenheira Jéssica Melo foi uma das pessoas que sentiu o aumento do imposto. Segundo ela, veículos da mesma categoria e ano que o dela, um Chevrolet Prisma, tiveram um aumento de até 21%. Confira os preços dos IPVAs de alguns dos carros mais vendidos na Bahia em 2021: Gol 1.0 (R\$ 1.461,52), Hb20 Evolution 1.0 (R\$ 1.630,55), Fiat Strada Endurance 1.4 (R\$ 1.102,15) e Onix Hatch 1.0 (R\$ 1.500,30).

*Em tempos de coronavírus e desinformação, o CORREIO continua produzindo diariamente informação responsável e apurada pela nossa redação que escreve, edita e entrega notícias nas quais você pode confiar. Assim como o de tantos outros profissionais ligados a atividades essenciais, **nosso trabalho tem sido maior do que nunca**. Colabore para que nossa equipe de jornalistas seja mantida para entregar a você e todos os baianos conteúdo profissional. [Assine o jornal](#).*

<https://outline.com/KEYgd5>

COPY

 Annotations

 Report a problem

Outline is a free service for reading and annotating news articles. We remove the clutter so you can analyze and comment on the content. In today's climate of widespread misinformation, Outline empowers readers to verify the facts.

[HOME](#) · [TERMS](#) · [PRIVACY](#) · [DMCA](#) · [CONTACT](#)

IPVA 2022 com desconto de 20% já foi quitado por 115 mil baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Faltando dez dias para o fim do prazo de pagamento do **IPVA** 2022 com 20% de desconto, 115,7 mil baianos já quitaram o tributo. Este número representa, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), um incremento de 35% em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única.

O desconto de 20% oferecido pelo Governo do Estado, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro. Já quem deixar para fazer a quitação integral do **IPVA** na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo, também terá o dobro de desconto em comparação aos anos anteriores. O abatimento, que neste caso era de 5%, em 2022 é de 10%. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes.

O pagamento do **IPVA** pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam

para ter acesso ao valor e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática.

Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o pagamento do **IPVA**, que representa a segunda fonte de **arrecadação** tributária do Estado. De acordo com o **fisco** estadual, o valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Este ano, a opção de parcelamento do imposto, que estará disponível a partir de março, traz outra boa notícia para o contribuinte: será possível dividir o valor do **IPVA** em cinco vezes, número também maior que as três vezes dos anos anteriores.

Para pagar de forma fracionada, basta observar a data da primeira cota no calendário do **IPVA** 2022 e realizar o pagamento, nos bancos credenciados, do valor correspondente à parcela devida. Placas de final 1, por exemplo, devem realizar o pagamento da primeira cota no dia 30 de março. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120,00. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO, Arrecadação, IPVA

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 02/02/2022	Coluna: Economia



IPVA COM 20% DE DESCONTO VAI ATÉ O DIA 10 DESTE MÊS



2 Fevereiro, 2022

Os proprietários de veículos têm até o próximo dia 10 para pagar integralmente o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com 20% de desconto. Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), 115,7 mil baianos já quitaram o tributo, o que representa 35% a mais do que os que pagaram o valor integral no mesmo período do ano passado. O desconto oferecido pelo governo do estado este ano dobrou em relação aos 10% concedidos em 2021.

O pagamento do imposto em 2022 também veio com outras novidades. Quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento – que varia de acordo com o final da placa do veículo – terá 10% de desconto, o dobro se comparado aos outros anos. Além disso, o número de parcelas aumentou para cinco vezes a partir de março, enquanto que anteriormente o prazo era de três vezes.

“O valor venal do veículo usado aumentou cerca de 23% na Bahia. Pensando nisso, o governo do estado resolveu ampliar o desconto e o número de parcelas, para poder compensar o aumento do imposto. Dentro das perspectivas dos anos anteriores, tínhamos uma depreciação no valor dos veículos usados”, explica a gerente de IPVA da Sefaz-BA, Aline Lessa. Segundo a secretaria, ao final de 2021, cerca de 307 mil contribuintes estavam com o IPVA atrasado no estado.

O planejador financeiro Raphael Carneiro crava que, para quem pode desembolsar, o pagamento integral com o desconto de 20% compensa. “Tendo o dinheiro para pagar a vista vale a pena. Mas é importante frisar que precisa ter o dinheiro. Não vale a pena pegar um empréstimo para pagar porque vai sair mais caro do que o desconto”, afirma.

A engenheira de produção Jéssica Melo preferiu pagar integralmente o imposto do seu Chevrolet Prisma 2018 logo no primeiro mês do ano. “Preferi quitar o valor integral por uma questão de organização financeira. Se você tem uma reserva ou se programa para esse custo, vale a pena”, diz. Desde que realizou ajustes financeiros em 2020, tem guardado um valor aproximado para o custo no início do ano. Com os 20% descontados, desembolsou R\$ 1.126,20.

Na construtora em que atua como especialista em gestão de frotas, há três anos o pagamento do IPVA dos 43 veículos é feito integralmente no início do ano. Segundo Jéssica Melo, o valor pago em 2022 foi de cerca de R\$ 82 mil, com uma economia de R\$ 14,8 mil graças ao desconto. “Em 2019 pagamos por placa ao longo do ano. Taticamente falando, a empresa precisou montar um cronograma de pagamentos mensais para não perder os prazos, além de não obter os descontos”, relembra a engenheira.

O IPVA é um imposto estadual e pode ser calculado com uma simples multiplicação. Basta checar o valor do veículo na tabela FIPE, que leva em consideração o preço que o veículo custava em setembro do último ano, e multiplicar pelo percentual da alíquota cobrada no estado. No caso da Bahia, a alíquota é de 3% para veículos movidos a óleo diesel e 2,5% quando movido a outros tipos de combustíveis. É possível consultar o valor do seu IPVA no site da secretaria da Fazenda do estado.

Quem também aproveitou o desconto para quitar o IPVA foi o morador de Salvador Mateus Carvalho. Teve uma economia de R\$ 177,75 no seu carro, um Ford Focus Titanium 2013. “A diferença era de quase R\$ 200 e eu fui guardando um dinheirinho ao longo do ano passado para quitar sem pesar tanto no meu orçamento do mês”, conta. Para o planejador financeiro Raphael Carneiro, o ideal é que os contribuintes se organizem durante o ano: “O IPVA é uma despesa que não pega de surpresa porque vai existir todos os anos”.

O advogado Pedro Henrique Santos explica que se um motorista for pego em uma blitz com o pagamento do licenciamento, o qual é cobrado juntamente com o IPVA, vencido, o veículo é apreendido. “Para conseguir a retirada do veículo do pátio da apreensão, o proprietário terá que quitar todos os débitos, inclusive com juros e multas pelo não pagamento na data do vencimento. Além de serviço de reboque e diárias”, ressalta o advogado.

Pedro Henrique ainda destaca que o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) é que a apreensão do veículo por falta de pagamento da taxa anual é constitucional. A gerente de IPVA Aline Lessa lembra que 50% do valor do imposto arrecadado é destinado ao município em que o veículo está cadastrado. A outra metade fica com o governo estadual: “O valor vai para o orçamento do estado e entra no campo de toda arrecadação do tesouro. Podendo ser aplicado na infraestrutura, saúde, educação, entre outros”.

Foto: divulgação



IPVA 2022 com desconto de 20% já foi quitado por 115 mil baianos

1 fevereiro 2022

Foto: Paula Fróes/GOVBA

A dez dias para o fim do prazo de pagamento do IPVA 2022 com 20% de desconto, 115,7 mil baianos já quitaram o tributo. Esse número representa, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), um incremento de 35% em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única.

O desconto de 20% oferecido pelo Governo do Estado, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro. Já quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo, também terá o dobro de desconto em comparação aos anos anteriores. O abatimento, que neste caso era de 5%, em 2022 é de 10%. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes.

“A ampliação do desconto e o aumento do número de parcelas têm como objetivo melhorar as condições disponíveis para o contribuinte e proteger os proprietários de veículos dos efeitos da inflação, que nos últimos meses voltou a ser alvo de preocupação para os brasileiros e repercute no mercado de veículos”, explica o diretor de arrecadação da Sefaz-Ba, Augusto Guenem.

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no [site da Sefaz](#) ou via 0800 071 0071 e faleconosco@sefaz.ba.gov.br.

Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o pagamento do IPVA, que representa a segunda fonte de arrecadação tributária do Estado. De acordo com o fisco estadual, o valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Parcelamento em cinco vezes

Este ano, a opção de parcelamento do imposto, que estará disponível a partir de março, traz outra boa notícia para o contribuinte: será possível dividir o valor do IPVA em cinco vezes, número também maior que as três vezes dos anos anteriores.

Para pagar de forma fracionada, basta observar a data da primeira cota no calendário do IPVA 2022 e realizar o pagamento, nos bancos credenciados, do valor correspondente à parcela devida. Placas de final 1, por exemplo, devem realizar o pagamento da primeira cota no dia 30 de março. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes.

Fonte: Ascom/Sefaz

IPVA 2022 com desconto de 20% já foi quitado por 115 mil baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Faltando dez dias para o fim do prazo de pagamento do IPVA 2022 com 20% de desconto, 115,7 mil baianos já quitaram o tributo. Este número representa, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), um incremento de 35% em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única.

O desconto de 20% oferecido pelo Governo do Estado, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro. Já quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo, também terá o dobro de desconto em comparação aos anos anteriores. O abatimento, que neste caso era de 5%, em 2022 é de 10%. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes.

'A ampliação do desconto e o aumento do número de parcelas têm como objetivo melhorar as condições disponíveis para o contribuinte e proteger os

proprietários de veículos dos efeitos da inflação, que nos últimos meses voltou a ser alvo de preocupação para os brasileiros e repercute no mercado de veículos', explica o diretor de **arrecadação** da Sefaz-Ba, Augusto Guenem.

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento.

Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no www.sefaz.ba.gov.br ou via 0800 071 0071 e faleconosco@sefaz.ba.gov.br.

Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o pagamento do IPVA, que representa a segunda fonte de **arrecadação** tributária do Estado. De acordo com o fisco estadual, o valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Parcelamento em cinco vezes

Este ano, a opção de parcelamento do imposto, que estará disponível a partir de março, traz outra boa notícia para o contribuinte: será possível dividir o valor do IPVA em cinco vezes, número também maior que as três vezes dos anos anteriores.

Para pagar de forma fracionada, basta observar a data da primeira cota no calendário do IPVA 2022 e realizar o pagamento, nos bancos credenciados, do valor correspondente à parcela devida. Placas de final 1, por exemplo, devem realizar o pagamento da primeira cota no dia 30 de março. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120,00. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes.

IPVA 2022 com desconto de 20% já foi quitado por 115 mil baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A dez dias para o fim do prazo de pagamento do **IPVA** 2022 com 20% de desconto, 115,7 mil baianos já quitaram o tributo. Esse número representa, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), um incremento de 35% em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única.

O desconto de 20% oferecido pelo Governo do Estado, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro. Já quem deixar para fazer a quitação integral do **IPVA** na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo, também terá o dobro de desconto em comparação aos anos anteriores. O abatimento, que neste caso era de 5%, em 2022 é de 10%. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes.

'A ampliação do desconto e o aumento do número de parcelas têm como objetivo melhorar as condições disponíveis para o contribuinte e proteger os

proprietários de veículos dos efeitos da inflação, que nos últimos meses voltou a ser alvo de preocupação para os brasileiros e repercute no mercado de veículos', explica o diretor de **arrecadação** da Sefaz-Ba, Augusto Guenem.

O pagamento do **IPVA** pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no site da Sefaz ou via 0800 071 0071 e

Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o pagamento do **IPVA**, que representa a segunda fonte de **arrecadação** tributária do Estado. De acordo com o **fisco** estadual, o valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Parcelamento em cinco vezes

Este ano, a opção de parcelamento do imposto, que estará disponível a partir de março, traz outra boa notícia para o contribuinte: será possível dividir o valor do **IPVA** em cinco vezes, número também maior que as três vezes dos anos anteriores.

Para pagar de forma fracionada, basta observar a data da primeira cota no calendário do **IPVA** 2022 e realizar o pagamento, nos bancos credenciados, do valor correspondente à parcela devida. Placas de final 1, por exemplo, devem realizar o pagamento da primeira cota no dia 30 de março. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes.

Fonte: Ascom/Sefaz

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da

115 mil baianos aproveitam desconto e já quitaram IPVA 2022



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Crédito: Divulgação

Faltando dez dias para o fim do prazo de pagamento do **IPVA** 2022 com 20% de desconto o número de baianos que aproveitaram a vantagem já é 35% maior do que os de 2021.

A saber, ao todo, 115,7 mil baianos já quitaram o imposto junto à Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), que divulgou os dados.

Dessa forma, o desconto de 20% é oferecido pelo **governo da Bahia**, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro.

Assim, quem escolher deixar para fazer a quitação integral do **IPVA** na data da primeira cota do parcelamento também terá o dobro de desconto em comparação ao oferecido em anos anteriores. Neste caso, o abatimento passou de 5% para 10% em 2022. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes.

"A ampliação do desconto e o aumento do número de parcelas têm como objetivo melhorar as condições disponíveis para o contribuinte e proteger os proprietários de veículos dos efeitos da inflação, que nos últimos meses voltou a ser alvo de preocupação para os brasileiros e repercute no mercado de veículos", explica o diretor de **arrecadação** da Sefaz-Ba, Augusto Guenem.

Por fim, é bom lembrar que o pagamento do **IPVA** pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. Além disso, é necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, IPVA

IPVA 2022 com desconto de 20% já foi quitado por 115 mil baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação BSF

A dez dias para o fim do prazo de pagamento do **IPVA** 2022 com 20% de desconto, 115,7 mil baianos já quitaram o tributo. Esse número representa, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), um incremento de 35% em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única.

O desconto de 20% oferecido pelo Governo do Estado, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro. Já quem deixar para fazer a quitação integral do **IPVA** na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo, também terá o dobro de desconto em comparação aos anos anteriores. O abatimento, que neste caso era de 5%, em 2022 é de 10%. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes.

'A ampliação do desconto e o aumento do número de

parcelas têm como objetivo melhorar as condições disponíveis para o contribuinte e proteger os proprietários de veículos dos efeitos da inflação, que nos últimos meses voltou a ser alvo de preocupação para os brasileiros e repercute no mercado de veículos', explica o diretor de **arrecadação** da Sefaz-Ba, Augusto Guenem.

O pagamento do **IPVA** pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no site da Sefaz ou via 0800 071 0071 e faleconosco@sefaz.ba.gov.br.

Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o pagamento do **IPVA**, que representa a segunda fonte de **arrecadação** tributária do Estado. De acordo com o **fisco** estadual, o valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Parcelamento em cinco vezes

Este ano, a opção de parcelamento do imposto, que estará disponível a partir de março, traz outra boa notícia para o contribuinte: será possível dividir o valor do **IPVA** em cinco vezes, número também maior que as três vezes dos anos anteriores.

Para pagar de forma fracionada, basta observar a data da primeira cota no calendário do **IPVA** 2022 e realizar o pagamento, nos bancos credenciados, do valor correspondente à parcela devida. Placas de final 1, por exemplo, devem realizar o pagamento da primeira cota no dia 30 de março. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes.

Fonte: Ascom/Sefaz / Foto: Paula Fróes/GOVBA

O post **IPVA** 2022 com desconto de 20% já foi quitado por 115 mil baianos apareceu primeiro em Bahia sem Fronteiras.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO, Arrecadação, IPVA

Mais de 115 mil baianos quitaram IPVA com desconto de 20%



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Da Redação

A dez dias para o fim do prazo de pagamento do IPVA com 20% de desconto, 115,7 mil baianos já quitaram o tributo em 2022. O número representa, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), um incremento de 35% em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única.

O desconto de 20% oferecido pelo Governo do Estado, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro.

Já quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo, também terá o dobro de desconto em comparação aos anos anteriores.

O abatimento, que neste caso era de 5%, em 2022 é de 10%. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios

anteriores o prazo era de três vezes.

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento.

Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o pagamento do IPVA, que representa a segunda fonte de **arrecadação** tributária do Estado. De acordo com o fisco estadual, o valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

adblock ativo

Publicações relacionadas

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Rádio Metrópole FM (101,3 FM – Salvador)	
Data: 01/02/2022	Programa: Jornal da Bahia no Ar – 1ª Hora
Assunto: Informações sobre o pagamento do <u>IPVA desconto</u> .	

Data: 01/02/2022

Hora: 08:26

Emissora: Rádio Metrópole FM (101,3 FM – Salvador)

Programa: Jornal da Bahia no Ar – 1ª Hora

Citação Direta: Sim

Sinopse: IPVA 2022 com desconto de 20% já foi quitado por 115 mil baianos; benefício segue até 10 de fevereiro.

IPVA 2022 com desconto de 20% já foi quitado por 115 mil baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A dez dias para o fim do prazo de pagamento do IPVA 2022 com 20% de desconto, 115,7 mil baianos já quitaram o tributo. Esse número representa, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), um incremento de 35% em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única.

O desconto de 20% oferecido pelo Governo do Estado, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro. Já quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo, também terá o dobro de desconto em comparação aos anos anteriores. O abatimento, que neste caso era de 5%, em 2022 é de 10%. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes.

'A ampliação do desconto e o aumento do número de parcelas têm como objetivo melhorar as condições disponíveis para o contribuinte e proteger os

proprietários de veículos dos efeitos da inflação, que nos últimos meses voltou a ser alvo de preocupação para os brasileiros e repercute no mercado de veículos', explica o diretor de **arrecadação** da Sefaz-Ba, Augusto Guenem.

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no site da Sefaz ou via 0800 071 0071 e

Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o pagamento do IPVA, que representa a segunda fonte de **arrecadação** tributária do Estado. De acordo com o fisco estadual, o valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Parcelamento em cinco vezes

Este ano, a opção de parcelamento do imposto, que estará disponível a partir de março, traz outra boa notícia para o contribuinte: será possível dividir o valor do IPVA em cinco vezes, número também maior que as três vezes dos anos anteriores.

Para pagar de forma fracionada, basta observar a data da primeira cota no calendário do IPVA 2022 e realizar o pagamento, nos bancos credenciados, do valor correspondente à parcela devida. Placas de final 1, por exemplo, devem realizar o pagamento da primeira cota no dia 30 de março. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Rádio Band News FM Salvador	
Data: 01/02/2022	Programa: Band News
Assunto: Informações sobre o pagamento do <u>IPVA desconto</u> .	

Data: 01/02/2022

Hora: 15:56

Emissora: Rádio Band News FM Salvador

Programa: Band News

Citação Direta: Sim

Sinopse: Informações sobre o pagamento do **IPVA com desconto**.

Veículo: Rádio Sociedade da Bahia (AM 740 Salvador)	
Data: 01/02/2022	Programa: Seu Caminho
Assunto: Informações sobre o pagamento do <u>IPVA com 20% de desconto.</u>	

Data: 01/02/2022

Hora: 18:44

Emissora: Rádio Sociedade da Bahia (AM 740 Salvador)

Programa: A Tarde Notícias

Citação Direta: Sim

Sinopse: Informações sobre o pagamento do **IPVA com 20% de desconto.**

Veículo: Rádio A Tarde FM	
Data: 01/02/2022	Programa: A Tarde Notícias
Assunto: Pagamento do <u>IPVA pode ser feito até dia 10 de fevereiro.</u>	

Data: 01/02/2022

Hora: 18:10

Emissora: Rádio A Tarde FM

Programa: A Tarde Notícias

Citação Direta: Sim

Sinopse: Pagamento do **IPVA pode ser feito até dia 10 de fevereiro.**

Veículo: Rádio Globo FM 104,3	
Data: 01/02/2022	Programa: Notícias
Assunto: Informações sobre o pagamento do <u>IPVA na Bahia.</u>	

Data: 01/02/2022

Hora: 17:33

Emissora: Rádio Globo FM 104,3

Programa: Notícias

Citação Direta: Sim

Sinopse: Informações sobre o pagamento do **IPVA na Bahia.**



Na abertura dos trabalhos da Alba, Rui destaca investimentos no combate à pandemia e na reconstrução do que foi destruído pelas chuvas na Bahia

1 fevereiro 2022

O governador Rui Costa participou da sessão solene de reabertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), em Salvador, na manhã desta terça-feira (1º). Em seu discurso, o chefe do executivo baiano transmitiu sua mensagem ao poder legislativo e destacou os desafios enfrentados pela Bahia no último ano, com as ações de combate à pandemia de Covid-19 e de reconstrução do que foi destruído pelas chuvas que atingiram diversas regiões do estado, deixando milhares de desabrigados.

“A pandemia, infelizmente, mostrou a sua face mais cruel entre as populações mais vulneráveis. Por isso, para estender a mão aos que mais precisavam, tivemos, desde 2020, que aportar R\$ 800 milhões, que, originalmente, não estavam previstos no orçamento. Além disso, há dois meses vivemos uma das maiores tragédias climáticas e ambientais da história da Bahia. 213 municípios foram afetados pelas enchentes, impactando a vida de mais de 1 milhão de habitantes e deixando 25.901 desabrigados”, afirmou.

Na oportunidade, o governador agradeceu a solidariedade das pessoas que atuaram, tanto na pandemia quanto nas enchentes. Ele mencionou os profissionais da saúde e da segurança e todos aqueles que, até hoje, estão sobrecarregados na luta contra a Covid-19. Também incluiu na lista os voluntários, organismos internacionais e integrantes de diferentes grupos da sociedade, que fizeram doações para as vítimas das enchentes. Rui mencionou ainda os servidores públicos que atuam nas ações emergenciais, especialmente os bombeiros e as equipes técnicas. Ele agradeceu aos governadores que disponibilizaram helicópteros, donativos e pessoal especializado para o socorro humanitário.

O governador falou sobre os projetos de apoio aos empresários, com

empréstimos a juro zero oferecidos aos comerciantes e prestadores de serviços atingidos pelas chuvas, e dos investimentos na recuperação da infraestrutura destruída pelos temporais. “Também iniciamos a reconstrução de estruturas inteiras. Em parceria com os prefeitos, vamos recuperar pavimentações urbanas, estradas vicinais e pontes, começando pelas prioritárias. Nesse sentido, adquirimos e distribuímos aos consórcios 60 máquinas, entre escavadeiras hidráulicas, pás-carregadeiras e motoniveladoras. Da mesma forma, vamos construir, em mutirão com os municípios, as unidades habitacionais para as pessoas que tiveram as suas casas destruídas, muitas delas em novas áreas, mais seguras e distantes das margens dos rios”.

Estado Solidário

Rui lembrou que, apesar dos desafios, a Bahia continuou fazendo investimentos, a exemplo do programa Estado Solidário, lançado em março de 2021. “É um pacote de ajuda econômica com múltiplas frentes, seja na educação e nos tributos, seja no microcrédito. De imediato, assumimos o aporte de mais de R\$ 17 milhões para o pagamento das faturas residenciais de água de cerca de 860 mil baianos consumidores de baixa renda, beneficiários de tarifa social”.

Na área da educação, o programa contempla medidas como o Auxílio Alimentação, de R\$ 55 por estudante, e a bolsa de R\$ 100 para 52 mil monitores de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Científica, do programa Mais Estudo. Também integram a iniciativa o Programa Educar Para Trabalhar, com a oferta de mais de 200 mil vagas para cursos de qualificação profissional na primeira etapa, e o Bolsa Presença, que é voltado a famílias com filhos matriculados na rede estadual de ensino e em condição de vulnerabilidade socioeconômica e que vai garantir o pagamento de R\$ 150 por família inscrita no CadÚnico.

Também fazem parte do programa medidas como a prorrogação do pagamento do IPVA para transporte escolar, de turismo e autoescolas, e a prorrogação e parcelamento do ICMS de março e abril para 60 mil empresas, além do pagamento de contas da Embasa por três meses para 860 mil baianos e linhas de crédito especial de R\$ 100 milhões para microempreendedores

formais e informais. “É um esforço fiscal gigantesco para a Bahia, mas a serviço da principal ação de governo que, na minha opinião, é cuidar da saúde e da vida das pessoas. E disso eu não abro mão”, ressaltou o governador.

Outros investimentos

Ainda em seu discurso, Rui lembrou outros investimentos realizados pelo Governo do Estado ao longo dos últimos sete anos. “Nesse período, realizamos o maior programa de proteção de encostas que a Bahia já viu, onde investimos R\$ 216 milhões nessas obras que salvam vidas; recuperamos mais de 8 mil quilômetros de estradas, com aporte da ordem de R\$ 2 bilhões; e estamos aplicando R\$ 2,3 bilhões em apoio à agricultura familiar, por meio do Bahia Produtiva. Além disso, estamos fazendo o maior investimento em infraestrutura escolar já realizado na história da Bahia. Somente de 2021 para cá, aplicamos R\$ 2,9 bilhões em construção, ampliação e requalificação de escolas”.

Os investimentos realizados na área da saúde com as policlínicas regionais também foram destacados pelo governador Rui Costa. “Até o fim do ano, teremos 26 policlínicas em funcionamento. Um investimento de R\$ 814 milhões com recursos do Governo do Estado. Já construímos e implantamos 23 dessas unidades. Em breve, será inaugurada a Policlínica de Santa Maria da Vitória, na Bacia do Rio Corrente, e a do Recôncavo, em São Francisco do Conde. Recentemente, iniciamos a construção da Policlínica de Ilhéus”.

Concluindo sua participação na solenidade, Rui citou as ações do Governo do Estado na área da Segurança Pública. “Aplicamos mais de R\$ 2 bilhões, desde 2015, em estruturas físicas, na compra de equipamentos, no aprimorando do setor de inteligência, no aumento do efetivo e na valorização dos policiais militares, civis e técnicos”, ressaltou.

Repórter: Tácio Santos

A TARDE

DISCURSO A ALBA

Rui destaca investimentos do estado e ataca Bolsonaro

CÁSSIO SANTANA

O governador Rui Costa (PT) realizou ontem um balanço do seu governo, durante sessão solene de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba).

De investimentos para combater a pandemia desde críticas ao governo de Jair Bolsonaro (PL), Rui Costa destacou que o governo do estado conseguiu superar momentos 'difíceis', como as fortes chuvas que atingiram a Bahia em 2021.

Segundo o governador, investimentos na saúde anteriores à pandemia foram fundamentais para mitigar os efeitos do novo coronavírus no estado.

"Estamos enfrentando o grande desafio da pandemia do Covid-19. Já vínhamos investindo fortemente na área da saúde, o que nos facilitou expandir a rede e responder mais rapidamente às demandas provenientes da pandemia", disse o governador, que prometeu que a estrutura implantada no estado vai permanecer em funcionamento após a pandemia.

"Hoje, podemos nos orgulhar de sermos o 2º estado brasileiro em volume de investimento público, atrás apenas de São Paulo – que tem uma arrecadação sete vezes maior que a nossa. Mas somos o 1º lugar do país em volume de investimentos em saúde", afirmou.

Chuvas na Bahia

Rui classificou as fortes chuvas que atingiram o estado como uma das 'maiores tragédias climáticas e ambientais da história da Bahia'.

"Montamos núcleos de apoio logístico em Itabuna, Itapetinga, Itamaraju, Ipiaú, Ilhéus e Santa Inês, onde estão sendo recebidas as aju-

das e, de lá, distribuídas para os municípios da região", e prosseguiu:

"Desde o período das chuvas até agora, já entregamos, com o apoio dos parlamentares baianos, 140 ambulâncias e a meta é destinar pelo menos um veículo novo para cada um dos municípios que sofreram com as cheias".

Para Rui, o governo federal criou uma série de obstáculos para aquisição de imunizantes contra a Covid-19, dentre eles a vacina russa Sputnik V, com a qual o governo do estado havia assinado um convênio de aquisição, mas que foi frustrado por decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

"Sempre esteve muito claro que a saída da pandemia dependia do acesso da população às vacinas. Vocês todos se lembram das dificuldades que enfrentamos por causa do posicionamento ideológico e anticientífico do Governo Federal e dos seus órgãos", disse.

O governador afirmou que o país enfrenta um "drama gigantesco" com Bolsonaro no poder. Para o petista, a origem dos problemas atuais do Brasil se iniciaram com o "processo de golpe" contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), destituída em 2016. "De lá para cá, a nação não se encontrou mais", lamentou.

"Os posicionamentos espantosos do Governo Federal impactam negativamente a economia e a vida de todos. A completa ausência de respeito e de diplomacia, somada às constantes ameaças ao ambiente democrático, à Suprema Corte e ao processo eleitoral criam um sentimento de enorme insegurança jurídica e institucional", defendeu.

Veículo: Política Livre	
Data: 01/02/2022	Caderno: Economia



01 de fevereiro de 2022 | 21:01

Rui faz discurso emocionado na Assembleia e afirma: “A Bahia está de pé”

BAHIA

Em discurso feito hoje durante a abertura solene dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), o governador Rui Costa lembrou emocionado dos momentos difíceis enfrentados pelos baianos nos últimos anos com a pandemia da Covid-19 e as fortes chuvas que deixaram mortos e desabrigados em várias regiões do estado. “Nos momentos mais difíceis eu vi a Bahia de pé”, disse ele, que também afirmou “que a correria vai continuar”.

O governador agradeceu a todas as pessoas e instituições que se solidarizaram com os atingidos. Profissionais de saúde, da segurança pública, do Corpo de Bombeiros e de outras áreas estão sobrecarregados até hoje no atendimento a quem precisou e precisa de apoio, disse. O Governo do Estado não viu limites para tentar minimizar o sofrimento dos necessitados, explicou Rui. “Para estender a mão aos que mais precisavam, tivemos, desde 2020, que aportar R\$ 800 milhões, que, originalmente, não estavam previstos no orçamento. Falou também do pacote de ajuda do Governo “seja na educação e nos tributos, seja no microcrédito. De imediato, assumimos o aporte de mais de R\$ 17 milhões para o pagamento das faturas residenciais de água de cerca de 860 mil baianos consumidores de baixa renda”.

Muito ainda precisa ser feito, reconheceu, e falou das parcerias que estão sendo feitas com os prefeitos: “Vamos recuperar pavimentações urbanas, estradas vicinais e pontes, começando pelas prioritárias. Nesse sentido, adquirimos e distribuimos aos consórcios 60 máquinas, entre escavadeiras hidráulicas, pás-carregadeiras e motoniveladoras. Vamos construir, em mutirão com os municípios, as unidades habitacionais para as pessoas que

tiveram as suas casas destruídas, muitas delas em novas áreas mais seguras”.

PRÉDIO HISTÓRICO Além da sede, também foi alienada “área contígua ao imóvel” por 35 anos

Estado concede Palácio Rio Branco à iniciativa privada por R\$ 135,47 mi

RODRIGO AGUIAR

Por R\$ 135,477 milhões, o Palácio Rio Branco foi concedido pelo governo do Estado à empresa BM Varejo Empreendimentos por 35 anos. No prédio histórico, localizado na Praça Thomé de Souza, funcionará um hotel de luxo.

Também foi alienada “área contígua ao imóvel”, declarada de utilidade pública por um decreto estadual de outubro do ano passado, com o objetivo de “garantir a sua efetiva utilização econômica, capaz de contribuir ao processo de reurbanização do local”, conforme o resultado da concorrência, publicado ontem no Diário Oficial do Estado.

A empresa vencedora, única participante da licitação, tem como sua principal atividade a incorporação de empreendimentos imobiliários. Para se ter uma ideia do futuro do Palácio Rio Branco, basta ver uma das principais iniciativas da BM Empreendimentos - a empresa está envolvida, junto com a Gafisa, na construção do megacomplexo Cidade Matarazzo, na capital paulista, onde foi recém-inaugurado o hotel Rosewood São Paulo, primeira filial na América do Sul de uma das



Ronaldo Silva / Agecom

Localizado no Centro Histórico, o Palácio já foi sede do Governo-Geral do Brasil

Contrato prevê obras de restauração, requalificação e manutenção no edifício-sede

mais luxuosas redes hoteleiras do mundo. São 46 quartos disponíveis no hotel, com diária a partir de R\$ 2,8 mil.

Em São Paulo, o Cidade Matarazzo surgiu precisamente a partir de um complexo centenário com dez edifícios tombados, em uma região próxima à Ave-

nida Paulista.

“No mundo inteiro, na Europa inteira, prédios históricos passam a ter um uso econômico e parcialmente ficam acessíveis ao público. São centenas em cada país, até palácios. Ao invés de deixar esse patrimônio histórico virar ruína, como já aconteceu em muitos aqui

na Bahia, demos função pública e econômica para que o patrimônio siga existindo e bem cuidado”, afirmou o governador Rui Costa, ao defender a licitação.

Na concessão do Palácio Rio Branco, estão previstas no edifício-sede “obras e ações de reforma, restauração, requalificação de uso (retrofit); além de posterior conservação e manutenção” durante o prazo do contrato.

O Ministério Público da Bahia (MP-BA) chegou a entrar com uma ação contra a concessão do Palácio Rio Branco, mas a Justiça considerou que houve perda do “objeto do pedido de liminar que objetivava o adiamento do certame uma vez que, quando do protocolo da inicial, este já teria ocorrido”. O MP também recomendou à Secretaria de Turismo do Estado (Setur), em meados de janeiro, a suspensão da licitação, por um prazo de 30 dias.

A ideia do governo do Estado de repassar o Palácio Rio Branco à iniciativa privada para a construção de um hotel é antiga. Em setembro de 2019, o grupo hoteleiro Vila Galé Brasil recebeu autorização do governo para formular um projeto básico e o estudo de viabilidade para a implantação de um empreendimento hoteleiro no prédio histórico.

ENTREVISTA

Lula chama Moro de ‘insignificante’ e ‘sem futuro’

DA REDAÇÃO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que o ex-ministro Sérgio Moro (Podemos) é uma “figura insignificante” e que não tem futuro na política. Moro tenta se destacar como um candidato de terceira via nas eleições presidenciais deste ano, mas sem lograr êxito nas últimas pesquisas de intenção de voto.

“Olha eu não acredito em terceira via e não acredito que o Moro tenha muito futuro na política. Eu, sinceramente, fico pensando se devo falar do Moro, porque ele é uma figura insignificante. Um deus de barro que foi construído para me prejudicar”, disse Lula à Rádio Super Tupi, do Rio.

“Eu já não tenho mais processos, mas aqueles que me acusaram continuam teimando. ‘Ah, mas não foi julgado o mérito’. A única pessoa que queria que julgasse o mérito era eu. (...) Mas aí o processo foi anulado. O juiz foi considerado parcial e portanto é um juiz que não merecia ser juiz. Eu acho que ele vai ser medíocre como candidato a presidente. Vamos esperar o tempo para saber o que vai acontecer com esse cidadão, que na minha opinião tem uma ligação duvidosa com a CIA e o departamento de justiça dos Estados Unidos”, completou Lula.

“CONCILIADOR”

Marcelinho Veiga se diz base aliada, e nega desacordo com Nilo



LUCAS FRANCO

Os ânimos estão à flor da pele com a aproximação das eleições. A constatação é do deputado estadual Marcelinho Veiga (PSB), entrevistado ontem no programa Isso É Bahia, na rádio A TARDE FM.

O jovem parlamentar de 33 anos de idade diz preferir assumir um papel conciliador em um momento em que seu partido negocia formação de federação partidária com o PT em plano

nacional, enquanto o deputado federal Marcelo Nilo, seu correligionário e sogro, se indispõe com o Partido dos Trabalhadores em um plano estadual.

“Eu não faço nada em desacordo com Marcelo [Nilo], não tem nada decidido”, disse Marcelinho, sobre a possibilidade de aproximação de Nilo com o grupo de ACM Neto (DEM UB), que concorrerá contra o grupo de Jaques Wagner (PT), com quem tem rugas, pela disputa ao Governo do Estado.

O deputado estadual, que se diz feliz no partido do qual faz parte e se posiciona como base aliada [Governo estadual do PT], prefere adotar um tom conciliador

e diz não poder falar em nome de Nilo e Wagner. “Eu faço uma política de evitar os confrontos via imprensa, que é importante resolver dentro do que explicar. Mas depende muito deles e da vontade deles [de Nilo e Wagner]”.

No entanto, não partiu do PSB, segundo Marcelinho, uma aproximação com a chapa de ACM Neto até o momento. “O partido em si não tem essa discussão sobre sair da base. O deputado federal Marcelo Nilo, que é um líder político no estado da Bahia, ele está nesse momento de discussões e conversas, mas não representando o partido, mais ou menos nessa linha”, disse.

DISCURSO À ALBA

Rui destaca investimentos do estado e ataca Bolsonaro

CÁSSIO SANTANA

O governador Rui Costa (PT) realizou ontem um balanço do seu governo, durante sessão solene de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba).

De investimentos para combater a pandemia desde críticas ao governo de Jair Bolsonaro (PL), Rui Costa destacou que o governo do estado conseguiu superar momentos ‘difíceis’, como as fortes chuvas que atingiram a Bahia em 2021.

Segundo o governador, investimentos na saúde anteriores à pandemia foram fundamentais para mitigar os efeitos do novo coronavírus no estado.

“Estamos enfrentando o grande desafio da pandemia do Covid-19. Já vínhamos investindo fortemente na área da saúde, o que nos facilitou expandir a rede e responder mais rapidamente às demandas provenientes da pandemia”, disse o governador, que prometeu que a estrutura implantada no estado vai permanecer em funcionamento após a pandemia.

“Hoje, podemos nos orgulhar de sermos o 2º estado brasileiro em volume de investimento público, atrás apenas de São Paulo – que tem uma arrecadação sete vezes maior que a nossa. Mas somos o 1º lugar do país em volume de investimentos em saúde”, afirmou.

Chuvas na Bahia

Rui classificou as fortes chuvas que atingiram o estado como uma das ‘maiores tragédias climáticas e ambientais da história da Bahia’.

“Montamos núcleos de apoio logístico em Itabuna, Itapetinga, Itamaraju, Ipiá, Ilhéus e Santa Inês, onde estão sendo recebidas as aju-

das e, de lá, distribuídas para os municípios da região”, e prosseguiu:

“Desde o período das chuvas até agora, já entregamos, com o apoio dos parlamentares baianos, 140 ambulâncias e a meta é destinar pelo menos um veículo novo para cada um dos municípios que sofreram com as cheias”.

Para Rui, o governo federal criou uma série de obstáculos para aquisição de imunizantes contra a Covid-19, dentre eles a vacina russa Sputnik V, com a qual o governo do estado havia assinado um convênio de aquisição, mas que foi frustrado por decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

“Sempre esteve muito claro que a saída da pandemia dependia do acesso da população às vacinas. Vocês todos se lembram das dificuldades que enfrentamos por causa do posicionamento ideológico e anticientífico do Governo Federal e dos seus órgãos”, disse.

O governador afirmou que o país enfrenta um “drama gigantesco” com Bolsonaro no poder. Para o petista, a origem dos problemas atuais do Brasil se iniciaram com o “processo de golpe” contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), destituída em 2016. “De lá para cá, a nação não se encontrou mais”, lamentou.

“Os posicionamentos espantosos do Governo Federal impactam negativamente a economia e a vida de todos. A completa ausência de respeito e de diplomacia, somada às constantes ameaças ao ambiente democrático, à Suprema Corte e ao processo eleitoral criam um sentimento de enorme insegurança jurídica e institucional”, defendeu.

HARMONIA

Adolfo: governo e oposição se uniram durante crises

DA REDAÇÃO

Na abertura do ano na Assembleia Legislativa da Bahia, o presidente da Casa, Adolfo Menezes (PSD), destacou a união entre as bancadas no ano passado para votar com rapidez projetos para o enfrentamento da pandemia e dos efeitos das enchentes. A oposição não participou da abertura dos trabalhos como protesto, segundo o grupo, por causa do não cumprimento das emendas impositivas.

“Em ambos os episódios, os deputados estaduais abriram mão de obras e serviços para as comunidades que representamos, cedendo recursos orçamentários, através de emendas impositivas, para o atendimento das emergências. E apesar da ausência da bancada da oposição nesta sessão, quero ressaltar a atitude republicana de todos os deputados e do entendimento da oposição e da situação de que tentar minimizar os problemas da pandemia é muito mais importante do que qualquer diferença política ou ideológica”, declarou Menezes.

O presidente da Assembleia destacou ao governador Rui Costa que os projetos relacionados às tragédias foram todos aprovados em tempo recorde, através de acordo entre a maioria e a minoria. “Ainda assim, sofremos nossas perdas, que muito lamentamos, mas o conjunto de funcionários foi protegido com um rígido protocolo de segurança e o estabelecimento de rotinas de home office. Controles que permanecerão até a superação da crise”, completou.

Das produtoras de FAROESTE CABOCLÓ, inspirado na música de RENATO RUSSO
Gávea Filmes, Barry Company, Fogo Cerrado Filmes e Globo Filmes apresentam

ALICE BRAGA GABRIEL LEONE

EDUARDO & MÔNICA

um filme de RENÉ SAMPAIO
uma produção de Bianca De Felippes

14 6 DE JANEIRO NOS CINEMAS

Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

E já que não teremos o Carnaval, 2022 começa com Rui batendo forte

Dizem que na Bahia o ano só começa depois do Carnaval (inclusos os eleitorais). E já que assim o é, como a Covid detonou a folia de novo, 2022 deu as caras. Ontem na Assembleia, na última abertura dos trabalhos legislativos dos seus dois mandatos de governador, Rui Costa abriu o jogo.

Bateu forte em Bolsonaro, alfinetou ACM Neto, incensou Jaques Wagner, a quem pretende devolver o mandato, e falou de um monte de realizações que totalizam R\$8 bilhões, segundo ele, fru-

to de cortes nos custos.

Diz Rui que a saúde tem o maior investimento já feito na história da Bahia. Além de novos hospitais em todos os cantos, terminará o governo com 26 Policlínicas ao custo de R\$ 814 milhões, tudo com recursos próprios.

— E aí também tem o dedo de Jaques Wagner.

BOLSONARO — Rui citou Wagner pelo menos três vezes. E ao referir-se a ACM Neto, disparou:

— Está lá com ele (Bol-

sonaro), é aliado.

E sobre o presidente citou o caso do Aeroporto de Vitória da Conquista:

— Fizemos o projeto, a obra, ele veio e surrupiou.

Depois acrescentou:

— É bom dizer que o tráfico de drogas só faz crescer. E o comércio de drogas financia o crime organizado, que foi muito ajudado pela flexibilização de armas.

Em suma, esse será o tom governamental em 2022, expor suas obras, pau nos adversários. É só o começo.

O novo tom na era Adolfo

Na tradição da abertura do ano legislativo na Assembleia da Bahia, assim que o governador termina o discurso os deputados se levantam imediatamente e a balbúrdia começa, deixando o presidente da Casa anulado pelo barulho.

Outros batiam a campanha, mas ontem com Adolfo Menezes (PSD) foi diferente. Ele parou e encarou todo mundo em silêncio. Funcionou. Todo mundo sentou e ele concluiu em paz.

O ausente que estava presente

Em vias de completar 79 anos, três vezes vereador em Olindina, uma vice-prefeito, uma prefeito e no sexto mandato de deputado estadual, Aderbal Caldas (PP) foi citado entre os presentes ontem, mas era só virtual.

Presencial, nem se quisesse. Está em casa cumprindo quarentena por conta da Covid. Aliás, por conta da pandemia ele já se recolheu e desistiu de disputar o sétimo mandato. Agora vem essa, mas está tudo bem.

A pérola vem de Olindina

A pérola do começo de 2020 na política vem de Olindina, no sertão da Bahia. Lá, o vereador Anaelson Santana (PSD) se elegeu presidente da Câmara e se reelegeu numa mesma sessão.

Mais: Anaelson teve apoio quase unânime. O único voto contra entre os 11 edis foi da vereadora Bianca Souza (MDB), que também entrou na justiça, por achar absurdo.

Claro que é, não só do ponto de vista legal, mas também pelo lado ético.



Camila Souza / GOVBA

Rui Costa dá o tom: mostrar obras e bater em Bolsonaro

Em 2023 Iemanjá vai ser bem melhor. É o centenário

Se a pandemia mais uma vez atinge em cheio o calendário da magia de Salvador, estragando a festa de Iemanjá, no Rio Vermelho, ano que vem tem tudo para compensar o prejuízo, com vantagem. Segundo o jornalista e escritor Nelson Varón Cadena, que sabe como poucos da história da Cidade da Bahia, em 2022 será o centenário, que nas suas primeiras edições, nada tinha a ver com o candomblé, e sim era um louvor a Nossa Senhora de Sant'Anna, algo que ganhou mais pegada a partir de 1967 quando o presente especial para Iemanjá passou a incorporar o ritual.

Mas Enzo Rival, morador do Rio Vermelho há mais de 40 anos, sempre ao lado de Iemanjá, diz ter certeza de que a Rainha das Águas vai ajudar a afugentar a Covid e imperar absoluta.

REGISTROS

Com Bule Bule

Bule Bule, o cordelista e repentista, é a bola da vez hoje (20h) no Youtube, com o jornalista Zezão Castro, agora arauto do cordel, botando lenha na série Cordelizando com Mestres e Mestras, iniciativa apoiada pelos governos estadual e federal.

Luto no oeste

A morte de Deysivânia Costa do Régo de Paula, sábado, num passeio de lancha que virou acidente trágico no Lago Paranoá, em Brasília, onde estava de férias, provocou profunda consternação em Barreiras. Ela tinha 36 anos e era esposa do empresário Sidiclei Paula.

IPTU em pauta

Queremos IPTU mais justo. Duas placas com tais dizeres foram apagadas ontem no Ogunjá. Alguém filmou e soltou na rede atribuindo a reação a funcionários da Prefeitura de Salvador.

Estatística macabra

Camaçari, a terra do Polo Petroquímico, registrou 13 assassinatos mês passado, segundo a SSP. É bem menos que os 23 de janeiro de 2021 e menos da metade dos 27 de 2017, o recorde, mas ainda assim o número é muito alto. Dá quase um assassinato a cada dois dias, simplesmente algo assustador.

**DENUNCIE,
CONTRIBUA,
PARTICIPE!**

**VOCÊ FAZENDO PARTE
DO DIA A DIA DO SEU
BAIRRO E DA SUA
CIDADE**

ENVIE FOTOS OU VÍDEOS

**CI
DÃ
DÃ
REPÓRTER**



71 8109-3965

SEJA UM CIDADÃO REPÓRTER

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatde.com.br

PREVIDÊNCIA Para quem recebe um salário, em 2022, o valor retido será de R\$ 90,90, referente ao percentual de 7,5% do atual pagamento mínimo, R\$ 1.212

Contribuição ao INSS tem reajuste com alta do mínimo

MATHEUS CALMON

Com o aumento anual do salário mínimo, a tabela de reajuste do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também é reajustada. Desde a mudança ocorrida em 2019, a tabela passou a reter valores de forma progressiva relacionada ao valor salarial. Desde ontem, a alíquota vai de 7,5% até 14%.

Para quem recebe um salário mínimo o acréscimo será de R\$ 8,40. Isso porque em 2021 o valor retido era R\$ 82,50, referente a 7,5% de R\$ 1.100. Em 2022, o valor será de R\$ 90,90, que refere-se a 7,5% do atual salário mínimo, R\$ 1.212.

O contador e especialista em tributos Alison Santana exemplifica ao Portal A TARDE o cálculo para trabalhadores que não recebem múltiplos do salário mínimo.

"O cálculo para quem recebe, por exemplo, R\$ 1.500, é o seguinte: Você vai pegar os R\$ 1.212, que é o salário mínimo, e aplicar os 7,5%. Na diferença para os R\$ 1.500 [R\$ 288], você aplica a nova tabela de 9% [R\$ 25,90]. Dentro da contribuição haverá duas alíquotas do INSS".

Valor cheio

"Ou seja, não é possível apenas realizar o cálculo com o valor cheio. É necessário usar o salário mínimo para realizar a conta. O aumento da retenção, no entanto, não representa perda para o trabalhador, já que acompanha o reajuste salarial.

"Se o salário aumentou, vai contribuir mais. Não é uma perda. É um aumento de contribuição. Obviamente deixa mais dinheiro nos cofres públicos, mas há tam-



Marcos Santos / USP Imagens

Desde 2019, a retenção passou a ser definida a partir do valor salário mínimo

bém o aumento do salário", explica o especialista.

Para quem trabalha em regime CLT, ou seja, com carteira assinada, a empresa empregadora é a responsável tributária por reter o INSS e repassar aos cofres públicos. Já o autônomo deve ficar atento ao valor do reajuste da tabela e aplicá-la

O aumento da retenção não representa perda, já que acompanha o reajuste salarial

sobre o valor que contribui para não seguir pagando pelo valor do salário mínimo atrasado.

Imagina que a pessoa vai continuar contribuindo com base nos R\$ 1.100, que foi o salário de 2021. Passa anos pagando o mesmo valor. Quando ela precisar de um benefício previdenciário ela não terá direito, pois não contribuiu com o valor mínimo que se pede perante o INSS, que é o valor do salário mínimo vigente", explica Alison.

Ele alerta também que é necessário atentar para o novo teto máximo de contribuição, que atualmente é para quem ganha R\$ 7.087, que paga R\$ 992 de contribuição. A contribuição acima do teto máximo não re-

presentará nenhum benefício futuro.

"Tem gente que pensa que quanto mais contribuir, melhor. Errado. Se você hoje contribuir com mais de R\$ 992, simplesmente está dando dinheiro ao governo. Não terá benefício nenhum com isso. Literalmente está dando o dinheiro ao governo", diz Alison, que conta que várias pessoas pensam desta forma.

No caso de quem contribuiu a mais por determinado período, é possível reaver os valores excedentes. Entretanto, Alison alerta que o processo não é nem fácil nem rápido. "A gente pode colocar duas gerações para receber, pois é muito difícil, muito democrático e muito demorado. O melhor é estar atento no dia a dia".

FISCO

Quase 600 mil empresas pediram adesão ao Simples

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Quase 600 mil micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais (MEI) pediram adesão ao Simples Nacional em janeiro, divulgou ontem a Receita Federal. Segundo o Fisco, foram recebidos 599.876 pedidos de opção pelo regime especial de tributação.

Desse total, 437.477 contribuintes estão com pendências e devem regularizar as dívidas com o Simples Nacional até o fim de março. Há cerca de 10 dias, o Comitê Gestor do Simples Nacional aprovou a extensão em dois meses – de 31 de janeiro para 31 de março – do prazo para que os empresários e MEI paguem ou renegociem débitos em atraso.

Esses contribuintes podem ser beneficiados caso o Congresso derrube, até o último dia de março, o veto do presidente Jair Bolsonaro à renegociação especial de débitos do Simples Nacional. A Receita Federal orienta que os contribuintes regularizem a situação o mais rápido possível para se beneficiarem do Simples Nacional, que unifica o pagamento de tributos federais, estaduais e municipais numa única guia, com alíquotas reduzidas.

CÂMBIO

Dólar cai para R\$ 5,27, em dia de expectativa com Copom

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Beneficiado pelo mercado externo e com a expectativa em torno do aumento dos juros no Brasil, o dólar fechou ontem abaixo de R\$ 5,30 pela primeira vez em quatro meses. A bolsa de valores subiu pelo segundo dia seguido e atingiu o nível mais alto desde meados de outubro.

O dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 5,273, com recuo de R\$ 0,033 (-0,62%). A cotação oscilou na primeira hora de negociação, chegando a registrar momentos de alta por volta das 10h30, mas inverteu o movimento e passou a cair até fechar próxima da mínima do dia.

Esta foi a quarta sessão seguida de queda do dólar. Com o desempenho de hoje, a divisa acumula queda de 5,43% em 2022. Desde que atingiu R\$ 5,71, em 5 de janeiro, a moeda norte-americana caiu 7,69%.

O dia também foi marcado pelo otimismo no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 113.228 pontos, com ganho de 0,97%. A alta foi puxada por empresas do setor de commodities, que se beneficiaram da valorização do petróleo e do minério de ferro no mercado internacional.



ACB adere a ação na Justiça contra fundo eleitoral bilionário

Acervo pessoal



Marcelo Nogueira Reis é advogado e vice-presidente da Associação Comercial da Bahia

Na sexta-feira (28), o Partido Novo protocolou uma petição no Supremo Tribunal Federal (STF), contra um trecho da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que prevê um valor de R\$ 5,7 bilhões para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conhecido no Congresso como "fundão". Na ação, o Novo defende que seja mantido o valor inicial de R\$ 2,1 bilhões.

Diante de todas as dificuldades que o país vem enfrentando e que foram ainda mais agravadas pela pandemia da Covid-19, a Associação Comercial da Bahia (ACB) decidiu ingressar como parte interessada na ação (Amicus curiae), por entender que o orçamento público da União, oriundo do dinheiro do povo e das empresas, dos impostos que se paga em tudo que é produzido ou consumido, precisa ser melhor gerenciado, principalmente em obras estruturantes e melhoria na qualidade de vida da sociedade.

"Para além da imoralidade que representa destinar quase R\$ 6 bilhões para financiar as campanhas eleitorais em 2022 (sobretudo em um país com 14 milhões de desempregados e 30 milhões de famílias vivendo com renda mensal abaixo de um salário mínimo) o dispositivo é formalmente inconstitucional", diz a petição protocolada. Ainda segundo o Novo, "há uma intenção pessoalista dos parlamentares de aumentar o valor do fundo eleitoral".

Como indica o advogado e vice-presidente da ACB, Marcelo Nogueira Reis, a Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF é o caminho encontrado para tentar impedir o tal "fundo eleitoral", já aprovado pelo Congresso e pela Presidência da República. "Por entender que o assunto é muito importante, e por discordar do tal "fundo", a ACB resolveu ingressar no STF como "Amicus Curiae", com o objetivo de tentar ajudar no julgamento pela revogação do "fundo", declara.

O presidente Mário Dantas também aponta com indignação o valor do fundo eleitoral, principalmente no momento atual. "Temos muitas prioridades para esta verba, como a assistência social aos milhões de brasileiros que passam fome, o auxílio e financiamento para os micro, pequenos e médios negócios que levaria a geração de empregos e renda para a massa de desempregados do país. Enquanto as empresas continuam a fechar suas portas por falta de apoio do governo, não podemos ser omissos diante dessa afronta", declara o líder empresarial.

Coordenador do Movimento Via Cidadã e vice-presidente da ACB, Paulo Cavalcanti diz que a função social da empresa engloba também a defesa dos direitos constitucionais. "O momento é de nos conscientizarmos, criarmos a cultura participativa, nos unirmos em torno das transformações que garantam o desenvolvimento econômico e social do nosso país. Diante da grave crise que atinge o país, o momento é de cortar custos e garantir o pão de nossos filhos. Não podemos permitir essa farra com o dinheiro público", conclui.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

CURTAS

Produção do setor mineral cresce 7%

A produção total do setor mineral brasileiro alcançou, no ano passado, 1,150 bilhão de toneladas, mostrando aumento de 7% sobre as 1,073 bilhões de toneladas de 2020. O faturamento global do setor atingiu R\$ 339 bilhões, mais

62% em comparação aos R\$ 209 bilhões registrados no ano anterior. Por estados, os maiores faturamentos foram observados no Pará, com R\$ 146,6 bilhões (+51%); Minas Gerais, R\$ 143 bilhões (+87%); e Bahia, R\$ 9,5 bilhões (+67%).

TRIBUTAÇÃO O objetivo da medida, segundo o ministro da Economia, é evitar os sucessivos aumentos nos preços

Governo avalia redução de imposto sobre combustíveis, diz Paulo Guedes

LUCIANO NASCIMENTO
Agência Brasil, Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo avalia redução “moderada” de alguns impostos na elaboração da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis. O objetivo da medida é evitar os sucessivos aumentos no preço dos combustíveis. Guedes destacou que o governo estuda reduzir impostos sobre o diesel, mas questionou a adoção de medida similar para a gasolina.

“Estamos estudando isso com muita moderação, olhando exatamente para os impostos que poderiam ser moderadamente reduzidos. Pode ser que [em] um [imposto] sobre diesel [se] possa avançar um pouco mais. Mas, sobre gasolina, afinal de contas, se estamos em transição para uma economia verde, se estamos em

transição para uma economia digital, será que deveríamos subsidiar gasolina?”, questionou o ministro em evento virtual sobre a economia brasileira realizado pelo banco Credit Suisse.

Segundo o ministro, a proposta seria “autorizativa”, com a adesão de estados para, entre outras medidas, reduzir as alíquotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Como contrapartida, o governo também reduziria

“Estamos estudando isso com muita moderação.”

PAULO GUEDES, ministro

impostos federais incidentes sobre o produto, a exemplo da contribuição do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

“Se quiserem reduzir o ICMS, reduzam o ICMS para o Brasil girar melhor em cima do diesel. Por outro lado, se o governo federal também for autorizado; nós arrecadamos em torno de R\$17 [bilhões], quase R\$ 18 bilhões/ano de diesel; poderíamos reduzir um pouco isso aí também”, afirmou.

Projeto na Câmara

O ministro disse ainda que o problema é político e citou projeto aprovado na Câmara dos Deputados que estabelece um valor fixo para a cobrança de ICMS sobre combustíveis.



Guedes destacou que o governo estuda reduzir impostos sobre o diesel

Atualmente, o ICMS é calculado como um percentual do preço final. Isso faz com que o imposto flutue conforme os preços nas bombas, subindo quando a Petrobras reajusta os valores nas refinarias e baixando, quando ocorre o contrário.

O projeto obriga estados e o Distrito Federal a especificar a alíquota cobrada do ICMS de cada produto pela unidade de medida adotada (litro, quilo ou volume), e não mais sobre o valor da mercadoria, como ocorre atualmente. A proposta aguarda análise do Senado.

“Se eles acharem que tem de limitar o ICMS, esair de ad valor em [percentual conforme o valor da mercadoria] para ad rem [valor fixo] e limitar, em vez de ser 34%, que seja 25%, 20%. É um problema político, eu não entro nessa discussão. Agora que é bem-vindo, em vez de pen-

sar só em teto de gasto, pensar em teto de imposto, eu gosto da ideia”, afirmou.

Os sucessivos aumentos no preço dos combustíveis geraram queda de braço entre o governo federal e os estados. Por diversas vezes ao longo do ano passado, o presidente Jair Bolsonaro atribuiu aos estados parte da responsabilidade pelos aumentos dos combustíveis. O governo federal defende que o ICMS seja cobrado como um preço fixo por litro, como ocorre com os tributos federais.

Em meio às afirmações do presidente, os secretários de estaduais de Fazenda aprovaram, durante reunião do Comitê Nacional de Política Fazendária (Confaz) a prorrogação até 31 de março, do congelamento ICMS dos combustíveis, que incide sobre o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF).

O congelamento, aprovado em outubro passado, terminaria no 31 de janeiro.

Contudo, os governadores afirmam que o congelamento não é suficiente e argumentam que os elementos centrais dos aumentos dos combustíveis são a “variação do dólar e a política da Petrobras de paridade com o mercado internacional do petróleo”, segundo carta do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, divulgada na semana passada.

Como solução, os estados defendem a criação de um fundo de estabilização dos preços dos combustíveis, que evitaria repasses ao consumidor. Durante o evento de ontem, Guedes manifestou-se contra a criação de um fundo. Segundo o ministro, mais de 80% dos fundos de estabilização de outros países “deram errado”.

INDICADOR

Confiança empresarial recua pelo quarto mês consecutivo

CRISTINA INDIO DO BRASIL
Agência Brasil, Rio de Janeiro

A confiança dos empresários recuou 2,5 pontos em janeiro e atingiu 91,6 pontos, em uma escala que vai de 0 a 200. Os resultados acima de 100 indicam confiança. O resultado é o menor nível desde abril de 2021, quando o Índice de Confiança Empresarial (ICE) alcançou 89,6 pontos.

De acordo com os dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), na métrica de médias móveis trimestrais, o indicador caiu pela quarta vez consecutiva, agora em 3 pontos. O ICE consolida os índices de confian-

ça dos quatro setores abordados pelas Sondagens Empresariais produzidas pela FGV IBRE: indústria, serviços, comércio e construção.

Piora expressiva

O indicador mostrou ainda uma piora expressiva, em janeiro, nas avaliações sobre a situação atual e nas expectativas para os próximos meses. O Índice de Situação Atual Empresarial (ISA-E) registrou queda de 4,5 pontos, passando para 91,3 pontos. Trata-se do menor nível desde abril de 2021, quando atingiu 87,8 pontos.

Já o Índice de Expectativas (IE-E) recuou 3 pontos, e chegou 91,4 pontos. O resultado é o menor desde março de 2021, quando atingiu 85,2 pontos.

Com estes resultados, os dois índices registram recuos pela terceira vez consecutiva, além de acumularem perda de mais de 8 pontos nesse período e se afastarem do nível de neutralidade de 100 pontos.

Segundo o superintendente de Estatísticas do Ibre Aloisio Campelo Jr, o ICE acumula perdas de 10,9 pontos desde setembro de 2021, em um movimento de queda que começou com a indústria e aos poucos se estendeu a todos os segmentos. “A confiança do setor de serviços, mais resiliente até o final do ano, foi a que mais caiu em janeiro, sob influência da piora do quadro pandêmico com a chegada da variante Ômicron ao Brasil”, disse.



13 DE JANEIRO NOS CINEMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU

CNPJ N:

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022

Pregão Eletrônico nº 002/2022, do tipo Menor Preço por Item. Objeto: Contratação de empresa(s) e/ou pessoa(s) física(s) para prestação de serviços de Transporte Escolar de Alunos da Rede Pública de Ensino do Município, conforme especificações do Edital. Data de abertura: 14/02/2022, às 09:00h. Local: Praça Antônio Carlos Magalhães, nº 24, na cidade Guajeru, Bahia. Informações e Edital no Fone: (77)3417-2252 e e-mail: licitacaogujeru@gmail.com. Divulgação de Edital e outros atos - Diário Oficial: <https://transparencia.governodogujeru.ba.gov.br/diario-oficial>. Jilvan Teixeira Ribeiro - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MUCUGÊ

PROCESSO Nº 008/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2022— ADESAO Nº 002 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS — PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2021—PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2249/2021 - FUNDO MUNICIPAL DE GAMELEIRA DE GOIÁS. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mucugê/Fundo Municipal de Saúde de Mucugê-BA. CONTRATADA: HOPE COMERCIO E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 38.730.394/0001-06, com sede Rua J11, nº 181, Quadra 03, Lote 08/13, Sala 11, Bairro Jardim Ipê, na cidade de Goiânia - GO, CEP: 74.594-005. OBJETO: Aquisição de 01(um) - Veículos Tipo Ambulância, Ano/Modelo 2021/2021, Zero km, Fiat/Strada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital, na ata de registro de preços do referido pregão e no contrato ora firmado. VALOR: R\$ 135.200,00 (cento e trinta e cinco mil e duzentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE GESTORA: 03.05.001; ATIVIDADE: 1.002; ELEMENTO: 4.4.9.0.52.00.00.00.00; FONTE: 091400. VIGÊNCIA: 29/04/2022. DATA DA ASSINATURA: 01/02/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL 01/22, objeto: aquisição de urnas funerárias e traslado. Menor preço por lote, foi cancelado para correção no termo de referência. Ruy Barbosa/Ba, 02/02/2022. Luiz Claudio Miranda Pires. Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA

CNPJ N: 13.672.605/0001-70

PREGÃO PRESENCIAL

O pregoeiro oficial do Município de Una/BA torna público o aviso do PP 009/2022, para o sistema de registro de preços, visando a aquisição de diversos gêneros alimentícios para serem utilizados na manutenção das atividades, programas e projetos da Secretaria de Desenvolvimento Social. Data: 15/02/2022 - Horário: 10:00hrs. - Informações: licitacoes@una.ba.gov.br / www.una.ba.gov.br - tel.: 3236-2021 - Sede da Prefeitura Municipal - Caio César Oliveira Santos - Pregoeiro Municipal - O Edital na íntegra está disponível para consulta e download no endereço eletrônico: <https://www.una.ba.gov.br/Site/DiarioOficialAnterior>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022 A Comissão Permanente de Licitação do Município de Serrolândia - Estado da Bahia, torna público através de seu Pregoeiro a Licitação Pregão Eletrônico nº 002/2022, a qual tem como objetivo o fornecimento de Materiais permanentes e equipamentos diversos destinados a Secretaria Municipal de Saúde de Serrolândia - BA, conforme proposta nº 11324.599000/1180-01 MS. O recebimento das propostas por meio eletrônico: A partir das 17 horas do dia 14/02/2022. Abertura das propostas por meio eletrônico: As 09h00min do dia 14/02/2022. Início da Sessão de Disputa de Preços: As 09h30min do dia 14/02/2022. Informações: O Edital do Pregão estará disponível a partir da sua publicação através dos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Serrolândia-BA, pelo link: www.serrolandia.ba.gov.br/, Junto à plataforma eletrônica de licitações do Banco do Brasil: www.licitacoes.com.br. Demais informações podem ser obtidas pelo telefone (74) 3669-2188 e/ou e-mail: copelserr@hotmail.com. Arthur Ferreira Silva Oliveira dos Santos Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL

A Organização Espírita José e Maria (ORES) inscrita com CNPJ 17.157541/0001-20, com sede à Rua Sérgio Brito, s/no., Alto do Coqueirinho, Salvador, Bahia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, por sua coordenadora de lideranças ao final firmada, vem convocar na forma de suas normas estatutárias aplicáveis para seus associados, para assembleia a ser realizada de forma virtual através do aplicativo Zoom, no dia treze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, com primeira convocação às 14 horas e segunda convocação às 14h05 em virtude da pandemia de Covid-19 que assola o planeta Terra e impõe isolamento social por questões sanitárias. A citada reunião será gravada para fins documentais e terá a seguinte pauta: 1. Estatuante para alteração do estatuto da Ores. Salvador, 28 de janeiro de 2022. Cristina Maria Macêdo de Alencar Coordenadora de Lideranças da Ores

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ

CNPJ N: 13.858.303/0001-91

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2022 PROC. ADM.: 056/2022.

A PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE IGUAÍ, ESTADO DA BAHIA, designada pelo Ato nº. 024/2021, torna público a realização do Pregão Presencial Nº. 002/2022, no dia 16/02/2022, às 09h30, cujo objeto é a contratação de Empresa para aquisição de materiais esportivos, para atender a demanda das Secretarias da Prefeitura do Município de Iguaí/BA, durante o ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). O Edital completo estará disponível no DCCL - Departamento de Compras, Contratos e Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal de Iguaí, sito à Praça Manoel Novães, 08, Centro, das 08h00 às 12h00. Iguaí/BA, em 31 de janeiro de 2022. Edineide Louzada de Almeida de Oliveira - Pregoeira.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2022 PROC. ADM.: 057/2022.

A PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE IGUAÍ, ESTADO DA BAHIA, designada pelo Ato nº. 024/2021, torna público a realização do Pregão Presencial Nº. 003/2022, no dia 16/02/2022, às 14h30, cujo objeto é a contratação de Empresa para prestação de serviços de borracharia para uso pelas Secretarias que compõem a estrutura administrativa do Município de Iguaí/BA, compreendendo os serviços descritos no Termo de Referência do Edital. O Edital poderá ser adquirido no DCCL - Departamento de Compras, Contratos e Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal de Iguaí, sito à Praça Manoel Novães, 08, Centro, de segunda a sexta - feira, das 08h00 às 12h00. Iguaí/BA, 31 de janeiro de 2022. Edineide Louzada de Almeida de Oliveira - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO

Homologação o resultado da TOMADA DE PREÇOS 05/21, objeto: execução da obra remanescente da construção do campo Ladeira das Virgens, declarando vencedora a empresa: J.A. Construções e Reformas LTDA-ME. CNPJ 10.569.162/0001-07, à qual será adjudicado o objeto, com o menor valor global de R\$ 264.109,66. // Torna público o resultado da TOMADA DE PREÇOS 05/21, objeto: execução da obra remanescente da construção do campo Ladeira das Virgens. Vencedora: J.A. Construções e Reforma LTDA-ME. CNPJ 10.569.162/0001-07. Valor global: R\$ 264.109,66. Após publicação do resultado, abre-se prazo recursal de 05 dias úteis. Santo Amaro/Ba, 29/12/21. Leonardo de Oliveira Silva. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA

PREGÃO PRESENCIAL SRP 00/22. Dia 14/02/22 às 9h. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar. Menor preço por lote. // CHAMADA PÚBLICA 01/22. Objeto: credenciamento de Grupos formais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, interessados em fornecer gêneros alimentícios. Recebimento da documentação e do projeto de venda ocorrerá no dia 22/02/22 às 10h, na CPL. Edital: na sede, ou <https://ibipeba.ba.gov.br/>. Informações: na CPL, Pç. 19 de Setembro, 02, tel. 7436482110 ou e-mail licitapmb@ibipeba.ba.gov.br, de 8 às 13h. Ibipeba/Ba, 02/02/22. Demostenes de Souza B. Filho. Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022

Objeto: Contratação de empresa para aquisição parcelada de combustíveis para a frota de veículos oficiais e máquinas do município de Itaquara, através do menor preço por item, empreitada por preço unitário, conforme termo de referência. (ANEXO I), por registro de preços. Interessados obter informações e adquirir o edital no site <http://pmiitaquara.ba.transparencia.com.br>. Recebimento das propostas a partir do dia 02/02/2022 às 10h. Abertura das propostas 15/02/2022 às 10h. Início da sessão de disputa no dia 15/02/2022 às 10:30h. Fone (73) 35432110. Itaquara - BA, 02/02/2022. Aná Rita Oliveira Costa - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MUCUGÊ

PROCESSO Nº 009/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2022— ADESAO Nº 001 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS — PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2021—PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3100/2021 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAMELEIRA DE GOIÁS. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mucugê/Fundo Municipal de Saúde de Mucugê-BA. CONTRATADA: LIZAR SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.536.715/0001-24, com sede Rua J11, nº 181, Quadra 03, Lote 08/13, Sala 12, Bairro Jardim Ipê, na cidade de Goiânia - GO, CEP: 74.594-005. OBJETO: Aquisição de 01(um) - Veículo Ambulância Tipo A simples remoção padrão Sigen, Ano/Modelo 2021/2021, zero km, Renault/Furgão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital, na ata de registro de preços do referido pregão e no contrato ora firmado. VALOR: R\$ 272.500,00 (duzentos e setenta e dois mil e quinhentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE GESTORA: 03.05.001; ATIVIDADE: 1.002; ELEMENTO: 4.4.9.0.52.00.00.00.00; FONTE: 091400. VIGÊNCIA: 29/04/2022. DATA DA ASSINATURA: 01/02/2022.



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2022

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA FÍSICA, DESARMADA E ARMADA, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES DO SESC/BA. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15 DE FEVEREIRO DE 2022, ÀS 13H30MIN.

O Edital encontra-se disponível aos interessados através do Site: www.sescbahia.com.br, Link "Licitações", Licitações em aberto, Protocolo 22/01.00003-PE, sob o Título = "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA FÍSICA, DESARMADA E ARMADA, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES DO SESC/BA", bem como no Portal de Compras do SESC Bahia, no endereço: www.compras.sescbahia.com.br.

Salvador, 02 de Fevereiro de 2022. Comissão Permanente de Licitação.

SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA - SUDESB

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 - (SETRE/SUDESB)

Abertura: 15/02/2022, às 10h00min (horário de Brasília). Objeto: Registro de Preço - Materiais Esportivos para Artes Marciais. Família: 78.10, 65.10, 42.40, 84.30, com abrangência em todo o território Nacional. Ocorrência por videoconferência, a ser realizada através do Microsoft Teams, que é uma ferramenta de colaboração corporativa pertencente à plataforma Office 365. O acesso aos procedimentos para uso da ferramenta pelos licitantes será feito pelo endereço eletrônico - <https://comprasnet.ba.gov.br/content/sessao-virtual>. Os licitantes interessados em participar do certame deverão encaminhar os envelopes de credenciamento, proposta de preços e habilitação, na forma descrita no Instrumento Convocatório, via Correios ou outro meio similar de entrega, com data e horário limite para o recebimento até às 12h00min do dia 14/02/2022, sendo a abertura da sessão às 10h00min do dia 15/02/2022. Os envelopes deverão ser endereçados com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação-COPEL, para o seguinte endereço Av. Radioamadores, nº 159 a 357, Pinaçu, CEP: 41.740-090, (Tribuna de Honra do Estádio de Pinaçu) Salvador - Bahia. O Edital poderá ser obtido através do site www.comprasnet.ba.gov.br. Informações poderão ser obtidas através dos tels. (71) 3116-9114 ou e-mail < copel.sudesb@suadesb.ba.gov.br. Salvador-Ba, 01/02/2022. Pregoeiro da Sessão.

SUDESB

Embaixador visita a Bahia e anuncia mais R\$ 5,3 milhões

UNIÃO EUROPEIA Terminou ontem a visita do embaixador da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez, às cidades de Ilhéus e Itabuna, no sul baiano, afetadas pelas chuvas desde dezembro passado. Por causa dos prejuízos causados pelas enchentes, ele anunciou uma ajuda financeira da União Europeia aos municípios de Itabuna, Ilhéus, Itajuípe, Itamaraju, Jucuruçu e Dário Meira. O montante chega a 900 mil euros, o que corresponde a R\$ 5,3 milhões.

O dinheiro também vai atender a dois municípios de Minas Gerais atingidos pelas fortes chuvas: Palmópolis e Rio do Prado. A liberação de recursos se junta a outros 100 mil euros, correspondentes a R\$ 593 mil, que já haviam sido liberados pela União Europeia para o país através da Cruz Vermelha. No total, R\$ 5,9 milhões foram destinados para conter os estragos das chuvas nos dois estados brasileiros.

Em entrevista, o embaixador reafirmou a parceria entre o grupo europeu e o Brasil. "Para a União Europeia é muito importante poder responder dentro das nossas possibilidades quando um parceiro, como é o caso do



DIVULGAÇÃO GUTHRIERY ANDRADE

900 MIL

euros, que correspondem a R\$ 5,3 milhões, serão liberados pela União Europeia

100 MIL

euros já tinham sido doados anteriormente

24 MIL

pessoas deverão ser beneficiadas em oito municípios baianos e de Minas

Brasil, sofre uma situação de desastre natural", disse Ignacio Ybáñez. Os recursos serão recebidos pelas Cáritas Brasileiras, um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que realizam ações de desenvolvimento sustentável e direitos humanos.

"Os municípios foram identificados pela Defesa Civil brasileira como os que sofreram com mais problemas por conta das enchentes. Não podemos cobrir 100% dos

O embaixador Ignacio Ybáñez confere os estragos das chuvas em Ilhéus e Itabuna

municípios, mas fizemos uma escolha de oito deles", completou o embaixador.

Para atender cerca de 24 mil pessoas com os recursos liberados, o programa Resposta Emergencial para Pessoas Vulneráveis Afetadas pelas Enchentes trabalhará em três eixos. Com base em critérios de vulnerabilidade, mil famílias serão selecionadas para receberem auxílio monetário, e outras 5 mil receberão kits de higiene e limpeza.

Além disso, as Cáritas Brasileiras preveem um valor de R\$ 30 mil para fortalecimento e aprimoramento das capacidades de pelo menos três abrigos, localizados em Itabuna e Itamaraju.

"A mensagem principal da viagem é realmente expressar a nossa solidariedade. A relação entre a União Europeia e o Brasil não é somente preocupada com o comércio e grandes projetos. É também uma cooperação baseada na solidariedade e necessidade de ajuda quando uma parte do Brasil necessita", concluiu Ignacio Ybáñez. Segundo eles, países da Europa podem ainda, individualmente, realizar mais doações.

EXCEPCIONALMENTE, A COLUNA SATÉLITE NÃO É PUBLICADA HOJE

Apoie o jornalismo baiano e se informe com conteúdo apurado.

- ✓ Informação confiável
- ✓ Conteúdo Exclusivo
- ✓ Descontos com o Clube Correio

Assinatura Digital

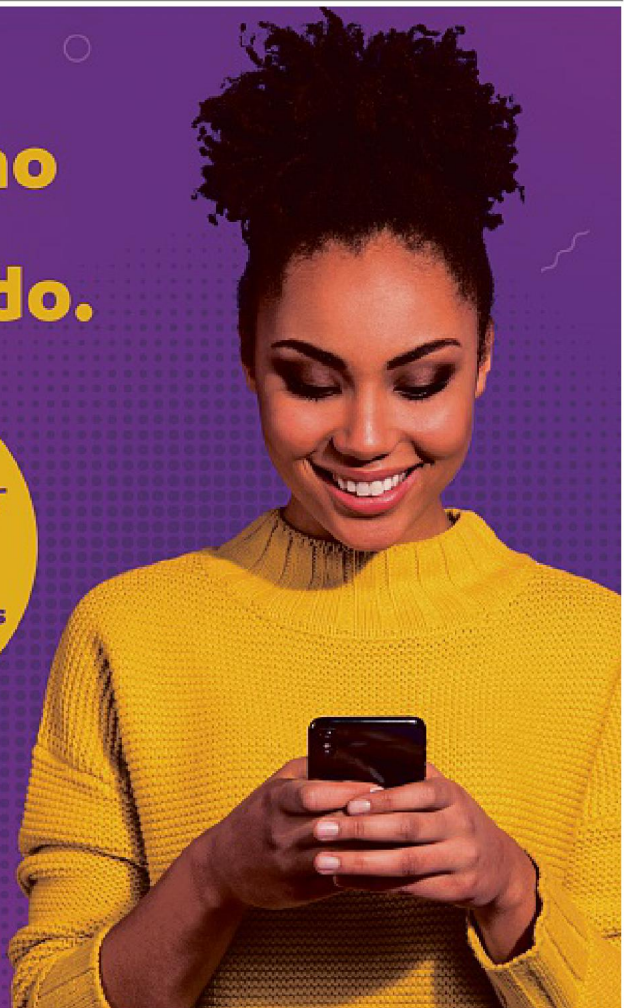
~~De: R\$ 9,90/mês~~

Por: **R\$ 5,94/mês**



Acesse bit.ly/ApoieoJornalismo assine o Correio e tenha acesso ilimitado.

Correio



BAHIA

Rede hoteleira Rosewood ganha licitação do Rio Branco

PALÁCIO O Palácio Rio Branco já tem, oficialmente, um novo dono: a empresa BM Varejo Empreendimentos S.p.A., proprietária da rede hoteleira francesa BMF e também do hotel Rosewood, em São Paulo, cujas diárias variam de R\$ 2.900 a R\$ 6.900. A licitação foi concluída e publicada ontem, no Diário Oficial da União e do Estado. O documento trata de uma concessão do monumento histórico à iniciativa privada, para instalação do hotel, a empresa terá que reformar, restaurar e requalificar o prédio, além de se encarregar da conservação e manutenção do Palácio Rio Branco. A justificativa do governo estadual para a cessão é “a efetiva utilização econômica, capaz de contribuir ao processo de reurbanização do local”. O procurador da empresa, o advogado Celso Castro, disse que as obras iniciarão após a assinatura do contrato, que será firmado em até 60 dias.

TECNOLOGIA Quem circula por um sistema metroviário que possui 2 mil câmeras espalhadas já pode se considerar numa espécie de BBB. Se já era possível capturar muitas imagens, a partir de agora, vai ser mais difícil esconder alguma coisa. É que os seguranças que trabalham no Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas já começaram a usar câmeras acopladas às fardas.

No total, são 220 câmeras portáteis corporais, acopladas ao fardamento durante todo o turno de serviço. Os dados trazidos pelas câmeras podem inibir comportamentos inadequados, registrar eventuais falhas e servir também para treinar agentes e planejar ações, além de salvaguardar esses mesmos profissionais em situações de perigo ou conflito. “Em situações que necessitem de mais esclarecimentos, o download das imagens

Seguranças do metrô passam a usar câmeras na farda



São 220 câmeras portáteis corporais utilizadas pelos agentes

é feito imediatamente. Esses backups acontecem em ‘dock stations’ situadas em locais estratégicos”, detalha Leonardo Balbino, que está à frente do centro de controle operacional da CCR.

As imagens podem ser concedidas a instituições de segurança pública através de solicitações da Justiça. O uso das câmeras é importante para o aprimoramento na atuação dos agentes de atendimento, a transparência e a padronização de procedimentos, garante a CCR.

Além das câmeras, a CCR Metrô Bahia anunciou também o uso de moto rondas. Esse trabalho é diário e dividido em dois turnos: das 6h às 18h30 e das 18h às 6h30. Ao todo, 18 Agentes de Atendimento e Segurança, atuando com motos, trafegam por cerca de 100 km por dia, entre as linhas 1 e 2, numa ação sincronizada com o Centro de Controle Operacional (CCO).

NUTRICIONISTA DEFENDE DIETA COM PÃO

SAÚDE Pão, manteiga e dieta. Segundo a nutricionista Tâmara Ferreira, isso é totalmente possível desde que seja feito de forma equilibrada. “Você pode comer um pão todo dia sem nenhum problema. Obviamente, que é preciso fazer boas escolhas mesmo dentro desse grupo alimentar. O pão integral, por exemplo, é melhor do ponto de vista metabólico. O pão deve estar sempre junto com uma proteína, como carne ou frango.” As dicas estão no programa Saúde e Bem-Estar, apresentado pelo jornalista Jorge Gauthier no Instagram do CORREIO.

LAURO DE FREITAS ALERTA SOBRE COVID-19

FAIXAS Quem passar pelas principais vias dos bairros de Portão, Centro, Ipitanga, Vida Nova e Cajá, Vilas, Buraquinho e Itinga, em Lauro de Freitas, terá acesso aos dados de covid-19 nessas localidades. A prefeitura instalou faixas, anteaontem, e intensificou a divulgação, com carros de som e meios digitais, para alertar que a pandemia ainda não acabou, e os cuidados de prevenção devem ser mantidos. Dos testes feitos no município, Portão lidera com 61% de positivos para a doença, seguido de Itinga, com 51%, Jambuí, com 42%, e Vilas do Atlântico, com 41%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 006/2022
A Pregoeira do Município de Pindaí, torna público aos interessados que será realizado o Pregão Eletrônico - SRP nº 006/2022, que tem por objeto a aquisição de materiais gráficos tipo menor preço por lote. Data: 14/02/2022, às 08:30 horas no portal www.licitacoes-e.com.br. O Edital e atos posteriores podem ser consultados nos sites <http://www.pindaiba.gov.br> e www.licitacoes-e.com.br. Pindaí-Ba, 02 de fevereiro de 2022. Erica de Jesus Pereira - Pregoeira. Telefone : (77) 3667-2245.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARACI
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2022
Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Data: 14/02/2022. Horário: 09 h. Edital e anexos disponíveis no Centro Administrativo de Jacaraci no horário de 08 às 12 h de segunda a sexta e no site www.jacaraci.ba.gov.br. Fone: (77) 3466-2151. Jacaraci, 01 de fevereiro 2022. João Paulo da Silva Souza, Presidente da CPL.

“SERTANEJA”- EMPRESA AGRO-PASTORIL S/A
CNPJ 13.680.295/0001-74

EXTRATO
EXTRATO para publicação, nos termos do § 3º do art. 130 da Lei 6.404/76, da Ata das AGE/AGO de 29/04/2017 da SERTANEJA EMPRESA AGRO PASTORIL S/A, CNPJ 13.680.295/0001-74, Inscrição Estadual nº 11010151, matriculada na JUCEB sob o NIRE nº 29 3 000002-7, realizadas em Barreiras/Bahia, a partir das dez horas da manhã;

A) OBJETO DA CONVOCAÇÃO: AGE/AGE cumulativas, que aprovaram as contas da Diretoria, balanço e anexos do exercício de 2019, demonstrações financeiras, com manutenção do capital social de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais); B) PRESENÇA de 98,38% do capital social, todo ele votante, constituído de ações ordinárias; C) DELIBERAÇÕES: (01) decisões da AGE: a) aprovação das contas dos administradores, do balanço e das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2019; b) eleição para os cargos de membros do conselho de administração para o período de 30/04/2020 até 30/04/2023: NATALIA EVANGELISTA BALBINO FERREIRA, brasileira, solteira, administradora de empresas, inscrita no CPF/MF sob o nº 033.826.235-01, portadora da cédula de identidade RG nº 11298590 45, SSP/BA, residente na Rua Marquês de Caravelas nº 265, Edifício Montreal aptº 601, Barra, Salvador, Bahia - Presidente; ANTONIO BALBINO DE CARVALHO NETO, brasileiro, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF/MF sob o nº 239.574.171-04, portador da cédula de identidade RG nº 01041513 07, SSP/BA, residente na Rua Renato Gonçalves nº 462, Edifício Tom Jobim aptº 401, Bairro Renato Gonçalves, Barreiras, Bahia - Vice-Presidente; ZIZETTE BALBINO DE CARVALHO FERREIRA, brasileira, viúva, advogada, inscrita no CPF/MF nº 507.709.265-69, portadora da cédula de identidade RG nº 00.336.289-20 SSP/BA, residente na Rua Marques de Caravelas, nº 429, apto 501, Barra, Salvador-BA - membro; SOLANGE MARIA BALBINO DE CARVALHO, brasileira, viúva, empresária, inscrita no CPF/MF 167.566.195-34, portadora da cédula de identidade RG nº 00.364.132-59, SSP/BA, residente na Rua Marques de Caravelas, nº 429, apto 501, Barra, Salvador-BA - membro; MARCOS BALBINO MARBACK, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 740.611.007-34, portador da cédula de identidade RG nº 1.001.001, SSP/BA, residente na Rua Marques de Caravelas nº 429, Edifício Guilherme Marback aptº 501, Barra, Salvador, Bahia - membro; e MAYLLA BALBINO FERREIRA DE BESSA, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF/MF sob o nº 991.407.481-20, portadora da cédula de identidade RG nº 1142003 09, SSP/BA, residente na SHS Q1 13 Chácara 10, Lago Sul, Brasília, Distrito Federal - membro; d) manutenção dos honorários respectivos, conforme fixados no estatuto social da empresa; e) reconhecimento da inexistência de lucro no exercício findo, não havendo dividendos a distribuir; (02) decisões da AGE: a) manter o capital social em R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) com a seguinte composição acionária: Zizette Balbino de Carvalho Ferreira - 797.630; Solange Maria Balbino de Carvalho - 797.630; Antonio Balbino de Carvalho Neto - 369.590; Marcos Balbino Marback - 163.510; Antonio Rui Balbino de Carvalho Ferreira - 145.830; Oscar de Carvalho Marback Filho - 87.880; Roberta Balbino Marback Daudt - 87.880; Kátia Balbino de Carvalho Ferreira - 83.960; Eduardo Catalão - 46.290; Maylla Balbino Ferreira de Bessa - 33.940; Zizette Evangelista Balbino Ferreira - 33.940; Tayssa Balbino Araes; Natalia Evangelista Balbino Ferreira - 33.940; João Pedro Balbino Ferreira Guimarães - 33.940; e Paulo Roberto Laville de Carvalho - 300; b) renovar a autorização para quitação dos créditos; c) autorizar a continuar atualizando os créditos dos acionistas, que poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para elevação do capital social ou ser quitados com bens imobilizados da empresa bem como através de investimentos, desde quando aprovados pelo Conselho de Administração; d) aprovar, também, com homologação da AGE, a ratificação de todos os atos praticados, em juízo ou fora dele, pelos procuradores da empresa, em especial no que se refere aos títulos originários do pagamento proveniente da apropriação de suas fazendas, e a confirmação das autorizações dadas aos procuradores da empresa, para que continuem indefinidamente a desempenhar seus mandatos, em juízo ou fora dele; e) aprovar todos os atos praticados pela Diretoria ante documentos exibidos; (03) aprovação, por unanimidade, do presente extrato, conforme consta da ata de AGE/AGO de 30/06/2020, que será apresentado em anexo ao pedido de registro da ata principal na JUCEB, sendo sumário da reprodução fiel, na forma da lei e dos estatutos, do que contém a referida ata, devendo ser comunicado à JUCEB que após o registro da ata, publicado este extrato, seja mandado arquivar naquela Junta, conforme determina a legislação vigente. Lidos, a ata e o extrato, foram aprovados por todos os acionistas presentes. Não havendo mais quem usasse da palavra, o senhor Presidente agradeceu a presença da maioria dos acionistas e declarou encerrada a sessão, presente as devidas exceções, tudo conforme nesta ata expresso, que vai assinada por mim, secretário, que a escrevi, bem como pelo Presidente dos trabalhos e por todos os acionistas, atendidos os requisitos de legitimidade e representação. Barreiras, Bahia, 30 de junho de 2020. João Pedro Balbino Ferreira Guimarães - Secretário da Mesa; Antonio Balbino de Carvalho Neto - Presidente da Mesa; Zizette Balbino de Carvalho Ferreira; Solange Maria Balbino de Carvalho; Antonio Rui Balbino de Carvalho Ferreira; Oscar de Carvalho Marback Filho (Representado por Marcos Balbino Marback); Marcos Balbino Marback; Kátia Balbino de Carvalho Ferreira; Maylla Balbino Ferreira de Bessa; Zizette Evangelista Balbino Ferreira; Tayssa Balbino Araes; Natalia Evangelista Balbino Ferreira; e Roberta Balbino Marback Daudt. A presente é cópia fiel do original, que encontra-se no 4º Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da “SERTANEJA” - Empresa Agro-Pastoril S/A, arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB sob o registro nº 98144021, em 23/12/2021, protocolo 217304605, de 09/12/2021.

NOOG
DISTRIBUIDORA
(75) 3311-2977 / (75) 3221-1723
(75) 99981-5004 / (75) 99941-9881
UNIVERSO DAS TELHAS

DIVIDIMOS EM ATÉ 12X
EM ATÉ 4X SEM JUROS
EM TODO O ESTADO DA BAHIA

INSS paga com reajuste quem ganha mais de um mínimo

APOSENTADOS O INSS começou a pagar, ontem, os benefícios com reajustes para aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo (R\$ 1.212). O calendário será seguido de acordo com o número do benefício do segurado. Para aqueles que recebem um salário mínimo, os depósitos referentes a janeiro vêm sendo feitos desde o último dia 25.

As quantias pagas aos segurados da Previdência que ganham acima de um salário mínimo foram reajustadas em 10,16%, com exceção de quem começou a receber seu benefício a partir de fevereiro de 2021. Para esses, aplica-se um fator de reajuste que leva em conta a data de início da aposentadoria ou pensão.

Na mesma portaria em que aplica o Índice

36 milhões de pessoas têm direitos a benefícios do INSS no país hoje

CAIXA LIBERA CONSULTA AO PIS DE 2022

ABONO SALARIAL A Caixa Econômica Federal liberou ontem a consulta ao abono salarial do PIS de 2022 pelos beneficiários nascidos de janeiro a junho, além dos trabalhadores dos municípios afetados pelas fortes chuvas na Bahia e em Minas Gerais. Para os demais, os valores serão disponibilizados nos próximos meses. A consulta pode ser feita nos aplicativos Caixa Tem e Caixa Trabalhador ou pelo telefone 0800-726-0207 (Atendimento Caixa ao Cidadão).

Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para reajustar os benefícios, os ministérios do Trabalho e Previdência e da Economia elevaram de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22 o teto dos benefícios pagos pelo INSS.

Para quem recebe o equivalente ao piso, R\$ 1.212, os pagamentos começaram a ser depositados em 25 de janeiro e seguem sendo liberados até o dia 7. O calendário leva em conta o número do benefício dos segurados.

Os mais de 36 milhões de beneficiários do INSS podem consultar as datas em que o órgão depositará o dinheiro em suas contas acessando a tabela que o instituto disponibiliza em sua página.

O governo federal deve anunciar hoje mudanças na prova de vida obrigatória de aposentados e pensionistas do INSS. O procedimento passará a ser feita a partir do cruzamento entre as bases de dados

do governo. Com isso, a expectativa é de que o processo fique mais fácil. O governo ainda não deu detalhes sobre o que vai mudar. Haverá um evento hoje para o presidente Jair Bolsonaro assinar uma portaria com as mudanças.

Elas valerão para os segurados que fizerem aniversário a partir da data da publicação da portaria. A prova de vida é um procedimento obrigatório para o segurado do INSS provar que está vivo e continuar recebendo benefícios. Caso os segurados não passem pelo processo, os valores são suspensos.

Atualmente, cada pessoa precisa comparecer pessoalmente ao banco responsável pelo pagamento do benefício e fazer a prova de vida por meio de biometria nos caixas eletrônicos ou no atendimento pessoal das agências, apresentando o cartão de débito e um documento com foto.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,2718	R\$ 5,2718
Dólar Turismo	R\$ 5,31	R\$ 5,43
Euro turismo	R\$ 6,01	R\$ 6,15

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	113.238,31	0,97%

POUPANÇA

2/2/2022	0,6265%
----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.212,00

INFLAÇÃO

	Dezembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,73%	10,06%	10,06%
INPC/IBGE	0,73%	10,16%	10,16%
IGP-M/FGV	0,87%	17,78%	17,78%

COMÉRCIO

176

milhões de dólares foi o déficit da balança comercial brasileira em janeiro passado. No mês passado, as exportações somaram US\$ 19,673 bilhões. Já as importações totalizaram US\$ 19,849 bilhões

INFLAÇÃO DA INDÚSTRIA TEM ALTA RECORDE

IBGE O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui preços da indústria extrativa e de transformação, registrou queda de 0,12% em dezembro, informou ontem o IBGE. Mesmo com essa queda, o IPP de indústrias fechou 2021 com aumento de 28,39%, o maior da série anual do indicador - iniciada em 2014. O IPP mede a evolução dos preços de produtos na "porta da fábrica", sem impostos e fretes, da indústria extrativa e de 23 setores da indústria de transformação.

Produção do setor mineral aumentou 7% em 2021

BALANÇO A produção total do setor mineral brasileiro alcançou, no ano passado, 1,150 bilhão de toneladas, mostrando aumento de 7% sobre as 1,073 bilhão de toneladas de 2020. O faturamento global do setor atingiu R\$ 339 bilhões, mais 62% em comparação aos R\$ 209 bilhões registrados no ano anterior. Por estados, os maiores faturamentos foram observados no Pará, com R\$ 146,6 bilhões (+51%); Minas Gerais, R\$ 143 bilhões (+87%); e Bahia, R\$ 9,5 bilhões (+67%). A participação do Pará no faturamento global caiu de 46%, em 2020, para 43%, em 2021, enquanto a de Minas Gerais subiu de 37% para 42%, no mesmo período.

As informações foram divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). O forte aumento de preço das principais commodities minerais, combinado com a valorização do dólar, explica o crescimento do faturamento, disse o presidente do conselho diretor do Ibram, Wilson Brumer.

Segundo Brumer, houve queda no preço do minério de ferro entre junho e novembro de 2021, mas, mesmo assim, a média foi 47,5% maior do que a de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº PRA-2022 Torna público objeto: Contratação de empresa para locação, manutenção, montagem e desmontagem de decorações carnavalescas, a fim de atender os serviços inerentes a decoração de carnaval deste município, dia 14/02/2022 - 10h, retirada edital: junto a CPL do município, 08h às 13h ou no site <https://doem.org.br/ba/alcoaba>, "editais" - licitacaoalcoaba2021@hotmail.com - Givaldo Muniz - Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA
"A Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR realizará Audiência Pública preparatória de procedimento licitatório a ser realizado pelo Estado da Bahia para aquisição de unidades habitacionais no Município de Itabuna. O evento será realizado na próxima sexta-feira 04/02/2022 às 9h. Maiores informações disponíveis no site <http://www.sedur.ba.gov.br/>"

SECRETARIA DA SAÚDE  **Estado da Bahia**
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022 ID: 920201 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). Abertura: 16/02/2022, às 10h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: Aquisição de Medicamento: NINTEDANIBE 100mg, ACIDO folinico 15mg, VITAMINA Complexo B 2ml, etc. "REGISTRO DE PREÇO". Família(s): 65.01/65.02. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: luciana.chaves@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-8334/3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª avenida nº 400 - Plataforma VI Lado "A" Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 01/02/2022. Luciana de Jesus Chaves - Pregoeiro (a) Oficial.
SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE  **Estado da Bahia**
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022 ID: 920208 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). Abertura: 16/02/2022, às 10h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: Aquisição de Medicamento: PEROXIDO 1000ml, RISPERIDONA 2mg, METOPROLOL 25mg, etc. "REGISTRO DE PREÇO". Família(s): 65.02. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: voie.anjos@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-8334 / 3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª avenida nº 400 - Plataforma VI Lado "A" Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 01/02/2022. Yole Sampaio Ribeiro - Pregoeiro (a) Oficial.
SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE  **Estado da Bahia**
SESAB - HOSPITAL GERAL ROBERTO SANTOS - AVISO DE ADIAMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022 ID: 919441.
O Pregoeiro do Hospital Geral Roberto Santos, comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar (Seringas), e com sessão de abertura então designada para o dia 11/02/2022, às 09h00min, que fica remarcada para o dia 15/02/2022 às 09:00hs, em razão de inconsistência nos descritivos dos lotes 3 e 4, COM O MESMO Nº ID: 919441 (BB). Família: 65.15. Outras informações e/ou Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site: www.comprasnet.ba.gov.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: hrgs.copel@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3103-8898/8899 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00hs no endereço: COPEL do HGRS na Estrada do Sabeiro S/Nº, Prédio Anexo, 1ª Andar, Sala de Licitação - Bairro Capela, Salvador - Bahia, 01/02/2022. Francisco Silva Mota - Pregoeiro/HGRS.
SESAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA
CNPJ Nº: 14.215.826/0001-82
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 002/2022
Abertura: 21/02/2022 às 09h - Objeto: Contratação da empresa para reforma e ampliação na Escola Municipal Quintino Teles Guimarães no Povoado Conceição de Campinas deste Município de Paripiranga/BA. Edital e seus anexos no link: <https://www.paripiranga.ba.gov.br/site/editais>; Josefa Vilma Souza Santos - Presidente da CPL, 01/02/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NILO PECANHA
CNPJ Nº: 13.758.313/0001-55
ERRATA DE PUBLICAÇÃO - PE 001/2022
A Comissão Permanente de Licitação - CPL, através desta vem retificar: Matéria publicada no Diário Oficial - Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP, Diário Oficial da União e Jornal Correio da Bahia, no dia 21 de janeiro de 2022, nº2541, referente ao AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022, onde se lê: Sessão acontecerá no dia 03/02/2022 às 09hs - Leia-se: Sessão acontecerá no dia 14/02/2022 às 10hs.

CONSORCIO SUSTENTÁVEL TERRITÓRIO DO SÃO FRANCISCO CONSTESF DE JUAZEIRO/BA
EXTRATO DE EDITAL PROCESSO SELETIVO 01/2022
CONSORCIO SUSTENTÁVEL TERRITÓRIO DO SÃO FRANCISCO - CNPJ: 11.308.356/0001-03 - O Consórcio no uso de suas atribuições legais comunica aos interessados que se realizará o Processo Seletivo Simples para contratação temporária para atendimento de serviços de infraestrutura - SEINFRA, edital nº 01/2022. Período de inscrições: 02/02/2022 à 04/02/2022, das 09h às 12h e das 14h às 16:30h, na sede do Consórcio, situado na Rua Chile, Nº 282, Maria Goretti, Juazeiro/BA, Cargas cobertas de vagas: Motorista de Rogadeira (01) Motorista (01), Servente Geral (4). Edital disponível no site: www.licitacoes.org/constesf_juazeiro_02_de_fevereiro_de_2022. Régis Clevis Sampaio Bento - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2022 - CPL da PM de Itamaraju - BA, torna público que no dia 04/03/2022, às 9:00h, na sede da Prefeitura Municipal de Itamaraju, realizará CHAMADA PÚBLICA, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, para manutenção da merenda escolar deste município, da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, TI(7)3294-3132 - Divulgação dos outros atos - Diário Oficial-site: www.itamaraju.ba.gov.br - Em, 31/01/2022 - Juceniza C. Favaleira de Almeida - Presidente CPL.
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 001/2022 A CPL da PM de Itamaraju - BA realizará licitação em 17/02/2022, às 9:00h, em sua sede, para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Obra e Engenharia para Pavimentação em Paralelepípedos de Diversas Ruas no Município de Itamaraju/BA. TI(7)3294-3132 - Divulgação dos outros atos - Diário Oficial-site: www.itamaraju.ba.gov.br - Em, 01/02/2022 - Juceniza C. Favaleira de Almeida - Presidente CPL.
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022 A CPL da PM de Itamaraju - BA realizará licitação em 08/02/2022, às 9:00h, em sua sede, para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Obra e Engenharia para Manutenção e Implantação de Pavimentação, Passéios, Canteiros, Iluminação, Proteção de Encostas e Infraestrutura Urbana em diversas Ruas do Município de Itamaraju/BA. TI(7)3294-3132 - Divulgação dos outros atos - Diário Oficial-site: www.itamaraju.ba.gov.br - Em, 01/02/2022 - Juceniza C. Favaleira de Almeida - Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICAL
AVISO DE LICITAÇÃO A Prefeitura Municipal de Angical torna pública a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022 - Processo Administrativo nº 026/2022, sobre critério de menor preço por item, cujo objeto é contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de equipamentos de informática, em atendimento das necessidades das Secretarias deste Município, que acontecerá a sessão no dia 14 de fevereiro de 2022, às 08h00min (oitto horas). O edital estará disponível nos sites www.bl.org.br e www.angical.ba.gov.br. Informações e esclarecimentos à Pça Durvalmeirino Bandeira Cotel, nº 01, Centro, Angical/BA, CEP: 47.960-000 ou através do e-mail licitacao@angical.ba.gov.br. Angical/BA, 02 de fevereiro de 2022. Lindberg de Oliveira/Pregoeiro.
AVISO DE LICITAÇÃO A Prefeitura Municipal de Angical torna pública a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022 - Processo Administrativo nº 027/2022, sobre critério de menor preço por item, cujo objeto é contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de móveis, materiais de escritório e eletrodomésticos: armários, ar condicionado, cadeiras, estantes, mesas e outros, para atender as necessidades das diversas Secretarias deste Município, que acontecerá a sessão no dia 14 de fevereiro de 2022, às 14h00min (quatorze horas). O edital estará disponível nos sites www.bl.org.br e www.angical.ba.gov.br. Informações e esclarecimentos à Pça Durvalmeirino Bandeira Cotel, nº 01, Centro - Angical - Bahia, CEP: 47.960-000 ou através do e-mail licitacao@angical.ba.gov.br. Angical/BA, 02 de fevereiro de 2022. Lindberg de Oliveira/Pregoeiro.

Por Paulo Roberto Sampaio

Guilherme Reis

Raul Monteiro

paulorbertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Raio Laser

Sem figurão

O marketing político do ex-presidente Lula vai ficar a cargo de Augusto Fonseca, da MPB Estratégia & Criação. Será a primeira campanha de Fonseca no PT, mas o marqueteiro já atuou em 2014, ao lado de Aécio Neves (PSDB), e, em 2018, de Ciro Gomes, ambos na sucessão presidencial. Para as eleições de 2022, o PT decidiu por não investir na figura de um "supermarqueteiro", como foi feito nas campanhas presidenciais do partido de 2002 a 2014, quando contou com Duda Mendonça e João Santana.



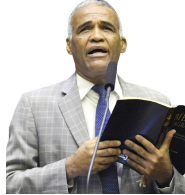
Lula

Prestaremos continência a qualquer comandante supremo das Forças Armadas, sempre

Carlos de Almeida Baptista Junior, chefe da Força Aérea Brasileira

Federações

Depois do recesso de final de ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) retoma hoje as sessões plenárias com um julgamento aguardado por dirigentes partidários para destravar negociações do tabuleiro eleitoral. Os ministros vão bater o martelo sobre a criação das federações partidárias, novidade instituída pela Lei dos Partidos Políticos, e sobre os prazos para a aglutinação das legendas interessadas em somar esforços já para a disputa de 2022.



Pastor Sargento Isidório

Presidênciavel

O deputado federal e presidente do Avante na Bahia, Pastor Sargento Isidório, o deputado estadual Tum e o ex-comandante-geral da Polícia Militar na Bahia, Anselmo Brandão, participaram da convenção nacional do partido, no sábado e domingo passados, quando foi lançada a pré-candidatura à Presidência da República do deputado federal André Janones. Tum e Brandão, que podem ingressar no Avante, foram a Recife (PE) a convite de Isidório que, na Bahia, integra a base do governador Rui Costa (PT).

Petróleo

Com o objetivo de atenuar o impacto da alta dos produtos derivados de petróleo e de gás natural, o deputado federal Daniel Almeida (PCdoB-BA) protocolou o Projeto de Lei 3943/2021, na Câmara Federal. "É preciso regular mercados para que não ocorram abusos na variação dos preços, e para que o desenvolvimento econômico e social seja resguardado", ressalta Daniel. Além da regulação, o PL 3943/2021 propõe a criação do Fundo Nacional para a Estabilização dos Preços de Derivados de Petróleo.

Produção

Cacaucuilator e ex-secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas comemorou a produção recorde de cacau que a Bahia obteve no ano de 2021. Segundo a Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), o estado produziu quase 141 mil toneladas de amêndoas. É o melhor resultado desde 2017, mantendo-se como maior produtor do Brasil.



Fábio Vilas-Boas

Mensagem

Os trabalhos legislativos da Câmara Municipal de Salvador serão retomados hoje, às 9h30, em sessão solene de instalação do 2º Período Legislativo da 19ª Legislatura. A sessão semipresencial será dirigida pelo presidente da Casa, vereador Geraldo Júnior (MDB), a partir do Plenário Cosme de Farias. Após declarar abertos os trabalhos, o presidente Geraldo Júnior convidará o prefeito Bruno Reis para fazer a leitura da Mensagem do Executivo Municipal.

Proteção

Assim como a Associação Baiana de Imprensa (ABI), o Sinjorba e a Fenaj também se solidarizam com os jornalistas Tony Júnior, Jefferson Alves, Fábio Gomes e Carlinhos, que trabalham para as TVs Aratu e Band e foram atacados por bandidos ao fazerem a cobertura de um homicídio na Rua Santa Tereza, em Águas Claras, ontem. Os criminosos atiraram para o alto e também em direção aos repórteres, além de agredirem alguns e quebrarem equipamentos. Providências foram pedidas pelas entidades.

Fala, Fux!

Presidindo a abertura dos trabalhos do Judiciário, o Presidente do STF, Luiz Fux, ressaltou "a importância da liberdade de imprensa para a democracia e para que as pessoas possam expressar divergências sem medo de retaliação". Não é bem isso que seu colega Alexandre de Moraes pratica.



Luiz Fux

Suspenso

O INSS suspendeu o atendimento nas agências da Rua Odilon Dorea e do Comércio, em Salvador, após denúncia do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (SINDPREV). O posto de atendimento do Comércio estava há 15 dias sem ar-condicionado e com irregularidade no abastecimento de água potável. De acordo com o coordenador do SINDPREV, Edivaldo Santa Rita, os servidores estavam trabalhando em um ambiente insalubre e com grande risco de contaminação por coronavírus, pois não havia ventilação.

Casos

O boletim epidemiológico de ontem registra 29.176 casos ativos de Covid-19 na Bahia. Foram registrados 4.385 novos casos de Covid-19, 5.781 recuperações e mais 37 óbitos. Dos 1.367.697 casos confirmados desde o início da pandemia, 1.310.540 já são considerados recuperados e 27.981 evoluíram para óbito. O boletim epidemiológico contabiliza ainda 1.728.146 casos descartados e 307.127 em investigação. Na Bahia, 57.543 profissionais da saúde foram confirmados para Covid-19.

Imunizados

Até ontem, 11.137.197 pessoas haviam sido vacinadas com a primeira dose, 264.416 com a dose única, 9.460.047 com a segunda dose e 2.424.836 com a dose de reforço. Do público de 5 a 11 anos, 106.063 crianças já foram imunizadas.

A domicílio

A Secretaria Municipal da Saúde disponibilizou o agendamento da imunização domiciliar contra Covid-19 para crianças de 06 a 11 anos através da plataforma Vacina Express. A vacinação domiciliar para esse público será realizada com o imunizante Coronavac. No ato da vacina deverá ser apresentada a caderneta de vacinação da criança e o cartão SUS de Salvador.

Prejuízo

O TCU (Tribunal de Contas da União) abriu uma investigação para verificar se o Banco do Brasil está prejudicando estados na concessão de empréstimos. A apuração foi instaurada após reportagem do jornal Folha de S.Paulo revelar que o banco tem travado operações com os estados de Alagoas e Bahia. A representação foi feita pelo subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado. O processo foi aberto ontem e está sob a relatoria do ministro Aroldo Cedraz. O governo de Alagoas recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) para obter os recursos após o Banco do Brasil ter abandonado as negociações de um empréstimo de R\$ 770 milhões sem maiores justificativas.

Deve ficar

O secretário estadual de Administração Penitenciária, Nestor Duarte, deve permanecer na base do governador Rui Costa e do senador Jaques Wagner e, com isso, deve manter também o comando da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap). Nestor foi indicado ao cargo pelo deputado federal Marcelo Nilo (PSB), que está em movimento de desembarque da base petista na Bahia, mas pelo bom trabalho feito na pasta e pela lealdade a Rui e Wagner está pavimentando sua permanência no cargo.



Nestor Duarte

Vacinação

A Prefeitura de Salvador segue, hoje, com a vacinação contra Covid-19 em diversos pontos da cidade, das 8h às 16h. Será ofertada a 1ª dose do imunizante Coronavac na vacinação de pessoas com 18 anos ou mais, e também para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos. A 2ª e 3ª doses também serão administradas de acordo com os apertamentos para cada público. A vacinação continua sendo exclusiva para os indivíduos que estiverem com o nome na lista do site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), no endereço www.saude.salvador.ba.gov.br. Neste dia, estará suspensa a aplicação da 1ª dose para crianças com 5 anos; crianças e adolescentes de 6 a 17 anos com comorbidades e deficiência permanente; gestantes e puérperas, bem como da 3ª dose para imunossuprimidos, gestantes e puérperas, e voluntários de pesquisas.

GAUDÊNCIO TORQUATO

O comércio da fé

Os evangélicos exercem forte influência sobre o pensamento nacional. Trata-se de um dado que passa ao largo da análise política. Quando muito merecem a lembrança bíblica: "dai a Deus o que é de Deus, e a César o que é de César. No mais das vezes, emerge o replicado dito constitucional sobre o Estado laico, que não deve se misturar a igreja, condição que separa as coisas da religião da esfera estatal.

Portanto, é claríssima a ideia de que a religião integra a vida privada não adotando o Estado brasileiro de religião oficial nem privilegiando seitas. Aos cidadãos, garante-se inteira liberdade de escolha de crenças, diferentemente dos tempos do absolutismo, quando monarcas se investiam do poder divino para justificar seus atos.

Na prática, porém, a teoria parece dar voltas em torno de seus eixos. Pois os credos evangélicos assumem declaradamente posicionamentos inerentes ao Estado, inclusive reivindicando poder material, seja por meio de domínio de feudos na administração pública, seja trabalhando abertamente pela indicação de ministros evangélicos para as Cortes, como ficou comprovado com a nomeação de um ministro "terivelmente evangélico", André Mendonça, para compor o quadro de 11 ministros da Suprema Corte.

Ora, esse fato, tão banalizado que deixou de ser algo extraordinário e, em tempos outros, condenado pela imensa maioria da comunidade social, torna-se

coisa trivial, a ponto de vermos, hoje, correntes evangélicas postulando a nomeação de uns e quemando as chances de outros. A eleição para as Cortes da Justiça passa, hoje, pelo crivo de pastores famosos, alguns sem pejo de patrocinarem abertamente perfis e grupos. O pastor Malafaia, como se sabe, é interlocutor permanente do presidente nessa matéria.

A confluência e tendência de imbricação entre as coisas de Deus e as de César, a barafunda tomará de conta da paisagem institucional. O IBGE calcula termos mais de 42,3 milhões de evangélicos no país (dados de 2010), representando, na época, 22,2% da população brasileira. No final de 2014, a projeção apontava que os protestantes seriam 29% da população. Em 2020, pesquisa Datafolha mostrou que os evangélicos já seriam 31% da população ou 65,4 milhões de pessoas. O maior credo é o das Assembleias de Deus, cerca de 30% do total, seguido pelas Igrejas Batistas, Congregação Cristã no Brasil e Igreja Universal do Reino de Deus. Esta, aliás, tem vasta estrutura de comunicação, com seu apósto bem disputado pelos políticos.

É preocupante o fato de que tais frentes religiosas usam o povo em sua peregrinação para dominar o Estado brasileiro, bastando ver como algumas delas usam o poder midiático para arrebatar fiéis e manter os cofres cheios. Pelas madrugadas, os cenários de catarse social eram comuns e hoje tais espetáculos, com sua liturgia centrada nos milagres que "curam" doentes, podem ser vistos até em horários noturnos, alguns bem cedo. A fé, nesse caso, em vez de

remover montanhas, serve como pá para arrecadar montes de dinheiro que obreiros e assistentes recolhem em suas andanças pelos gigantescos espaços dos cultos.

As massas, tão perdidas nesses tempos de pandemia, não hesitam em pagar o "ingresso" para adentrar o reino dos Céus. E tome grana, o agora facilmente captada por cartões de débito/crédito, e ainda por esse mecanismo criado pelo Banco Central, o PIX. Na África, a Igreja Universal luta para não ser banida de Angola, após ser investigada por desvio de dinheiro, discriminação e práticas contra a integridade de religiosos angolanos. Até o bispo Marcelo Crivella não recebeu agrément para exercer as funções de embaixador na África do Sul, por suspeitas de que poderia ser uma alavanca para preservar em Angola a Igreja Universal. E o bispo Macedo faz périplo internacional com o intuito de esticar os braços de sua religião.

O fato é que o evangelismo no Brasil assumiu uma feição política, puxando credos para a vala comum do oportunismo e do mercado da fé. Os governantes, preocupados em manter boas relações com as Igrejas, por ver no eleitorado evangélico rebanhos eleitorais, deixa a situação correr solta. Por isso, Brasília e o entorno do Palácio do Planalto, antes um território frequentado exclusivamente por políticos e suas equipes, agora é uma passarela da fé.

As igrejas evangélicas, portanto, em vez de se constituírem em redutos sagrados para elevar as preces dos crentes ao Senhor da Criação, se assemelham a sucursais de grandes favores, muitos voltados para perpetuar o poder terreno de grupos jamais preocupados com a salvação das almas. Tio Patinhas é uma inocente figura do passado.

Gaudêncio Torquato é escritor, jornalista, professor titular da USP e consultor político.

Rui discursa em tom de despedida na abertura de trabalhos na ALBA

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador Rui Costa (PT) participou ontem da sessão solene de reabertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), em Salvador. O tom do pronunciamento foi de despedida, já que ele está no último ano de mandato. Em seu discurso, o chefe do executivo baiano transmitiu sua mensagem ao poder legislativo e destacou os desafios enfrentados pela Bahia no último ano, com as ações de combate à pandemia de Covid-19 e de reconstrução do que foi destruído pelas chuvas que atingiram diversas regiões do estado, deixando milhares de desabrigados.

"A pandemia, infelizmente,

mostrou a sua face mais cruel entre as populações mais vulneráveis. Por isso, para estender a mão aos que mais precisavam, tivemos, desde 2020, que aportar R\$ 800 milhões, que, originalmente, não estavam previstos no orçamento. Além disso, há dois meses vivemos uma das maiores tragédias climáticas e ambientais da história da Bahia. 213 municípios foram afetados pelas enchentes, impactando a vida de mais de 1 milhão de habitantes e deixando 25.901 desabrigados", afirmou.

No discurso, o governador fez um minucioso relato dos investimentos realizados no ano passado — iniciando pela saúde — apontando obras importantes que entregará antes de passar a faixa governamental para seu sucessor. Rui Costa louvou o modelo "compartilhado" de

gestão que mantém com prefeitos e consórcios intermunicipais, que definiu como "relação democratizada".

Criticou, ainda, o presidente Jair Bolsonaro (PL). "Os posicionamentos espantosos do Governo Federal impactam negativamente a economia e a vida de todos." O petista também cobrou uma dívida de R\$ 493 milhões por parte do governo federal na área de infraestrutura. "O Governo Federal deve à Bahia R\$ 493,7 milhões em repasses para a implantação desses corredores. Estamos cobrando o devido pagamento e enquanto ele não acontece, fazemos um grande esforço financeiro para continuarmos as obras", ressaltou.

O governador também falou sobre os projetos de apoio aos empresários, com



O GOVERNADOR Rui Costa (PT) participou ontem da sessão solene de reabertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia

empréstimos a juro zero oferecidos aos comerciantes e prestadores de serviços atingidos pelas chuvas, e dos investimentos na recuperação da infraestrutura destruída pelos temporais. Ele lembrou que, apesar dos desafios, a Bahia continuou fazendo investimentos, a exemplo do programa Estado Solidário, lançado em março de 2021.

Ainda em seu discurso, Rui lembrou outros investi-

mentos realizados pelo Governo do Estado ao longo dos últimos sete anos. "Nesse período, realizamos o maior programa de proteção de encostas que a Bahia já viu, onde investimos R\$ 216 milhões nessas obras que salvam vidas; recuperamos mais de 8 mil quilômetros de estradas, com aporte da ordem de R\$ 2 bilhões; e estamos aplicando R\$ 2,3 bilhões em apoio à agricultura

familiar, por meio do Bahia Produtiva. Além disso, estamos fazendo o maior investimento em infraestrutura escolar já realizado na história da Bahia. Somente de 2021 para cá, aplicamos R\$ 2,9 bilhões em construção, ampliação e requalificação de escolas". Os investimentos realizados na área da saúde com as policlínicas regionais também foram destacados por Rui Costa.

PROTESTO

Bancada oposicionista se ausenta de sessão

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A oposição protestou contra a presença de Rui Costa na Casa legislativa. O deputado estadual Sandro Régis (Democratas), líder da bancada na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), classificou como "um deboche com a cara do povo" a mensagem do governador durante a reabertura dos trabalhos do Parlamento estadual. A bancada de oposição decidiu não participar presencialmente da sessão devido ao que classificaram como "sucessivo desrespeito" de Rui ao Legislativo, além do suposto "descumprimento de promessas repetidas pelo

petista ao longo dos anos".

Segundo Régis, na mensagem, o petista "voltou a repetir promessas não cumpridas" e que são, nas palavras dele, "requentadas" frequentemente. "É um verdadeiro absurdo, um deboche com a cara do povo da Bahia. O governador mais uma vez repetiu promessas, como a ligação Ilhéus-Itabuna, que é quase um conto de fadas que vem desde o governo de Jaques Wagner", afirmou.

"Sem falar na educação e na segurança pública. Ele parece esquecer que a Bahia ocupa o último lugar em educação e o primeiro em violência no país. Não custa lembrar ao governador que o ensino médio do nosso estado tem o pior Ideb do país. Ago-

ra, às vésperas da eleição, depois de anos só fechando escolas e sem construir novas unidades de ensino, ele anuncia investimentos. Obras completamente eleitoreiras. Educação nunca foi prioridade do PT na Bahia. Como se espera que haja transformação social e redução da violência sem educação? Não à toa, a Bahia tem o maior número de pessoas extremamente pobres no país, e isso antes mesmo da pandemia", criticou o deputado.

Na segurança, Régis pontua que "a Bahia lidera o ranking nacional de homicídios e, enquanto o país vive uma queda nos índices, o estado vai na contramão e tem registrado alta". "Nos governos do PT, a taxa de homi-

cidios e o número absoluto de assassinatos mais que dobrou. E o que faz o governador? Novamente transfere a responsabilidade para outros entes, ao invés de assumir seu papel no combate ao crime organizado, que só tem crescido. Falta investimento em estrutura, em equipamentos, na valorização dos profissionais. E a culpa é do governo do PT", ressaltou.

O líder da oposição ainda rebateu a declaração do governador de que a bancada "é aliada ao governo federal". "É mais uma postura desrespeitosa de Rui Costa, que tenta o tempo inteiro nacionalizar o debate estadual para fugir dos enormes e graves problemas que o governo do PT deixa no nosso estado".



A OPOSIÇÃO protestou contra a presença de Rui Costa na Assembleia Legislativa na tarde de ontem

Lula se reúne com Boulos e discute aliança entre PT e PSOL

Há resistência entre membros do PSOL ao nome do ex-governador Geraldo Alckmin

LUIZ VASSALLO
ESTADÃO CONTEÚDO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu, ontem, com o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e pré-candidato ao governo de São Paulo, Guilherme Boulos (PSOL). Segundo apurou o Estadão, eles conversaram sobre o posicionamento do PSOL a respeito da candidatura do petista ao Planalto — a sigla ainda não fechou com Lula.

A Executiva Nacional do PSOL debaterá o apoio ao PT nas eleições de 2022 em uma reunião nas próximas

semanas. Representantes de ambos os partidos também vão marcar uma rodada de conversas. Até lá, a esquerda também adiará uma decisão a respeito da disputa pelo Palácio dos Bandeirantes.

Fernando Haddad (PT) é o pré-candidato ao governo de São Paulo pelo PT. Além de Boulos, Guilherme França (PSB) tem reforçado sua pré-candidatura. A expectativa, entre petistas, é de que um eventual apoio de Boulos a Haddad, e a desistência de França, que mudaria sua candidatura ao Senado, poderia unir partidos de esquerda em São Paulo.

O Estadão apurou que

Boulos e Lula não conversaram sobre a candidatura ao Palácio dos Bandeirantes, porque, dentro do PSOL, este ponto não estará em negociação com os petistas.

Desde agosto do ano passado, como mostrou o Estadão, o PSOL tem firmado com uma aliança com o PT para 2022. O partido estaria disposto a não lançar candidato próprio à Presidência da República. Boulos foi o nome mais expressivo nas últimas eleições. Foi derrotado em segundo turno por Bruno Covas (PSDB) à Prefeitura de São Paulo, em 2020, e foi o candidato à Presidência em 2018.

Além de divergências programáticas, há resistên-

cia entre membros do PSOL ao nome do ex-governador Geraldo Alckmin (sem partido) para vice em uma eventual candidatura de Lula. Durante o encontro, Boulos reforçou a Lula críticas que tem feito sobre a parceria com Alckmin. A aliança também foi criticada pelo presidente do PSOL, Juliano Medeiros, em entrevista recente ao Poder 360. Segundo Medeiros, Alckmin não compartilha os mesmos "valores" do PT.

Os movimentos de Lula ao centro, que incluem conversas até com alas do rival histórico PSDB, passam também pelo diálogo com caciques de um antigo aliado, o MDB.



LULA se reuniu, ontem, com o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

Guedes defende arrecadação de volta a consumidor

ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, que um pedaço do aumento da arrecadação tem que ser repassado à indústria e ao consumidor, mas rechaçou a possibilidade de apoio do governo ao fundo de estabilização de preços na PEC dos combustíveis.

"Está sendo estudada uma PEC autorizativa, se os Estados quiserem reduzir os seus tributos para o Brasil girar melhor sobre o diesel. A arrecadação federal sobre o diesel está entre R\$ 17 bilhões e R\$ 18 bilhões por ano, podemos reduzir isso também", afirmou Guedes.

"Como a reforma tributária ficou paralisada na mão de um relator que não conhece bem a matéria, não conseguimos avançar. Mas a arrecadação subiu mais de R\$ 300 bilhões, sendo mais de R\$ 100 bilhões em arrecadação permanente", disse, em participação virtual na Latin American Investment Conference, organizada pelo Credit Suisse.

Para o ministro, se o Congresso quiser mudar a incidência do ICMS e limitar a alíquota estadual, é um problema político no qual ele não vai entrar. "Mas é bem vindo que, em vez de pensar só em teto de gastos, pensar em teto de imposto. Os impostos têm que ter limites, a população

não pode ser abusivamente explorada como é o Brasil. Estamos estudando isso com muita moderação, olhando que impostos podem ser reduzidos", completou.

Guedes criticou a ideia de se criar um fundo de estabilização de preços que, segundo ele, chegou a ser cogitado com um volume de R\$ 120 bilhões. "Isso é três vezes o valor do Bolsa Família. Tem muita gente circulando com ideias insensatas", alertou. A ideia original da PEC dos combustíveis era criar um fundo de amortização dos preços de diesel, gasolina e energia com recursos de royalties de petróleo para amortizar os preços ao consumidor em momentos de

volatilidade internacional. Bolsonaro, no entanto, barrou o fundo, a pedido de Guedes, que considera o custo muito grande aos cofres públicos para uma redução pequena na bomba.

Guedes confirmou ainda que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) também pode ter ajustes para evitar a desindustrialização e ajudar o consumo.

"O aumento da arrecadação não vai ficar na mão de um Estado obeso. Um pedaço do aumento da arrecadação estrutural, 10%, 15% ou 20% tem que ser repassado para beneficiar setor industrial e consumidor de massa", afirmou o ministro da Economia.



O MINISTRO da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que um pedaço do aumento da arrecadação tem que ser repassado à indústria e ao consumidor

INIMIGO MEU NO BARRADÃO

Dado Cavalcanti reencontra Bahia na Toca

Ex-treinador da Bahia, o técnico Dado Cavalcanti vai para o seu primeiro Ba-Vi defendendo o Vitória. Motivado, precisando do triunfo para se reabilitar da derrota de 1 a 0 para o Jacupense, como se diz no futebol: com sangue nos olhos vencer seu ex-clubes no clássico desta noite, às 19h15, no Estádio Manoel Barradas, válido pela 4ª rodada da fase de classificação do Campeonato Baiano. O jogo terá transmissão ao vivo pela TV aberta, a Estatal TV Educativa.

"Clássico sempre se respira com ares diferentes", profetizou Dado Cavalcanti, logo no início da semana, falando pressão nos jogadores do Vitória, inclusive acenando com a possibilidade de mudanças no time que joga contra o Bahia esta noite no Barradão. Mudanças

forçadas na zaga, sem o zagueiro Matheus Moraes, suspenso pela expulsão na última partida, e o atacante David, finalmente negociado com o Metalist da Ucrânia, por R\$ 6 milhões, que o treinador preferiu não convocar para esse Ba-Vi.

Estou confortável nesta condição. É mais um clássico na minha carreira, um jogo diferente, que desperta emoções diferentes no contexto municipal, estadual. São duas equipes grandes em nível nacional. Isso tudo mexe com todo mundo, com todo torcedor. Mas estou muito confiante de que a gente tem tudo para fazer um grande jogo. São duas equipes completamente diferentes que vão se enfrentar", disse Dado Cavalcanti na coletiva de ontem com a imprensa. O trio da FBF, árbitro

Marielson Alves Silva, e os auxiliares Elicarlos Franco de Oliveira e Jucimar dos Santos Dias, dirigem o Ba-Vi desta noite no Estádio do Barradão. O Vitória deve jogar com: Lucas Arcaño; Lury, Alisson Cassiano, Everton Páscoa e Salomão; João Pedro, Eduardo, Gabriel Santiago e Jadson; Luidy e Guilherme Queiróz; Técnico: Dado Cavalcanti. Ainda pela 3ª rodada do Campeonato Baiano, jogam nesta quarta-feira, Bahia de Feira x Unirb, na Arena Cajueiro, em Feira de Santana.

Não haverá venda de ingressos nas bilheterias do Barradão para esse clássico Ba-Vi. Todos os 1.500 ingressos disponibilizados para este jogo foram adquiridos por antecipação, na segunda-feira, pelos sócios torcedores do Rubro-negro.



Crédito: Pietro Carpi/Ascom/ECVÍTORIA

VETERANO JÁDSON, que mudou o visual, pintou os cabelos de branco, comandou o time do Vitória no primeiro clássico Ba-Vi do ano, esta noite, no Barradão

PELO RETROSPECTO

Campanha de Guto é positiva

Com os dois times bastante modificados, não existe um favorito no clássico desta noite pela 4ª rodada da fase de classificação do Campeonato Baiano. Mas o Bahia leva para o Estádio do Barradão, uma vantagem sobre o seu velho rival, com um título Estadual perdido em 2017, outro ganho em 2018, e um aproveitamento de 58% em oito clássicos disputados contra o Rubro-negro, com quatro triunfos, dois empates e duas derrotas.

Além disso, o técnico Guto Ferreira vai para seu 9º

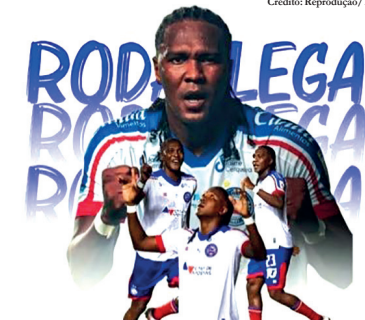
clássico Ba-Vi na carreira, com um time tecnicamente melhor, mais entrosado e mais experiente do que o Vitória, e motivado pela ótima estreia na Copa do Nordeste, no triunfo de 3 a 1 sobre o Campinense, na Paraíba. Mas o Tricolor vai enfrentar o rival sem o apoio da sua fiel torcida Tricolor. Em razão de decreto do Governo da Bahia, limitando o acesso ao estádio de até 1.500 torcedores, somente os sócios do Rubro-negro estarão nas arquibancadas do Barradão.

Jogadores como o goleiro Danilo Fernandes, o zagueiro Luiz Otávio, o volante Rezende, e os atacantes Marco Antônio e Hugo Rodallega, têm experiência suficiente para desequilibrar o clássico e conseguir um triunfo na casa do adversário, no Barradão. O técnico Guto Ferreira encorrou ontem os trabalhos na Cidade Tricolor, não antecipeou o time, mas o Bahia deve começar o Ba-Vi jogando com: Danilo Fernandes; Douglas Borel, Ignácio, Luiz Otávio e Djalma; Patrick, Re-

zende e Daniel; Marco, Rafi Nascimento e Rodallega.

O Bahia confirmou ontem pela rede social, a contratação do atacante Ewerton, destaque do atacante Ewerton, por R\$ 300 mil junto ao Grêmio Novorizontino. Com 39 partidas disputadas, ele tem 16 gols marcados e seis assistências na equipe júnior. Mas o clube não conseguiu manter o meia Rafi Soares, do Fluminense do Piauí, que não aceitou a proposta para negociar seu jogador.

Crédito: Reprodução/Twitter



COLOMBIANO HUGO Rodallega vai para seu primeiro clássico Ba-Vi como esperança de gols da torcida do Bahia no Estádio Barradão

Geral

Selic deve voltar aos dois dígitos após quase cinco anos

CÍCERO COTRIM E MARIANNA GUALTER, O ESTADO DE S.PAULO

Após quase cinco anos, a Selic, taxa de juros básica, deve voltar ao patamar de dois dígitos. A expectativa unânime do mercado financeiro é que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central vai elevar a taxa em 1,5 ponto percentual nesta quarta-feira, 2, passando dos atuais 9,25% para 10,75%. A última vez que a Selic esteve em dois dígitos foi maio de 2017 (10,25%).

Por trás dessa alta acelerada dos juros - a Selic estava em 2% no início do ano passado - está a inflação, em patamares muito elevados. E o cenário com o qual o Copom precisa lidar na reunião desta semana inclui inflação acima do esperado no IPCA-15 de janeiro e a sinalização do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de que pode começar a subir juros a partir de março.

"Começamos 2022 com uma inflação de 10% e as pressões para o ano são diferentes das vistas em 2003 e 2016. Nesses momentos havia a política, a política fiscal e o câmbio ajudando. Desta vez, o Banco Central está totalmente sozinho e com riscos muito presentes e claros ao longo de 2022, além de elementos adicionais", afirma.

Vale prevê duas altas de 1,5 ponto percentual da Selic, em fevereiro e março, mas não descarta o risco de um aumento residual à frente. "O BC tem sinalizado que não vai forçar a mão para tentar trazer essa inflação para meta (de 3,50%) já neste ano, mas isso não significa que, com uma inflação próxima de 6%, ele não tenha de atuar



com mais agressividade", pondera.

O economista e sócio da Tendências Silvío Campos Neto afirma que a combinação entre quadro inflacionário pressionado, riscos de combustíveis e aumento das expectativas de inflação do mercado sugerem um viés de alta na trajetória esperada para a taxa Selic, a 11,50% no fim do ciclo, em março. O cenário da consultoria indica IPCA de 4,60% este ano, com viés de alta.

"Isso, combinado com o Federal Reserve (Fed, o Banco Central dos Estados Unidos) mais agressivo, tornando as condições financeiras muito mais restritivas, mantém no jogo a possibilidade de o ciclo ir muito mais longe do que a gente imagina", diz o economista. "Mas é claro que existe o fator atenuante, que é o estágio já avançado do ciclo, que já vai deixar os juros reais bastante contracionistas."

Para o economista-chefe da Quantitas, Ivo Chermont, a combinação de preocupações com inflação doméstica e ambiente externo desafiador sinalizam a manutenção do ritmo de

aperto monetário de 1,5 ponto percentual em fevereiro. A tendência, de acordo com o economista, é que o Copom se ampare na sinalização do último comunicado para fazer frente às incertezas.

"Como o Fed está subindo juros, o prêmio de risco cobrado pelo mundo aumenta, e isso acaba aumentando a incerteza do cenário", diz Chermont. "O IPCA-15 também adiciona uma insegurança para o BC vislumbrar um ambiente inflacionário mais benigno daqui para a frente, coloca uma dúvida sobre se a inflação já fez o pingo, se vai começar a ceder. É um quadro desafiador para tirar o pé do acelerador."

O cenário da Quantitas contempla mais um aumento de juros de 1,0 ponto percentual em março, com Selic final de 11,75%, com viés de alta. As projeções da gestora consideram um IPCA de 5,30% em 2022, já levando em conta um impacto negativo de 0,90 ponto percentual da PEC negociada pelo governo para zerar impostos federais sobre energia e combustíveis e uma bandeira tarifária verde ou amarela no fim do ano.

AGORA, A FILA ANDA.

A Prefeitura de São Francisco do Conde e a Secretaria da Saúde estão realizando uma série de ações para cuidar de você e reduzir a espera por atendimento médico na rede pública.

COMO FUNCIONA:

Dirija-se à Unidade de Saúde da Família - USF do seu bairro ou fale com um Agente Comunitário e realize o cadastro. O seu agendamento inclui consulta com especialista, exames diagnósticos e direcionamento para cirurgias contempladas no Programa.

DOCUMENTOS:

Para ter acesso aos benefícios, é necessário apresentar:

- RG;
- Cartão do SUS;
- Comprovante de residência.

CHEGOU SUA VEZ.



MAIS INFORMAÇÕES:
71 3511- 6000

SECRETARIA DA SAÚDE - SESAU

Aldo Lacerda Brasileiro - GDM (2021)

MUTIRÃO DA SAÚDE
CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS.

PREFEITURA
SÃO FRANCISCO DO CONDE
A JOIA DO RECÔNCAVO

Veículo: Política Livre	
Data: 01/02/2022	Caderno: Economia



01 de fevereiro de 2022 | 19:52

TCU vai apurar se Banco do Brasil prejudica a Bahia e outros estados de oposição em empréstimos

ECONOMIA

O TCU (Tribunal de Contas da União) abriu uma investigação para verificar se o Banco do Brasil está prejudicando estados de oposição ao governo Jair Bolsonaro (PL) na concessão de empréstimos.

A apuração foi instaurada após reportagem do jornal Folha de S.Paulo revelar que o banco tem travado operações com os estados de Alagoas e Bahia.

A representação foi feita pelo subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado. O processo foi aberto nesta terça-feira (1) e está sob relatoria do ministro Aroldo Cedraz.

o governo de Alagoas recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) para obter os recursos após o Banco do Brasil ter abandonado as negociações de um empréstimo de R\$ 770 milhões sem maiores justificativas.

O estado é governado por Renan Filho (MDB). Seu pai é o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que foi relator da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) responsável por investigar erros e emissões do governo federal na pandemia de Covid-19.

O governador também disputa protagonismo político no estado com o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), aliado do Palácio do Planalto.

A Bahia, chefiada por Rui Costa (PT), também enfrenta problemas para contratar uma operação de R\$ 228 milhões com o banco. Nos bastidores, há cobrança por “tratamento isonômico” entre os estados.

O Banco do Brasil nega ingerência política na concessão de empréstimos e afirma que segue “critérios técnicos”.

“Toda contratação de operações para o setor público segue estritamente as exigências legais dos órgãos reguladores, a avaliação de crédito e os interesses negociais do BB”, disse o banco.

A reportagem apurou, no entanto, que o vice-presidente de Governo do Banco do Brasil, Antônio Barreto, manifestou inclinação da instituição em viabilizar operações de quem tem “boa relação” com o atual governo. A sinalização foi dada em reunião com integrantes do Executivo no fim de 2021.

Barreto, que assumiu o cargo em maio do ano passado, já transitou por postos-chave na Esplanada dos Ministérios: foi secretário-executivo do Ministério da Cidadania e também atuou em áreas da Casa Civil no período em que essas pastas foram chefiadas por Onyx Lonrenzoni.

Antes, Barreto foi assessor de Gilberto Kassab, atual presidente do PSD, quando este era ministro de Ciência e Tecnologia no governo Michel Temer (MDB). O executivo foi procurado por meio da assessoria do BB, mas não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Em sua representação, Furtado cita o risco de “interferência indevida” da União sobre uma sociedade de economia mista como o Banco do Brasil, que “deve atuar de acordo com o que estabelece a Lei das Estatais e seus estatutos”.

Entre os dispositivos legais mencionados pelo subprocurador estão os que punem o acionista controlador (neste caso, a União) por abuso de poder e os requisitos de transparência, competitividade, conformidade e equidade nas transações realizadas pelas empresas públicas.

“É razoável supor que, ao lado do rigor necessário na avaliação de riscos de qualquer empréstimo, haja uma equidade no relacionamento com os

variados 'clientes' da instituição, no caso, os estados e municípios”, diz Furtado.

Para o subprocurador, se confirmadas as irregularidades, a conduta dos gestores representaria não só descumprimento da Lei das Estatais, mas também afronta ao princípio constitucional da impessoalidade na administração pública.

Segundo ele, a política discriminatória na concessão de empréstimos “estaria incorrendo em flagrante desvio de finalidade pública”.

“Dessa forma, se confirmar a informação noticiada, a conduta do gestor público em questão se reveste de extrema gravidade, com potencial de incidir sobre essa conduta irregular as sanções cabíveis no âmbito do controle externo”, afirma Furtado.

Com o acolhimento da representação, o TCU vai apurar “eventuais ilegalidades e ofensa ao princípio constitucional da impessoalidade”, assim como verificar “vulnerabilidades na governança da União em relação ao Banco do Brasil”.

A investigação está sob responsabilidade da Secex Finanças (Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional) do tribunal.

O TCU já tinha uma investigação em curso sobre a operação de Alagoas, após provocação do governo estadual.

No entanto, o processo instaurado nesta terça é mais amplo e vai analisar a atuação do banco como um todo. A tendência é que essa nova frente seja o foco de trabalho dos auditores.

Em 2021, o BB concedeu R\$ 5,3 bilhões em créditos para estados. Dois terços desse valor foram para governos aliados ou de partidos que têm em seus quadros apoiadores da atual gestão federal.

Entre as legendas beneficiadas estão PP, que integra a base do governo, além de PSD, MDB e PSDB, que se declaram independentes, mas têm parlamentares que dão sustentação a Bolsonaro em votações no Congresso.

Algumas das siglas inclusive têm deputados que atuam como vice-líderes do governo na Câmara, como Joaquim Passarinho (PSD-PA) e Lucio Mosquini (MDB-RO).

Até dezembro do ano passado, o MDB –embora abrigue o governador alagoano– também ocupava a liderança do governo no Senado, com Fernando Bezerra (PE).

Uma das operações também beneficiou o Amazonas, governado por Wilson Lima (PSC), aliado de Bolsonaro.

As duas únicas operações que irrigaram estados governados pelo PT beneficiaram Ceará, de Camilo Santana, e PiauÍ, de Wellington Dias. Os créditos somaram R\$ 1,7 bilhões.

Segundo fontes do governo, embora os contratos tenham sido assinados, houve reclamações pelo fato de o BB contemplar estados de oposição.

Veículo: Política Livre	
Data: 01/02/2022	Caderno: Economia



01 de fevereiro de 2022 | 19:37

Aumento de gastos com juros preocupa, diz secretário de Guedes

ECONOMIA

O secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, afirmou nesta terça-feira (1^o) que a elevação de gastos com juros da dívida pública é uma preocupação para o governo neste ano, em meio a um cenário de inflação alta que pressiona essa despesa.

Em evento promovido pelo banco Credit Suisse, Colnago disse que essa é uma das razões pelas quais o governo enfatiza a necessidade de venda de ativos e devolução de recursos emprestados anteriormente a bancos públicos. Dessa maneira, seria possível melhorar a trajetória da dívida pública, indicador que, segundo ele, tem condições de ficar estável em 2022.

“A variável que nos preocupa neste ano é o crescimento de gastos com juros nominais, isso é natural, tivemos repique inflacionário mundial. O Banco Central já está adotando as medidas necessárias para combater, mas isso implica em maior gasto com juros”, disse.

O secretário afirmou que o governo negocia uma devolução de R\$ 100 bilhões ao Tesouro pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), mas previu que o valor a ser devolvido em 2022 deve ficar em torno de R\$ 60 bilhões.

Em 2021, o gasto com juros nominais ficou em R\$ 448,4 bilhões, alta de R\$ 136 bilhões no ano e equivalente a 5,17% do PIB —no fim de 2020 estava em 4,18%.

Essa despesa vinha em trajetória de redução desde 2015, quando estava em 8,4% do PIB. Em 2021, portanto, houve uma reversão dessa tendência.

Mesmo com esse fator adicional nas despesas do governo, Colnago disse que há condições de manter a dívida bruta do governo no patamar de 80% do PIB (Produto Interno Bruto). No encerramento de 2021, esse indicador ficou em 80,3% do PIB.

O secretário afirmou que o governo deve rever a projeção para o crescimento do PIB em 2022 para um valor abaixo da última estimativa apresentada em novembro, de alta de 2,1%. Segundo ele, porém, o valor deve ficar acima das projeções de mercado —o boletim Focus mais recente estima uma alta de 0,3% no ano.

“A gente vê que a recuperação do investimento e a geração de postos de trabalho são variáveis que vão nos permitir crescimento maior do que o mercado está imaginando”, disse, depois de afirmar que há uma reação do investimento privado no país.

No evento, Colnago defendeu a venda de ativos e a concessão de serviços públicos, citando Eletrobras, Correios, porto de Santos e os aeroportos de Congonhas (em São Paulo) e Santos Dumont (Rio de Janeiro).

Em relação à privatização dos Correios, ele avaliou que a discussão sobre o tema no Congresso será difícil, especialmente em ano eleitoral.

Sobre as discussões no governo em relação a eventual proposta para cortar impostos de combustíveis, Colnago disse que a criação de um fundo de estabilização de preços não é uma boa solução e ressaltou que prefere uma redução de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

“A gente gastaria muito dinheiro e teria uma efetividade muito baixa (cortando tributo de combustíveis)”, disse. “Reduzir IPI não é uma medida de estrangimento a governadores e prefeitos, pode dar competitividade à indústria, vejo com melhores olhos do que reduzir imposto de combustível”.

REGRAS FISCAIS

Na apresentação, o secretário defendeu a criação de uma regra fiscal ancorada na dívida pública, argumentando que todas as normas existentes hoje buscam, ao fim, uma trajetória sustentável do endividamento do governo. A ideia já havia sido antecipada por Colnago em entrevista à Reuters em dezembro.

Ele afirmou que essa discussão não será feita de forma apressada e ressaltou que o país ainda não está maduro para sair do teto de gastos e migrar para outras variáveis fiscais.

De acordo com Colnago, a nova regra poderia usar os gatilhos já existentes hoje na legislação para atingir o compromisso com o endividamento. Entre as medidas existentes no regramento fiscal vigente, estão congelamento de salários de servidores públicos e suspensão de concursos e benefícios ao funcionalismo.

O secretário ainda defendeu a retirada de amarras do Orçamento, argumentando que o governo não deveria ser forçado a corrigir despesas todo ano, incluindo o salário mínimo.

Sobre a gestão da dívida pública, Colnago disse que é mais fácil vender títulos da dívida atrelados a taxas flutuantes em meio ao ciclo de aperto monetário, ponderando que a política de médio prazo do Tesouro é depender menos desses papéis.

Bernardo Caram/Folhapress

Veículo: G1	
Data: 01/02/2022	Caderno: Economia



'Muito dinheiro' e 'pouca efetividade', diz secretário de Guedes sobre fundo para tentar frear alta de combustíveis

Esteves Colnago diz que redução de tributos seria mais efetiva, mas déficit público é obstáculo. Governo estuda 'contornar' LRF para diminuir imposto do diesel em 2022 sem contrapartida.

Por Jamile Racanicci, TV Globo — Brasília

01/02/2022 17h41 Atualizado há 16 horas

O secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, afirmou nesta terça-feira (1º) que a proposta de criar um fundo para estabilizar o preço dos combustíveis gastaria muito dinheiro público para gerar um impacto pequeno nas bombas.

"Não acho que um fundo de estabilização seja uma solução. Acho que é muito dinheiro para pouca efetividade", afirmou.

Como parte do pacote elaborado pelo governo para tentar amenizar a escalada nos preços dos combustíveis, o Executivo chegou a avaliar a criação de um fundo de estabilização dos preços.

A estratégia seria usar parte da arrecadação federal com os royalties do petróleo para evitar que a Petrobras e outras importadoras repassem aos consumidores a elevação no preço internacional. A equipe econômica, no entanto, passou a descartar publicamente essa proposta.



Ana Flor sobre a PEC do diesel: 'Há um temor que a oposição capture esta pauta'

Em evento virtual promovido por um banco privado, nesta terça, Colnago afirmou que os preços dos combustíveis não aumentaram só no Brasil e citou dois motivos "internacionais" para a alta – a valorização do dólar e a elevação do preço dos barris de petróleo.

"Não creio que a gente tenha força suficiente para mudar um preço que de certa forma é mundial, é dado por mercados muito maiores que a gente", ponderou o secretário.

Pela manhã, o ministro Paulo Guedes havia dito que mais de 80% dos fundos de estabilização de outros países "deram errado" e "custam muito para a população".

Veja, no vídeo abaixo, alguns dos motivos que levaram à alta recente dos combustíveis:



Gasolina acima de R\$ 8: entenda os motivos da alta no preço dos combustíveis no Brasil

Déficit complica cenário

Ainda sobre o tema, Colnago disse avaliar que uma redução de tributos sobre os combustíveis seria mais efetiva para combater a alta desses preços – mesmo que apenas no curto prazo.

O secretário ponderou, no entanto, que as contas do governo federal ainda estão no vermelho (déficit público), e que esse tipo de medida geraria custos adicionais ao Tesouro.

"[Reduzir impostos] Seria menos caro que um fundo e teria efeito de curto prazo. Mas o ideal seria que a gente tivesse superávit", declarou. Colnago afirmou ainda que, mesmo se o governo escolhesse reduzir impostos para ajudar no combate à inflação, seria preferível cortar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – tributo que incide sobre a cadeia de produção e, segundo ele, poderia ser reduzido para aumentar a competitividade da indústria nacional.

"Vejo com melhores olhos do que a redução de tributos nos combustíveis, porque você teria uma redução geral para a indústria", avaliou. "É uma medida de maior qualidade", concluiu.

Lei de Responsabilidade Fiscal

Colnago também foi questionado sobre a possibilidade de o governo ter que contornar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para reduzir a tributação dos combustíveis.

A LRF impede que o governo aumente seus gastos ou corte receitas de modo permanente sem indicar uma fonte de compensação. Como o governo enfrenta dificuldades para indicar essa fonte, pode acabar enviando ao Congresso um projeto que reduza a carga tributária de modo temporário. O secretário de Tesouro e Orçamento afirmou no evento que a LRF é um instrumento tão efetivo quanto o teto de gastos para melhorar as contas públicas — mas admitiu que, na prática, a lei vem sendo contornada "de vez em quando".

"Há uma dificuldade muito grande de você contornar esses mecanismos fiscais. Eles são contornados de vez em quando? Sim, mas para fazer esse contorno você tem que ter todo um conjunto de parlamentares, da sociedade, e parte do Executivo que entenda que aquele contorno se justifica", afirmou.

Como mecanismo para aprimorar as leis que tentam controlar as despesas públicas, o secretário sugeriu uma revisão mais frequente de benefícios tributários, que também geram uma renúncia de arrecadação para o governo e diminuem o espaço para remanejamentos.

"É cada vez mais importante que a gente mantenha e amplie aquilo que traz retorno para a sociedade e reveja, diminua aquilo que não está trazendo", disse.

Veículo: G1	
Data: 01/02/2022	Caderno: Economia



Vendas de combustíveis por distribuidoras crescem 5,9% em 2021; diesel bate recorde, diz ANP

Apesar do avanço, os números não ultrapassaram ainda os níveis de comercialização pré-pandemia.

Por Reuters

01/02/2022 19h33 Atualizado há 14 horas

Posto de combustível — Foto: EPTV/Aurelio Sal

As vendas de combustíveis por distribuidoras no Brasil cresceram 5,9% em 2021 ante o ano anterior, para 139,5 bilhões de litros, com impulso da comercialização de óleo diesel e gasolina, apontaram dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Apesar do avanço, os números não ultrapassaram ainda os níveis de comercialização de combustíveis pré-pandemia. Em 2019, as vendas somaram 140,13 bilhões de litros.

- [Gasolina chega a custar R\\$ 8 o litro pela primeira vez em cidade do RJ, diz ANP](#)

O diesel, combustível mais comercializado do país, no entanto, bateu recorde de vendas pelas distribuidoras, de 62,11 bilhões de litros em 2021, um avanço de 8,1% na comparação com 2020.

As vendas de gasolina, por sua vez, registraram alta de 9,8% no ano passado, para 39,32 bilhões de litros, maior volume desde 2017, quando foram comercializados 44,15 bilhões de litros.

Já as vendas do etanol hidratado, concorrente direto da gasolina nas bombas, caíram 12,8% no comparativo anual, para 16,79 bilhões de litros.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 02/02/2022	Coluna: Economia



CONGRESSO RETOMA TRABALHOS NESTA QUARTA EM MEIO A POLÊMICA SOBRE ALTA DO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS



admin 2 Fevereiro, 2022

Após 40 dias de recesso, o Congresso Nacional retoma os trabalhos nesta quarta-feira (2) — com uma sessão solene de abertura do ano legislativo — pressionado por uma agenda encurtada pelas eleições e em meio a embate entre poderes sobre a alta do preço dos combustíveis, que tem contribuído para o aumento da inflação. De um lado, os governos estaduais, que decidiram manter congelado o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre os combustíveis, responsabilizam a Petrobras e o governo federal pela disparada dos preços aos consumidores. O presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, segue a estratégia de culpar os governadores.

A busca por uma solução deve ser alvo de discussões entre os congressistas. No início do ano, o governo anunciou que avaliava enviar ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para tentar conter a alta dos combustíveis e do gás de cozinha. No entanto, nem mesmo internamente houve consenso sobre o alcance dessa PEC. Na última segunda-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro Paulo Guedes (Economia), se reuniram em busca de uma solução.

De acordo com Lira, foi descartada a redução de impostos sobre o álcool e a gasolina e ainda estava incerta a solução para o gás de cozinha. Uma das possibilidades seria que o texto autorize a redução – a zero, se necessário – de tributos federais somente sobre o diesel.

Ainda durante o recesso, uma publicação de Lira antecipou os debates. O deputado afirmou que a Casa fez a sua parte ao aprovar projeto que muda o cálculo da tributação e determina que o ICMS cobrado em cada estado será calculado com base no preço médio dos combustíveis nos dois anos anteriores. “Cobranças, dirijam-se ao Senado”, escreveu Lira em uma rede social.

No Senado, onde o peso dos governos estaduais é maior que na Câmara, a proposta ainda não avançou mas tem sido tema de reuniões entre Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente da Casa, e Arthur Lira. Senadores avaliam que utilizar como referência o preço médio dos combustíveis nos dois anos anteriores é exagerado e sugerem uma janela de seis meses. Além disso, autorização para redução dos impostos federais sobre o diesel poderia ser incluída nessa proposta, que teria de voltar à Câmara se aprovada com mudanças pelo Senado.

Os senadores preferiram priorizar um projeto, de autoria de Rogério Carvalho (PT-SE) e relatado por Jean Paul Prates (PT-RN), que cria um programa “excepcional e eventual”, de estabilização do valor dos combustíveis. O texto propõe a criação de uma “conta de compensação”, com seis diferentes fontes de recursos, as principais decorrentes do aumento de arrecadação com a elevação do preço internacional do petróleo e de eventual alta do dólar; do imposto de exportação do petróleo bruto; e de royalties destinados à União.

A conta seria utilizada, em caso de aumento de preço do petróleo, para segurar ou reduzir o valor dos combustíveis, amortecendo a elevação para o consumidor final. “Eu conseguiria de R\$ 2 a R\$ 3 de redução nos preços dos combustíveis. Mas, no embate do governo, no Ministério da Economia, podem chegar à conclusão de que se pode chegar à metade disso. Nós estamos oferecendo uma caixa de ferramentas para que o governo possa tomar medidas para reduzir o custo dos combustíveis, não é uma imposição”, declarou Jean Paul Prates.

A equipe econômica do governo não apoia a proposta da bancada petista, aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e que aguarda análise do plenário. A criação de um fundo para estabilização de preços de combustíveis chegou a ser discutida pela equipe econômica de Bolsonaro. Parte da arrecadação com royalties de petróleo abasteceria o fundo, mas a ideia foi abandonada.

Senado: reforma tributária

No fim do ano passado, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou entre as principais prioridades deste ano dar andamento à PEC da reforma tributária, que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Relator da proposta, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) já apresentou parecer favorável ao texto, que, entre outros pontos, prevê a criação do chamado “IVA dual”, com objetivo de simplificar o sistema tributário.

Segundo a PEC, o governo federal deverá unificar dois tributos de sua competência (PIS e Cofins) na chamada Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). E os estados e municípios teriam um imposto separado, resultado da unificação do ICMS (estadual) e ISS (municipal). No IVA dual, a União teria competência para ter um IVA Federal de forma autônoma, com legislação e administração independentes, enquanto estados e municípios teriam gestão compartilhada para adotar o outro imposto sobre valor agregado.

Os senadores, no entanto, veem dificuldades para a aprovação do texto, especialmente em um ano eleitoral. Na mesma linha, como mostrou o g1, economistas também veem pouca chance de o governo conseguir aprovar reformas em 2022. O próprio presidente Jair Bolsonaro afirmou, em entrevista concedida no mês passado, que as reformas não devem avançar neste ano, em razão do ano eleitoral. Além disso, estão em tramitação outros projetos que tratam da reforma tributária e não há um alinhamento entre a Câmara e o Senado.

Ao g1, o líder do PL na Câmara, Wellington Roberto (PB), afirmou que a legenda – a mesma do presidente Jair Bolsonaro – quer dar prioridade ao texto enviado pelo Executivo em julho de 2020. “Vamos retomar a questão da reforma tributária, que é muito importante principalmente para a área econômica. A reforma não avançou, está nessa situação entre a Câmara e o Senado, mas temos a proposta do CBS, que está pronto para ser votado. Eu vou falar para o presidente Arthur [Lira] ver a possibilidade de agora no primeiro mês de retomada dos trabalhos colocar para votar”, disse o líder do PL.

Na primeira semana de trabalho de 2022, o Senado prevê somente a análise da medida provisória que torna obrigatória a cobertura, pelos planos de saúde, de remédios de uso oral contra o câncer. Também devem crescer, no Senado, as pressões para a instalação de uma nova comissão parlamentar de inquérito. Integrantes da já extinta CPI da Covid tentam criar um novo colegiado após o atraso na vacinação infantil. Também há articulações para a retomada dos trabalhos da CPMI das Fake News.

Por se tratar de um ano eleitoral, há resistências à criação de uma nova CPI, que poderia ser utilizada como palanque para partidos políticos na disputa por mandatos nos executivos e legislativos federal e

estaduais. De acordo com interlocutores de Pacheco, o tema será alvo de discussões durante reunião de líderes destinada a definir as prioridades do ano.

Câmara: pauta de costumes

Neste quarto e último ano do mandato de Jair Bolsonaro, o governo tenta emplacar projetos que fizeram parte da promessa de campanha do presidente em 2018, mas que não avançaram. Nessa lista, destacam-se propostas que compõem a chamada pauta de costumes, a maioria com tramitação ainda parada da Câmara.

Uma das propostas que está no radar dos líderes governistas é a que amplia o porte de armas para diferentes categorias de profissionais, como agentes de trânsito, polícia penal e advogados públicos, e estipula regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições.

O texto permite também que profissionais de segurança portem armas mesmo fora do horário de trabalho. Apresentado pelo governo em 2019, o projeto foi distribuído a três comissões da Câmara, mas não foi votado em nenhuma delas. Vice-líder do governo na Câmara, o deputado Sanderson (PSL-RS) afirmou que a base do governo na Câmara pretende levar o texto para votação nas comissões e no plenário ainda no primeiro semestre.

“Esse projeto está parado e estamos trabalhando para ir ao plenário neste semestre. Essa matéria é de interesse do governo e temos sido cobrados. Precisamos levar à votação”, afirmou o deputado. A base aliada de Bolsonaro também tentará levar ao plenário neste ano de eleições o projeto que dispõe sobre ação contra terroristas. Apresentado pelo deputado Vitor Hugo (PSL-GO) em 2019, o projeto é uma reedição de uma proposta de 2016 do então deputado e atual presidente Jair Bolsonaro.

Segundo a proposta, a lei pode ser aplicada contra atos que “sejam ofensivos para a vida humana ou efetivamente destrutivos em relação a alguma infraestrutura crítica, serviço público essencial ou recurso-chave”. Para críticos, o dispositivo é amplo demais e poderia enquadrar, por exemplo, manifestações democráticas. Outra pauta que a base do governo tenta avançar é a do “homeschooling”. A prática, proibida no Brasil, prevê que a educação básica seja oferecida em casa, com avaliação periódica pelo poder público e supervisão dos pais. A relatora é a deputada Luísa Canziani (PTB-PR).

Todas essas propostas, porém, não têm consenso na Casa.

Outro projeto que deve gerar debates na Câmara é o que propõe a legalização dos jogos de azar. Lira afirmou em dezembro passado que o texto seria apreciado neste ano pelo plenário, e deputados já aprovaram um regime de urgência ao texto. O tema, porém, encontra resistência principalmente dentro da bancada evangélica. O projeto, em tramitação há mais de 30 anos, autoriza o funcionamento de bingos, cassinos e jogos do bicho.

Atualmente, a Lei de Contravenções Penais trata os jogos de azar como contravenções, com pena de prisão simples, de três meses a um ano e multa. No caso de jogo do bicho, a pena é prisão simples, de quatro meses a um ano e multa. A proposta retira da legislação atual essas duas modalidades de contravenção. O texto também cria regras para a exploração ou prática de jogos e apostas. Entre as regras propostas, está a exigência de uma licença de operação para as entidades realizarem jogos e apostas e o registro dos agentes dos jogos, dos estabelecimentos, das máquinas e dos apostadores.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 01/02/2022	Coluna: Economia



PRIVATIZAÇÃO DA RLAM ELEVA PREÇO DA GASOLINA NA BAHIA, DIZ ESTUDO



1 Fevereiro, 2022

Os preços da gasolina no estado subiram após a privatização da antiga Refinaria Landulpho Alves (RLAM), segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos, através de dados de preços disponíveis no site da Petrobrás e no site da Acelen.

“O fato de a privatização das refinarias gerar maiores preços é uma dedução lógica em base a dois fatores centrais. Primeiro, a privatização das refinarias da estatal entregará a agentes privados monopólios regionais do mercado de combustíveis. O segundo fator é que, com a venda das refinarias, o PPI se tornará o piso, e não mais o teto do preço dos combustíveis. Como a Petrobrás hoje sequer consegue suprir a demanda total de combustíveis do país, a única concorrência será via importação”, descreve o estudo.

Ainda segundo a pesquisa, nas duas primeiras semanas após a privatização a Mataripe continuou vendendo 2 centavos mais barato do que a Petrobrás, depois passou 3 dias vendendo 7 centavos mais caro, mas após isto passou a vender a Gasolina A 3 centavos mais barato do que a Petrobrás. Na virada do ano de 2022 a história muda completamente.

Desde o primeiro dia de janeiro, a Acelen não vendeu mais gasolina abaixo do preço das outras refinarias, como havia ocorrido historicamente. Na verdade, em média, a Acelen passou a vender a gasolina 13 centavos acima do restante das refinarias. E com o seu último reajuste (22/01) a Acelen já cobra 15 centavos a mais do que a Petrobrás.

Foto: Reprodução

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 01/02/2022	Coluna: Economia



GOVERNO AVALIA REDUÇÃO DE IMPOSTO SOBRE COMBUSTÍVEIS



admin 1 Fevereiro, 2022

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira (1^º) que o governo avalia redução “moderada” de alguns impostos na elaboração da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis. O objetivo da medida é evitar os sucessivos aumentos no preço dos combustíveis. Guedes destacou que o governo estuda reduzir impostos sobre o diesel, mas questionou a adoção de medida similar para a gasolina.

“Estamos estudando isso com muita moderação, olhando exatamente para os impostos que poderiam ser moderadamente reduzidos. Pode ser que [em] um [imposto] sobre diesel [se] possa avançar um pouco mais. Mas, sobre gasolina, afinal de contas, se estamos em transição para uma economia verde, se estamos em transição para uma economia digital, será que deveríamos subsidiar gasolina?”, questionou o ministro em evento virtual sobre a economia brasileira realizado pelo banco Credit Suisse.

Segundo o ministro, a proposta seria “autorizativa”, com a adesão de estados para, entre outras medidas, reduzir as alíquotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Como contrapartida, o governo também reduziria impostos federais incidentes sobre o produto, a exemplo da contribuição do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

“Se quiserem reduzir o ICMS, reduzam o ICMS para o Brasil girar melhor em cima do diesel. Por outro lado, se o governo federal também for autorizado; nós arrecadamos em torno de R\$ 17 [bilhões], quase R\$ 18 bilhões/ano de diesel; poderíamos reduzir um pouco isso aí também”, acrescentou. O ministro disse ainda que o problema é político e citou projeto aprovado na Câmara dos Deputados que estabelece um valor fixo para a cobrança de ICMS sobre combustíveis.

Foto/Fonte: Reprodução/Agência Brasil



Em 2021, Bahia gerou 133.779 postos de trabalho e liderou região Nordeste

1 fevereiro 2022

Sine Bahia oportuniza vagas e serviços para cidadãos e empregadores baianos Foto: Carol Garcia/GOVBA

O Estado da Bahia gerou 133.779 novos postos de trabalho entre os meses de janeiro e dezembro de 2021, e fechou o ano de 2021 na liderança da região Nordeste, seguido pelos estados de Pernambuco (+89.697 postos) e Ceará (+81.460 postos). O saldo representou aumento de 7,99% em relação ao total de vínculos celetistas do início do ano.

O vice-governador João Leão, secretário do Planejamento, comentou o resultado. “O ano de 2021 não foi um ano fácil e, assim como em todo o mundo, nos trouxe muitos desafios, mas iniciamos um novo ano com a sensação de estarmos em crescente recuperação. Eu acredito que esse número reflete isto”.

“Em conjunto, os números confirmam a tendência de recuperação das atividades produtivas na Bahia, com a geração de postos de trabalho em todos os principais segmentos econômicos, resultado da atração de investimentos e

também por conta das obras de grande porte realizadas pelo Governo do Estado”, destaca o secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Davidson Magalhães.

O crescimento do emprego celetista também foi observado no Brasil e no Nordeste no acumulado de janeiro a dezembro, com 2.730.597 e 474.578 novas vagas, respectivamente. De responsabilidade do Ministério do Trabalho e Previdência, os dados do emprego formal foram sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan).

Fonte: Ascom/Seplan



Na abertura dos trabalhos da Alba, Rui destaca investimentos no combate à pandemia e na reconstrução do que foi destruído pelas chuvas na Bahia

1 fevereiro 2022

O governador Rui Costa participou da sessão solene de reabertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), em Salvador, na manhã desta terça-feira (1º). Em seu discurso, o chefe do executivo baiano transmitiu sua mensagem ao poder legislativo e destacou os desafios enfrentados pela Bahia no último ano, com as ações de combate à pandemia de Covid-19 e de reconstrução do que foi destruído pelas chuvas que atingiram diversas regiões do estado, deixando milhares de desabrigados.

“A pandemia, infelizmente, mostrou a sua face mais cruel entre as populações mais vulneráveis. Por isso, para estender a mão aos que mais precisavam, tivemos, desde 2020, que aportar R\$ 800 milhões, que, originalmente, não estavam previstos no orçamento. Além disso, há dois meses vivemos uma das maiores tragédias climáticas e ambientais da história da Bahia. 213 municípios foram afetados pelas enchentes, impactando a vida de mais de 1 milhão de habitantes e deixando 25.901 desabrigados”, afirmou.

Na oportunidade, o governador agradeceu a solidariedade das pessoas que atuaram, tanto na pandemia quanto nas enchentes. Ele mencionou os profissionais da saúde e da segurança e todos aqueles que, até hoje, estão sobrecarregados na luta contra a Covid-19. Também incluiu na lista os voluntários, organismos internacionais e integrantes de diferentes grupos da sociedade, que fizeram doações para as vítimas das enchentes. Rui mencionou ainda os servidores públicos que atuam nas ações emergenciais, especialmente os bombeiros e as equipes técnicas. Ele agradeceu aos governadores que disponibilizaram helicópteros, donativos e pessoal especializado para o socorro humanitário.

O governador falou sobre os projetos de apoio aos empresários, com

empréstimos a juro zero oferecidos aos comerciantes e prestadores de serviços atingidos pelas chuvas, e dos investimentos na recuperação da infraestrutura destruída pelos temporais. “Também iniciamos a reconstrução de estruturas inteiras. Em parceria com os prefeitos, vamos recuperar pavimentações urbanas, estradas vicinais e pontes, começando pelas prioritárias. Nesse sentido, adquirimos e distribuímos aos consórcios 60 máquinas, entre escavadeiras hidráulicas, pás-carregadeiras e motoniveladoras. Da mesma forma, vamos construir, em mutirão com os municípios, as unidades habitacionais para as pessoas que tiveram as suas casas destruídas, muitas delas em novas áreas, mais seguras e distantes das margens dos rios”.

Estado Solidário

Rui lembrou que, apesar dos desafios, a Bahia continuou fazendo investimentos, a exemplo do programa Estado Solidário, lançado em março de 2021. “É um pacote de ajuda econômica com múltiplas frentes, seja na educação e nos tributos, seja no microcrédito. De imediato, assumimos o aporte de mais de R\$ 17 milhões para o pagamento das faturas residenciais de água de cerca de 860 mil baianos consumidores de baixa renda, beneficiários de tarifa social”.

Na área da educação, o programa contempla medidas como o Auxílio Alimentação, de R\$ 55 por estudante, e a bolsa de R\$ 100 para 52 mil monitores de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Científica, do programa Mais Estudo. Também integram a iniciativa o Programa Educar Para Trabalhar, com a oferta de mais de 200 mil vagas para cursos de qualificação profissional na primeira etapa, e o Bolsa Presença, que é voltado a famílias com filhos matriculados na rede estadual de ensino e em condição de vulnerabilidade socioeconômica e que vai garantir o pagamento de R\$ 150 por família inscrita no CadÚnico.

Também fazem parte do programa medidas como a prorrogação do pagamento do IPVA para transporte escolar, de turismo e autoescolas, e a prorrogação e parcelamento do ICMS de março e abril para 60 mil empresas, além do pagamento de contas da Embasa por três meses para 860 mil baianos e linhas de crédito especial de R\$ 100 milhões para microempreendedores

formais e informais. “É um esforço fiscal gigantesco para a Bahia, mas a serviço da principal ação de governo que, na minha opinião, é cuidar da saúde e da vida das pessoas. E disso eu não abro mão”, ressaltou o governador.

Outros investimentos

Ainda em seu discurso, Rui lembrou outros investimentos realizados pelo Governo do Estado ao longo dos últimos sete anos. “Nesse período, realizamos o maior programa de proteção de encostas que a Bahia já viu, onde investimos R\$ 216 milhões nessas obras que salvam vidas; recuperamos mais de 8 mil quilômetros de estradas, com aporte da ordem de R\$ 2 bilhões; e estamos aplicando R\$ 2,3 bilhões em apoio à agricultura familiar, por meio do Bahia Produtiva. Além disso, estamos fazendo o maior investimento em infraestrutura escolar já realizado na história da Bahia. Somente de 2021 para cá, aplicamos R\$ 2,9 bilhões em construção, ampliação e requalificação de escolas”.

Os investimentos realizados na área da saúde com as policlínicas regionais também foram destacados pelo governador Rui Costa. “Até o fim do ano, teremos 26 policlínicas em funcionamento. Um investimento de R\$ 814 milhões com recursos do Governo do Estado. Já construímos e implantamos 23 dessas unidades. Em breve, será inaugurada a Policlínica de Santa Maria da Vitória, na Bacia do Rio Corrente, e a do Recôncavo, em São Francisco do Conde. Recentemente, iniciamos a construção da Policlínica de Ilhéus”.

Concluindo sua participação na solenidade, Rui citou as ações do Governo do Estado na área da Segurança Pública. “Aplicamos mais de R\$ 2 bilhões, desde 2015, em estruturas físicas, na compra de equipamentos, no aprimorando do setor de inteligência, no aumento do efetivo e na valorização dos policiais militares, civis e técnicos”, ressaltou.

Repórter: Tácio Santos

Governo estuda diminuir IPI de todos os setores

Guedes afirma que parte do aumento da arrecadação é permanente, o que permite baixar a alíquota. Seria uma forma também de conter a inflação, que ultrapassa 10% em ano eleitoral. e destinar menos recursos aos estados

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@globo.com.br
BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que estuda a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que incide sobre a indústria nacional e cuja alíquota varia conforme o produto. Para Guedes, o aumento da arrecadação federal permite a redução dos tributos.

— Então quando falar em redução do imposto federal, seja o imposto sobre diesel, porque o Brasil roda em cima do diesel. Seja o IPI, para reduzir a incidência de impostos sobre os mais frágeis, (como) fogão, geladeira, máquina de lavar roupa. Toda uma classe mais vulnerável precisa avançar e tem esses impostos — disse Guedes, em evento do mercado financeiro.

A redução dos impostos também é uma estratégia do governo para tentar conter a inflação, que está acima de 10% e vem corroendo o salário do trabalhador em ano eleitoral. Baixar o IPI sobre todos os produtos, exceto cigarros e bebidas, é um dese-

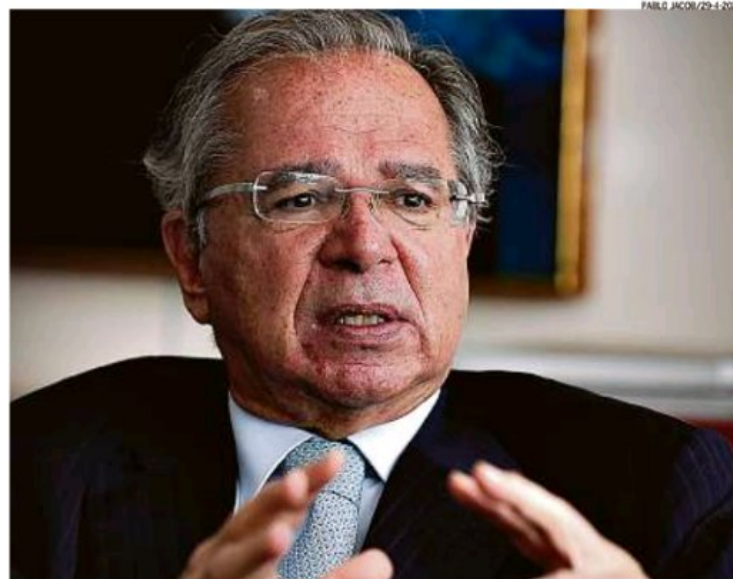
jo antigo de Guedes, que agora volta à mesa.

No caso do diesel, para reduzir o imposto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) exige uma compensação — seja por aumento de receita ou corte de despesa — porque se trata de um benefício a um setor específico. Mas não é necessário compensar uma redução geral do IPI, por se tratar de um benefício a todos os setores. Guedes citou que tem reduzido os tributos sobre produtos importados, num processo de abertura comercial.

— Nós já estamos sinalizando: vamos a começar a reduzir os impostos indiretos também, e ali na frente podemos ter uma abertura (comercial) um pouco maior — afirmou.

BENEFÍCIO PARA INDÚSTRIA

A redução do IPI também é uma forma do Ministério da Economia se contrapor aos aumentos de salários já concedidos ou prometidos por governadores, que estão com os caixas cheios. Metade da receita do IPI e do Imposto de Renda (IR) é repartida com



Abertura comercial. O ministro Paulo Guedes disse que já começou a reduzir impostos de produtos importados

estados e municípios:

— Se não querem fazer uma reforma do IR, esse aumento de arrecadação não vai ficar na mão do estado obeso. Esse aumento de arrecadação, um pedaço tem que ser repassado.

O ministro afirmou que o

aumento de arrecadação deve ser compensado com redução de imposto. A ideia inicial, disse, era fazer isso por meio da reforma do IR, que está parada no Senado. Segundo o ministro, a arrecadação subiu R\$ 300 bilhões, dos quais R\$ 100 bilhões são permanentes.

Guedes disse que até 20% desse aumento de arrecadação permanente podem “beneficiar o setor industrial” e o “consumidor de massa”.

Segundo o ministro, o custo inicial da proposta de redução dos preços dos combustíveis seria de R\$ 120 bi-

Quase 600 mil entram no Simples para ter Refis

> Quase 600 mil empresas aderiram ao Simples Nacional em janeiro, divulgou a Receita Federal ontem. A alta procura foi provocada pelo prazo estendido para a regularização de débitos de empresas deste regime. O Comitê Gestor do Simples mudou para o dia 31 de março o

fim do prazo para pleitear a negociação dos débitos.

> O prazo maior dá tempo para o Congresso se articular para derrubar o veto do presidente Jair Bolsonaro ao projeto que parcela R\$ 50 bilhões de dívidas de pequenas e microempresas. (Fernanda Trisotto)

lhões e incluiria um fundo:

— Experiências de fundos deram errado. Uma primeira versão que circulava falava em R\$ 120 bilhões. Isso é três vezes o que era o Bolsa Família. É mais fácil erradicar a pobreza do que subsidiar a gasolina.

Redução de combustível pode ser feita por projeto de lei

Governo desiste de PEC para preservar teto de gastos. Gasolina ficará de fora

BRASÍLIA

O governo estuda alterar a forma como pretende reduzir os impostos sobre os combustíveis para afastar qualquer possibilidade de mudança no teto de gastos, lei que impede o aumento das despesas federais acima da inflação.

A proposta que o Palácio do Planalto negocia com o Congresso não é mais uma proposta de emenda constitucional, a chamada PEC dos Combustíveis, e sim um projeto de lei. Outro ponto é que agora a redução dos tributos vai ser somente sobre o diesel e sobre o gás de cozinha — e

não incluir a gasolina.

Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), confirmou a nova proposta.

—Então, vai se focar no diesel e vamos ver que medida se toma também com o gás, porque é importantíssimo e atinge uma camada da população mais carente — afirmou, após se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

O texto da proposta e a forma de encaminhamento ainda não estão fechadas pelo governo, mas é certo que ela será apresentada por um parlamentar aliado ao Palácio do Planalto, provavelmente o futuro líder do governo no Sena-

do, Alexandre Silveira (PSD-MG), que toma posse esta semana.

A ideia, com isso, é afastar a possibilidade de o presidente Jair Bolsonaro ser acionado no Tribunal Superior Eleitoral, já que a redução de impostos pode ser vista como a concessão de benefício, o que é vedado em ano eleitoral. Por isso, inclusive, Bolsonaro tem destacado em suas declarações que é o Congresso que deve apresentar a proposta.

As duas alterações em relação às ideias originais do Palácio do Planalto representam um alinhamento do texto ao que Ministério da Economia



Sem alívio. Governo desistiu de cortar imposto da gasolina, para baixar preço

queria e tentam vencer resistências do mercado, que teme um descontrole fiscal.

Inicialmente, a ideia do governo era permitir uma redução generalizada dos impostos federais sobre a gasolina, o diesel, o gás de cozinha e a energia elétrica por meio de uma Proposta de Emenda à Constitui-

ção (PEC). Agora, a intenção é fazer a redução do PIS/Cofins sobre o óleo diesel e para o gás por meio de um projeto de lei complementar. A mudança não é meramente de tramitação do texto.

Por mudar a Constituição, integrantes da equipe econômica temem que a PEC saia do

controle do governo, autorizando uma série de despesas e alterando a regra do teto de gastos (a principal âncora fiscal do país).

Além disso, não é possível vetar uma Proposta de Emenda à Constituição. A PEC não trata diretamente do teto de gastos, mas o risco da proposta ir por esse caminho pesou na avaliação do governo.

MAIS FÁCIL DE APROVAR

Ao reduzir os impostos por projeto de lei complementar, o governo afasta o risco de mudar o teto de gastos (já que ele não pode ser mudado por projeto de lei). Também consegue vetar trechos da proposta.

Além disso, seria mais fácil avançar com a proposta. Aprovar uma PEC exige aprovação por, pelo menos, 308 de 513 deputados e 49 de 81 senadores) enquanto o projeto de lei precisa do voto de 257 deputados e 41 senadores. (Manoel Ventura)

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman,

Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,

Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos,

Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral

(financeiro, planejamento e novos negócios), Marcelo Benez (comercial)

e Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Rédeas institucionais

Após novos atritos, Supremo volta a lembrar Bolsonaro dos limites que o contém

Jair Bolsonaro voltou a exibir desconforto com os limites estreitos em que se move desde a suspensão de seus ataques contra o Supremo Tribunal Federal, que chegaram ao auge com as arruaças golpistas de setembro.

No início de janeiro, o mandatário criticou os ministros Alexandre de Moraes e Luis Roberto Barroso, acusando ambos de trabalhar pela candidatura de seu principal adversário na corrida presidencial, o petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Na semana passada, Bolsonaro se recusou a atender uma intimação de Moraes para depor sobre sua participação no vazamento de informações sigilosas de uma investigação que examinou um suposto ataque cibernético ao Tribunal Superior Eleitoral.

A delegada à frente do inquérito da Polícia Federal concluiu que Bolsonaro cometeu crime ao divulgar dados do caso no ano passado, quando ele os usou para fazer mais uma abjeta tentativa de disseminar dúvidas sobre a segurança das urnas eletrônicas.

O depoimento marcado pelo ministro do STF era a chance que Bolsonaro tinha para justificar suas ações antes da conclusão do inquérito, mas ele preferiu não comparecer, alegando que assim exercia seus direitos como investigado.

Com a popularidade em baixa e as eleições se avizinhand, o presidente faz o que pode para man-

ter seus apoiadores mais radicais mobilizados. Alimentar a fantasia de que as autoridades arquitetam fraudes para impedir sua vitória eleitoral faz parte do plano.

Bolsonaro joga na confusão, submetendo as instituições a estresse permanente, mas é fácil perceber que suas provocações caem com frequência cada vez maior no vazio.

Nesta terça (1), coube ao ministro Luiz Fux, presidente do STF, recordar ao mandatário inquieto os limites que o constroem. "Não há mais espaços para ações contra o regime democrático e para violência contra as instituições públicas", discursou, na reabertura dos trabalhos do Judiciário.

O ministro Alexandre de Moraes assumirá a presidência do TSE dentro de poucos meses, em agosto. No ano passado, ele ameaçou mandar para a cadeia os que tentarem sabotar o processo eleitoral espalhando mentiras como as que Bolsonaro patrocina.

Em setembro, a ministra Rosa Weber chegará à presidência do STF. Foi ela quem mandou suspender a execução das emendas orçamentárias dos aliados de Bolsonaro no centro no fim do ano, exigindo mais transparência para a liberação dos recursos.

Se é certo que as tensões entre os Poderes tendem a crescer com a proximidade das eleições, cabe ao Judiciário fazer valer a disposição enérgica anunciada até aqui.

UTI fiscal

Não está superado o déficit primário, que torna país mais vulnerável aos humores do mercado

Por sete anos consecutivos, a partir de 2014, o Estado brasileiro precisou de dinheiro emprestado para bancar o conjunto de suas despesas com pessoal, custeio administrativo, benefícios sociais e investimentos. Essa situação vexatória, conhecida no jargão econômico como déficit primário, não se repetiu no ano passado.

Conforme os dados divulgados pelo Banco Central, em 2021 as receitas federais, estaduais e municipais com tributos e outras fontes não financeiras de recursos superaram os gastos da máquina estatal em R\$ 64,7 bilhões. O resultado propicia um alívio nada desprezível — o que não significa que o país tenha deixado a UTI orçamentária.

De melhor, a dívida pública, indicador mais costumeiro da saúde fiscal, despencou de 88,6% para 80,3% do Produto Interno Bruto, o que reduz os temores de uma explosão decorrente do combate aos efeitos da pandemia.

Trata-se, porém, de percentual ainda elevado demais para um país emergente. Em 2014, quando a petista Dilma Rousseff encerrava seu primeiro mandato e inaugurava a era dos déficits primários, o endividamento governamental não passava de 56,3% do PIB. Nada indica, ademais, que o su-

perávit vai se repetir neste ano de eleições gerais e despesas adicionais — sejam meritórias, como o Auxílio Brasil, sejam descabidas, como a ampliação do fundo para o financiamento de campanhas.

Muito do resultado de 2021 foi obtido, como se sabe, com a contribuição da indesejada escalada inflacionária para o aumento da arrecadação tributária. Também o crescimento da economia, de acordo com as projeções mais consensuais, será muito menor em 2022. O Estado brasileiro permanece longe da normalidade orçamentária — e o caso federal, por suas dimensões, é o mais grave. A reforma da Previdência e o repasse de reajustes salariais para os servidores contêm as maiores despesas, mas falta expansão mais consistente da atividade e da arrecadação para o equilíbrio das contas.

Faltam, sobretudo, entendimento e liderança política para reformas que permitam aos governos de todos os níveis concentrarem-se no provimento de serviços essenciais e prioritários.

Fazê-lo sem respeito aos limites do Orçamento significa iludir eleitores e esfolar contribuintes, além de tornar a administração pública e o país mais vulneráveis aos humores voláteis do mercado credor.



O livre-arbítrio salva Deus?

Hélio Schwartzman

O problema da teodiceia tem mais de 2.000 anos, de modo que não achei que causaria tanta polêmica ao evocá-lo em relação à pandemia, como fiz na coluna "Deus e a Covid". Mas, como estou até agora recebendo contestações, acho que vale a pena tentar esclarecer alguns pontos.

Conciliar o sofrimento presente no mundo com a existência de um Deus onipotente e benevolente é um problema real, que desafia filósofos e teólogos das mais diversas tradições. E nem é algo que os religiosos procurem esconder. É o tema mesmo do "Livro de Jó", incluído na Bíblia.

Em termos lógicos, a análise é simples. Se há um Deus onisciente, onipotente e benevolente, então não existe mal. Ora, há mal no mundo. Portanto, um Deus onisciente, onipotente e benevolente não existe. A forma do raciocínio, "modus tollens", é impecável. Se as premissas são verdadeiras, a conclusão também o é. Daí que, para esboçar uma resposta, é preciso negar ou relativizar a onipotência/oniscência de Deus, sua benevolência ou

a existência do mal.

Uma saída popular entre cristãos é recorrer ao livre-arbítrio. Existe mal no mundo porque Deus deu aos homens o poder de fazer escolhas. Ao concedê-lo, a possibilidade do mal tornou-se uma necessidade (ou o homem não teria escolhas). Engenhoso, mas por que introduzir o livre-arbítrio? Dá para imaginar razões teológicas para isso, mas não lógicas. Um mundo onde os homens só pudessem fazer o bem não violaria nenhum princípio lógico. Vários bichos vivem muito bem sem livre-arbítrio, que, segundo muitos neurocientistas, não passa mesmo de uma ilusão.

De todo modo, o argumento do livre-arbítrio explicaria no máximo o mal provocado por ações humanas, não o resultante de desastres naturais.

Não vejo problema em alguém ser religioso. Há estudos sugestivos de que se-lo faz bem à saúde. O preço a pagar, porém, é conviver com algumas contradições. Nada que já não façamos todos os dias.

heio@uol.com.br

Aposentadoria antecipada

Bruno Boghossian

O PT anunciou a aposentadoria de alguns de seus quadros. Na semana passada, Lula disse que Dilma Rousseff não deve ocupar nenhum cargo no governo caso ele vença a próxima eleição. Outros petistas seguiram o exemplo: em declarações públicas nos últimos dias, Guido Mantega e José Dirceu descartaram uma volta à Esplanada dos Ministérios em 2023.

O partido se antecipou para deixar no papel figuras que podem se tornar incômodas na campanha. O time de Lula quer descolara a imagem do presidente das memórias da crise econômica evocadas com Dilma e Mantega, além das conexões de Dirceu com escândalos da era petista.

O trio ainda preserva influência em debates internos da sigla. Dilma participou segunda (31) de um seminário do PT que também contou com a presença de Lula. Mantega foi escalado pelo próprio ex-presidente para assinar um artigo com as ideias da legenda para a economia, e Dirceu tem viajado o país para encontrar políticas com aliados.

Os três, porém, passaram à condi-

ção de peças fora do jogo por dois motivos. O primeiro é a percepção de que corrupção e erros na economia são os pontos mais vulneráveis do PT. Lula tenta estabelecer um cordão sanitário em torno de nomes que se tornaram símbolos desses problemas e que costumam ser explorados por rivais interessados em ativar o antipetismo na campanha.

Além de amenizar desgastes, a equipe do ex-presidente também busca fazer uma levíssima sinalização de correção de rumos. Numa sigla com notória ausência de disposição à autocrítica, a ideia é enviar a mensagem de que um governo Lula pode seguir caminhos diferentes.

O próprio ex-presidente tentou reforçar o recado. "Eu pretendo montar um governo com muita gente nova, inportante e com muita experiência", disse, ao deixar de lado o nome de Dilma. Lula não vai afastar antigos escudeiros como Gleisi Hoffmann, Aloizio Mercadante e Franklin Martins, mas deve abrir espaço para os governadores Rui Costa, Hlávio Dino e Wellington Dias.

Quem matou Moïse?

Mariliz Pereira Jorge

Levouta uma semana para que viesse a público a história do assassinato do congolês Moïse Mugenyi Kabamgaba. Em que tipo de buraco incivilizado uma pessoa é amarrada, espancada, morta e abandonada na areia sem que isso se transforme imediatamente num escândalo? Sem que haja revolta e que a vida pare? No Brasil. No Rio de Janeiro.

A novidade é que Moïse não estava num matagal da periferia, onde se mata e se morre todos os dias. A violência a qual foi submetido aconteceu na Barra da Tijuca e revela daquels absurdos cotidianos que reafirmam a vocação macabra que o Estado abraçou nas últimas décadas, de paraíso do crime.

Quem mora no CEP "errado" enfrenta uma rotina de insegurança e barbárie que se alastrou como fogo na palha por todo Rio de Janeiro. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta que 24 de 30 cidades com mais de 100 mil habitantes no estado têm índices de violência superiores à média brasileira.

A capital ainda não está nessa lista, mas o reflexo da selvageria se vê nas áreas do cartão postal. Há cada vez mais notícias de tentativas de linchamento nas praias da Zona Sul. Gente que desacredita as instituições e prega que a "lei da selva" impera. Gente que enxerga algum tipo de justiça cada vez que um preto pobre é executado. Com o Rio entregue às milícias, a morte é menos importante do que a previsão do sol. Vida que segue.

É claro que nenhum crime é mais grave do que outro, assim como nenhuma vida tem mais valor do que outra. Mas algumas mortes viram símbolos de nossa falência como sociedade. Não é concebível que num estado pretensamente democrático um homem seja morto porque foi cobrar um pagamento atrasado. Tanto faz se na Baixada, na Barra da Tijuca ou na Zona Sul. Não é admissível que a morte da vereadora de uma capital continue sem solução depois de quase quatro anos.

A pergunta que se junta a tantas outras agora é: quem matou Moïse?

Pela razão ou pela dor?

Rodrigo Jungmann

Doutor em filosofia pela Universidade da Califórnia, é professor da Universidade Federal de Pernambuco

A história política humana se apresenta como uma luta inglória das forças da moderação e do diálogo contra as da agressividade e da intransigência. Nesses embates, a emergência de uma imprevista instituição, hoje americana, nos ofereceu um considerável alívio: a democracia liberal — o melhor caminho já dividido pela espécie para lidar com a realidade inapetível do conflito, moral, político ou de outra sorte.

Não há nada de errado nas divisões.

Mas a excessiva polarização, radicada na nossa propensão tribal à divisão do mundo entre um nós de pureza e retidão e um eles de desvio e perversidade, dificulta cada vez mais a operação normal da democracia, que não se faz sem compromisso e transigência. É uma pena que esta última escasseie quando julgamos que a discordância é sinal inequívoco de má-fé.

As redes sociais nos tornam imensuravelmente mais tribais. É que agora as pessoas já se apresentam de modo tão "segregadas" por insidiosos algoritmos.

Instaura-se uma tendência, dissecada por autores como Cass Sunstein e Robert Talisse: passamos cada vez mais a procurar os nossos assenhalados, e a convivência quase exclusiva com eles só confirma e reforça as nossas crenças. Mais ainda: dá nos um forte sentido de pertencimento a um grupo que reputamos moralmente superior. Nestas circunstâncias, como fazer a política com aqueles que são tidos como moralmente inferiores e mesmo abjetos? Temos um dilema insolúvel?

Em livros recentes, Talisse nos fornece duas respostas complementares. Em primeiro lugar, não devemos conferir excessiva importância à política. Isso mesmo. Visto na inteireza da sua complexidade, o próximo aparece como realmente é. Posso concluir que meu vizinho é uma pessoa muito boa, independentemente de suas posições políticas. E o simples bom senso mostra, com efeito, que há pessoas sãs do ponto de vista moral na esquerda e na direita moderadas. E isso deve ser reconhecido.

A segunda proposta é um apelo ao autointeresse esclarecido. Grupos radicalizados tendem à intensa hierarquização. Ai de quem for demasiado conciliador com "o outro lado". Um tal indivíduo costuma ser enxotado pelo próprio grupo... A fragmentação dá resultante torna a simples prática da política cotidiana e comzinha menos apta a gerar resultados positivos e concretos. Em suma, devemos ser inteligentemente tolerantes com o outro lado, sob pena de sermos jogados no lixo pelo mesmo...

Esse é o apelo da razão. Se falhar, resta-nos aprender com a dor, como acontece quando a Europa jazia em ruínas ao fim da última grande guerra. Seremos tão tolos assim?

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Horizonte

O novo presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, começa a sinalizar os rumos que pretende dar à entidade após assumir o cargo no lugar de Paulo Skaf. Na reunião de diretoria desta segunda-feira (31), o empresário mostrou preocupação com a questão tributária e convidou a economista Vanessa Canado, ex- assessora de Paulo Guedes, para aconselhar a Fiesp no assunto. A ideia é que ela ajude a subsidiar a construção de uma proposta de reforma tributária.

TRÂNSITO Canado atuou no governo Bolsonaro como assessora especial do ministro da Economia e trabalhou em todos os principais projetos da reforma tributária do governo federal, antes de deixar o posto no início do ano passado. Hoje ela faz parte do comitê econômico da campanha do governador João Dória (PSDB) à Presidência.

URNA Escolha de Josué também chamou a atenção de industriais que assistem à definição de um novo perfil na presidência da Fiesp após 17 anos de Skaf no comando. Além de ser mais ligado ao presidente Jair Bolsonaro, inimigo político de Dória, Skaf também tinha desavenças pessoais com o tucano desde a campanha de 2018, quando disputaram a vaga no Palácio dos Bandeirantes.

AGORA VAI Aproveitabilidade de Josué com a questão tributária agradou industriais que viram no gesto um senso de urgência diante do problema.

TRAJETÓRIA Em 2019, o nome de Vanessa Canado, então diretora do CCIe, think tank do economista Bernard Appy cujos estudos basearam a antiga PEC 45, chegou a ser cotado para assumir a Receita.

SALA DE EMBARQUE A Anac decidiu nesta terça-feira (9) estender por 60 dias o prazo de validade de habilitações e certificações para profissionais da aviação. Segundo o órgão, a medida tem a ver com a nova onda da pandemia e pode ajudar a preservar a saúde dos trabalhadores diante do aumento de casos de Covid.

TEMPO A prorrogação vale para documentos com vencimento entre janeiro e fevereiro. Também abrangem autorizações, averbações, treinamentos e exames operacionais.

REPRISE A medida faz parte de uma nova leva de atos da Anac para lidar com a pandemia. A agência já havia adotado mudança semelhante em 2020, quando estendeu o prazo por 120 dias. Neste ano, o órgão atendeu ao pedido das aéreas brasileiras e permitiu a redução do número de comissários em voos para driblar o desfalque nas equipes.

com **Andressa Motter** e **Ana Paula Branco**

INDICADORES

JUROS
Jan., em % ao mês

Minimo	7,73
Maximo	8,00
Atual	4,05
Anterior	8,12

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência dezembro

Autônomo, empregador e facultativo	
Valor mín.	R\$ 1.100,00
Valor máx.	R\$ 6.433,57
20%	R\$ 220,00
20%	R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 1,1% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional.

O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17 jan.

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R\$ 1.100	5%	R\$ 55,00
------------	-----------	----	-----------

Assalariado

Até R\$ 1.100	7,5%
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48	9%
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22	12%
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 jan. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

DE OLHO Diante do imbróglio imobiliário que gerou um impasse para a expansão da Rede D'Or em uma área valorizada de Nova Lima, na região metropolitana de Belo Horizonte, já se discute internamente na empresa a possibilidade de levar o investimento para outra área no entorno da capital mineira.

PROJETO A prefeitura do município recebeu a Rede D'Or na semana passada para fazer um estudo de viabilidade sobre a possível ampliação do Hospital Biocor, adquirido pelo grupo de saúde em abril de 2021. Mas a região onde está localizada a instituição atravessa entraves para novas obras na vizinhança.

ALVARÁ O Ministério Público de Minas Gerais aponta irregularidades na aprovação da edificação de um empreendimento na área, o Hospital de Olhos, com potencial de impedir novos investimentos, e recomendou que a prefeitura não aprove novas construções em lotes da região até que sejam corrigidas as falhas.

ENTRADA Donos de bares e restaurantes calculam os impactos da Covid e da Influenza em suas operações no último mês. Segundo levantamento da Abrasel, associação do setor, 76% dos estabelecimentos tiveram de dispensar pelo menos um funcionário contaminado nos 30 dias anteriores à pesquisa, feita entre 15 e 27 de janeiro com 1.300 empresários. Em média, 1 a cada 4 trabalhadores foi afastado.

SOBREMESA O avanço da ômicron durante uma época que costuma ter forte movimento trouxe dor de cabeça para os empresários, que apostam na reaquecimento para colocar o caixa e as dívidas em dia. Apesar disso, a Abrasel diz que o setor apresenta tendência de recuperação.

DIGITAL O rapper Kanye West disse que não está interessado nos tokens não fungíveis (NFTs na sigla em inglês), por enquanto. Em uma rede social, ele, como preferir ser chamado, escreveu que seu foco está em "construir produtos reais no mundo real", como "comida real, roupas reais, abrigo real". O ativo é tido como tecnologia do futuro.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	7,5	142,80
De 1.903,99 até 2.826,65	15	354,80
De 2.826,66 até 3.751,05	22,5	636,13
De 3.751,06 até 4.664,68	27,5	869,36

Acima de 4.664,68

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP	
R\$ 1.296,32	Valor, em R\$
Empregado	116,66
Empregador	259,26

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 jan. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 9% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.

TCU vai investigar se BB prejudica estados de oposição em empréstimos

Reportagem da Folha aponta paralisa de operações em Alagoas e na Bahia; banco nega ingerência política e diz seguir critérios técnicos

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O TCU (Tribunal de Contas da União) abriu uma investigação para verificar se o Banco do Brasil está prejudicando estados de oposição ao governo Jair Bolsonaro na concessão de empréstimos.

A apuração foi instaurada após reportagem da Folha revelar que o banco tem travado operações com os estados de Alagoas e Bahia.

A representação foi feita pelo subprocurador geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado. O processo foi aberto nesta terça-feira (9) e está sob relatoria do ministro Aroldo Cedraz.

Como mostrou a Folha, o governo de Alagoas recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) para obter os recursos após o Banco do Brasil ter abandonado as negociações de um empréstimo de R\$ 770 milhões sem maiores justificativas.

O estado é governado por Renan Filho (MDB). Seu pai é o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que foi relator da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) responsável por investigar erros e omissões do governo federal na pandemia.

O governador também disputa protagonismo político no estado com o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), aliado do Planalto. A Bahia, chefiada por Rui Costa (PT), também enfrenta problemas para contratar operação de R\$ 228 milhões com o banco. Nos bastidores, há cobrança por "tratamento isonômico" entre os estados.

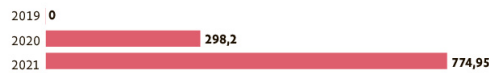
O Banco do Brasil nega ingerência política na concessão de empréstimos e afirma que segue "critérios técnicos". "Toda contratação de operações para o setor público segue estritamente as exigências legais dos órgãos reguladores, a avaliação de crédito e os interesses comerciais do BB", disse o banco.

Folha apurou, no entanto, que o vice-presidente de Governo do Banco do Brasil, Antônio Barreto, manifestou inclinação da instituição em viabilizar operações de um que tem "boa relação" com o atual governo. A sinalização foi dada em reunião com integrantes do Executivo no fim de 2021.

Barreto, que assumiu o cargo em maio do ano passado, já transitou por postos-chave na Esplanada dos Ministérios: foi secretário-executivo do Ministério da Cidadania e também atuou em áreas da Casa Civil no período em que

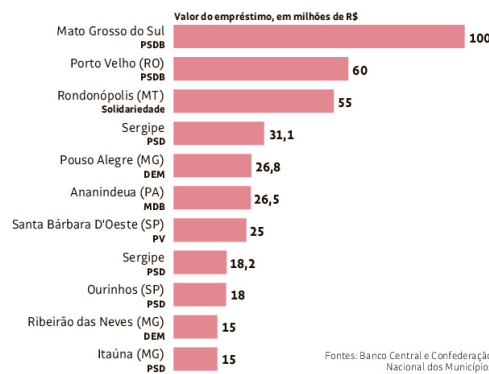
Banco do Brasil empresta milhões a estados e municípios sem cobrar garantia em caso de inadimplência

Valor das operações sem garantia, em R\$ milhões



Ranking de beneficiados por operações sem garantia do BB

Em 2021, por lugar e partido do prefeito/governador



Fontes: Banco Central e Confederação Nacional dos Municípios

“É razoável supor que, ao lado do rigor necessário na avaliação de riscos de qualquer empréstimo, haja uma equidade no relacionamento com os variados ‘clientes’ da instituição, no caso, os estados e municípios”

Lucas Rocha Furtado subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU

essas pastas foram chefiadas por Onyx Lorenzoni.

Antes, Barreto foi assessor de Gilberto Kassab, atual presidente do PSD, quando este era ministro de Ciência e Tecnologia sob Michel Temer (MDB). O executivo foi procurado via assessoria do BB, mas não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Em sua representação, Furtado cita o risco de "interferência indevida" da União sobre uma sociedade de economia mista com o Banco do Brasil, que "deve atuar de acordo com o que estabelece a Lei das Estatais e seus estatutos".

Entre os dispositivos legais mencionados pelo subprocurador estão os que punem o acionista controlador (neste caso, a União) por abuso de poder e os requisitos de transparência, competitividade, conformidade e equidade nas transações realizadas pelas empresas públicas.

"É razoável supor que, ao lado do rigor necessário na avaliação de riscos de qualquer empréstimo, haja uma equidade no relacionamento com os variados 'clientes' da instituição, no caso, os estados e municípios", diz Furtado.

Para o subprocurador, se confirmadas as irregularidades, a conduta dos gestores

representaria não só descumprimento da Lei das Estatais mas também afronta ao princípio constitucional da impessoalidade na administração pública.

Segundo ele, a política discriminatória na concessão de empréstimos "estaria incorrendo em flagrante desvio de finalidade pública".

Com o acolhimento da representação, o TCU vai apurar "eventuais ilegalidades e ofensa ao princípio constitucional da impessoalidade", assim como verificar "vulnerabilidades na governança da União em relação ao Banco do Brasil".

A investigação está sob responsabilidade da Secex-Finanças (Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional) do tribunal.

Em 2021, o BB concedeu R\$ 5,3 bilhões em créditos para estados. Dois terços desse valor foram para governos aliados ou de partidos que têm em seus quadros apoiadores da atual gestão federal.

Entre as legendas beneficiadas estão o PP, que integra a base do governo, além de PSD, MDB e PSDB, que se declaram independentes, mas têm parlamentares que dão sustentação a Bolsonaro em votações no Congresso.

Elevação de gastos com juros da dívida traz preocupação, afirma secretário do Tesouro

BRASÍLIA REUTERS O secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, afirmou nesta terça (9) que a elevação de gastos com juros da dívida pública é uma preocupação para o governo neste ano, em meio a um cenário de inflação alta que pressiona a casa despesa.

Em evento promovido pelo Banco Credit Suisse, Colnago disse que essa é uma das razões pelas quais o governo enfatiza a necessidade de venda de ativos e devolução de recursos emprestados anteriormente a bancos públicos.

“A variável que nos preocupa neste ano é o crescimento de gastos com juros nominais, isso é natural, tivemos repique inflacionário mundial”

Esteves Colnago secretário do Tesouro

Dessa maneira, seria possível melhorar a trajetória da dívida pública, indicador que, segundo ele, tem condições de ficar estável em 2022.

"A variável que nos preocupa neste ano é o crescimento de gastos com juros nominais, isso é natural, tivemos repique inflacionário mundial. O Banco Central já está adotando as medidas necessárias para combater, mas isso implica em maior gasto com juros", disse.

Nesta quarta (2), o BC deve elevar novamente a taxa Selic, atualmente em 9,25% ao ano.

O secretário afirmou que o governo negocia uma de-

volução de R\$ 100 bilhões ao Tesouro pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), mas previu que o valor a ser devolvido em 2022 deve ficar em torno de R\$ 60 bilhões.

Em 2021, o gasto com juros nominais ficou em R\$ 448,4 bilhões, alta de R\$ 136 bilhões no ano e equivalente a 5,17% do PIB — no fim de 2020 estava em 4,18%.

Essa despesa vinha em trajetória de redução desde 2015, quando estava em 8,4% do PIB. Em 2021, portanto, houve uma reversão dessa tendência. Bernardo Caram

mercado



O ministro da Economia, Paulo Guedes, que rejeita subsidiar preços da gasolina Antonio Molina - 17.nov.21/Folhapress

Governo estuda cortar IPI para pressionar estados sobre ICMS

Ideia é que governadores aceitem mudança na tributação de combustíveis

Ídiana Tomazelli e Fábio Pupo

BRÁSILIA O governo discute a possibilidade de fazer um corte linear em alíquotas do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) como forma de pressionar governadores a aceitar uma mudança na cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) dos combustíveis.

De acordo com técnicos ouvidos pela Folha, a redução no IPI pode ter um impacto de aproximadamente R\$ 40 bilhões — dos quais R\$ 22 bilhões nos cofres federais e R\$ 22 bilhões na arrecadação de estados e municípios, uma vez que a receita com o imposto é repartida entre os entes.

Segundo membros do governo, há cenários com corte de 10% a 50% nas alíquotas do IPI.

Caso a proposta seja implementada, só cigarros e bebidas continuariam com tributação mais elevada. Já produtos de linha branca ou automóveis teriam a carga reduzida.

Os estudos são feitos em meio às discussões acerca da redução de tributos sobre o combustível. Como mostrou o ministro da Economia, Paulo Guedes, após cogitar um corte amplo, o governo deve focar uma redução de PIS/Cofins sobre o diesel.

O Palácio do Planalto e a equipe econômica, porém, querem que os governadores também deem sua contribuição na redução. Para isso, o governo Jair Bolsonaro (PL) quer a aprovação do projeto de lei complementar 11/2022.

No texto, aprovado na Câmara em outubro e parado no Senado desde então, mudaria a cobrança do ICMS e estabelecerá limites para a tributação. Os estados, porém, resistem às alterações no imposto.

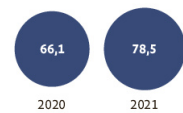
Ao mesmo tempo, governadores acenam com a possibilidade de usar o dinheiro disponível em caixa para conceder reajustes a servidores.

O governo federal rechaça o uso da arrecadação recorde de tributos com a expansão de despesas e defende que as receitas sejam devolvidas à população em forma de menor carga tributária. Por isso, caso os estados fiquem inertes em relação ao ICMS, a estratégia é drenar recursos por outra via.

Por ser um imposto regulatório, o IPI pode ter suas alíquotas alteradas por meio de decreto presidencial, sem necessidade de aval do Con-

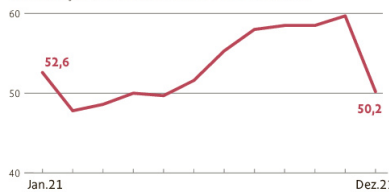
IPI e ICMS

Arrecadação anual com o IPI, em R\$ bi*



*Atualizado pela inflação
Fontes: Receita Federal e Confaz

Arrecadação dos estados com o ICMS, em R\$ bi



gresso Nacional — onde governadores exercem poder de pressão.

A estratégia passou a ser discutida em meio à tentativa da equipe econômica de enviar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para mexer na tributação dos combustíveis, com um sendo defendido no Palácio do Planalto.

A PEC seria usada para permitir a redução de alíquotas sem necessidade de compensação, afastando exigências da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A equipe de Paulo Guedes (Economia) já convenceu Bolsonaro a limitar o alcance da desoneração ao diesel, o que reduz o impacto da medida para até R\$ 17 bilhões. Um corte de alíquotas que alcançasse também gasolina, etanol e energia elétrica poderia custar mais de R\$ 70 bilhões.

Agora, a área econômica quer que o afastamento da LRF (que é uma lei complementar) se dê por meio de projeto de lei da mesma natureza — que precisaria ser sancionado por Bolsonaro após a aprovação no Legislativo.

O temor da equipe de Guedes é que, no caso de uma PEC, o Congresso acabe ampliando os cortes de tributos. Mudanças constitucionais são promulgadas diretamente pelos parlamentares, sem estarem sujeitas a veto presidencial — embora a confiança de integrantes na base parlamentar do governo mitigue parte da preocupação.

No Planalto, há preferência pela PEC porque há dúvidas sobre a possibilidade de o presidente fazer um corte de tributos dessa magnitude em 2022.

O receio é que a medida seja interpretada como um benefício, algo vedado pela lei eleitoral. À promulgação do texto pelo Congresso afastaria as digitais de Bolsonaro

sobre a medida.

O ministro da Economia também convenceu o presidente a descartar a criação de um fundo de estabilização de preços, que poderia custar até R\$ 120 bilhões e era defendida pelos ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência).

O fundo funcionaria, na visão da área econômica, como uma verdadeira interferência nos preços e, além do custo expressivo, teria chances elevadas de ser um fracasso e apenas jogaria dinheiro fora diante da escalada dos preços no mercado internacional.

Após discussões que reuniram diferentes ministros, a ideia do fundo foi descartada pelo governo. Ainda é analisada, no entanto, a viabilidade de um corte localizado de impostos sobre o diesel — ideia que poderia ir adiante mesmo com o corte generalizado do IPI em estudo.

Os combustíveis são uma preocupação para o governo e seus aliados, que temem o impacto dos preços nas eleições deste ano.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vem cobrando do Senado a votação do PLP 11/2022, que altera as regras de cobrança do ICMS.

O texto estabelece que as alíquotas definidas pelos estados para os combustíveis serão específicas, por unidade de medida adotada. Pelo texto, os percentuais seriam definidos anualmente pelos estados e vigariam por 12 meses.

Projeto impede as alíquotas de excederem, em reais por litro, o valor médio dos preços ao consumidor final praticados ao longo dos dois exercícios anteriores, acrescida da alíquota vigente ao final do ano anterior. Para o primeiro ano de vigência, os

Guedes concorda em reduzir 'um pouco' tributo sobre o diesel

BRÁSILIA O ministro Paulo Guedes (Economia) rejeitou nesta terça-feira (1º) a ideia de subsidiar os preços da gasolina, mas concordou em reduzir "um pouco" os tributos sobre o diesel.

Ele sugeriu que a transição para uma economia global mais sustentável e o processo de entrada na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) podem ir na direção contrária à ideia de um subsídio amplo para os combustíveis de automóveis.

"Estamos em transição para uma economia verde, para a OCDE digital. Será que deveríamos subsidiar a gasolina?", questionou em evento virtual do banco Credit Suisse.

A OCDE incluiu nos documentos que formalizam o início das negociações para o ingresso do Brasil na entidade obrigações de redução de desmatamento e medidas de mitigação de mudanças climáticas previstas no acordo de Paris, como mostrou a Folha.

Há resistências à ideia de apresentar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para frear a aceleração dos preços de combustíveis e Guedes tenta limitar o alcance da medida. Na segunda (31), Jair Bolsonaro afirmou que o governo desistiu de enviar uma PEC sobre o tema e que a solução deve vir do próprio Congresso.

Guedes disse que a PEC está sendo estudada e que as reduções de impostos estão sendo analisadas com moderação. Segundo ele, é possível reduzir os impostos sobre diesel "para o Brasil girar melhor".

"Nós arrecadamos em torno de R\$ 17 bilhões, R\$ 18 bilhões ao ano com o diesel. Poderíamos reduzir um pouco disso", afirmou.

Nas discussões da PEC, também foi analisado permitir que governadores reduzam o imposto estadual ICMS sobre os combustíveis. Mas Guedes buscou se distanciar do assunto.

"Se houver uma iniciativa do Congresso, esse é um problema político. Se eles quiserem limitar a incidência do ICMS, transformar de 'ad valorem' [com base no valor cobrado nas bombas] para 'ad rem' [valor fixo por litro], e limitar a 25% ou 20%, é um problema político, eu não entro nessa discussão."

Foi perguntado a Guedes sobre a ideia de eliminar o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), presente no plano de reforma tributária elaborado por ele. Sem mencionar diretamente

o tributo, disse que vários impostos serão um dia fundidos em um novo modelo.

O ministro defendeu que a arrecadação está crescendo de forma permanente e que esse aumento não deve ficar na mão do "Estado obeso", mencionando inclusive que seria bem-vindo um "teto de impostos".

"É bem-vindo, em vez de falar só de teto de gastos, pensar em teto de impostos. Eu sou um liberal. Os impostos têm que ter limites. A população não pode ser abusivamente explorada por imposto como é no Brasil", afirmou.

O ministro aproveitou para defender o governo e disse que a transição para uma economia mais liberal ainda não foi finalizada, mencionando que há oposição a isso inclusive dentro do governo. "Um segundo mandato é para dar sequência a essa transição. Estamos em uma transição incompleta", disse.

"Temos dificuldade para implementar as privatizações, apesar de o presidente ter 60 milhões de votos [nas eleições de 2018] e ter se comprometido com o programa liberal. Às vezes a oposição está dentro do governo, tem gente que não entende que essa transição precisa ser feita", disse.

Para Guedes, é preciso em um eventual segundo mandato voltar a buscar medidas como a desoneração e a desvinculação do Orçamento público, uma proposta que foi enviada ao Congresso mas não implementada da maneira imaginada pelo ministro.

Os BCs do mundo continuam dormindo no volante com a inflação, disse, enquanto o Brasil já tem elevado a taxa de juros para conter a escalada nos preços. Para Guedes, esse fator, combinado com as chuvas nos últimos meses, deve contribuir para o cenário. A previsão dele, inclusive, é que sejam removidas as bandeiras vermelhas na conta de energia em breve. **Fábio Pupo**

“
Nós arrecadamos em torno de R\$ 17 bilhões, R\$ 18 bilhões ao ano com o diesel. Poderíamos reduzir um pouco disso

Paulo Guedes ministro da Economia

MAURO MENEZES & ADVOGADOS

vem anunciar que passa a integrar a sua equipe, na condição de sócio-cotista, o advogado

RONALDO CURADO FLEURY

consagrado especialista em Relações de Trabalho e Negociação Coletiva, com atuação destacada em questões forenses e institucionais.

www.mauromenezes.adv.br

SÃO PAULO
Rua Apenininos, 222,
3º andar
Esfera Office Corporate
(11) 3070-0600

BRÁSILIA
SBS Quadra 1, Bloco K,
Edifício Seguradoras
5º e 14º andares
(61) 2195-0000

SALVADOR
Alameda Salvador, 1057,
14º andar - Salvador Shopping
Business, Torre América
(71) 4009-0000



Carga tributária Estados

Com altas da luz e da gasolina, arrecadação do ICMS bate recorde

Imposto estadual acumula R\$ 637 bilhões em 2021, aumento de 22,6% em relação ao ano anterior

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A arrecadação dos Estados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) bateu recorde e atingiu R\$ 637 bilhões em 2021, com crescimento de 22,6% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) obtidos pelo *Estadão/Broadcast*. Os governos estaduais não haviam registrado um crescimento nesse nível desde 1999, início da série histórica.

O aumento nos preços da energia elétrica e dos combustíveis turbinou a arrecadação dos governos estaduais no ano passado, além da retomada de atividades econômicas após o período de maior restrição da pandemia de covid-19. O tributo entrou na discussão sobre o preço dos combustíveis em ano eleitoral. O presidente Jair Bolsonaro pressiona os governadores a reduzirem a alíquota, após terem congelado a cobrança. Eles, porém, não querem abrir mão da arrecadação e dizem não contar com a "ajuda" da inflação para repetir o resultado neste ano.

Bolsonaro negocia uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para eliminar a cobrança de impostos do governo federal e dos Estados sobre o diesel. A medida deve ser debatida no início dos trabalhos do Congresso neste ano, que serão retomados hoje (*leia mais nesta página*).

Especialistas avaliam que o ano eleitoral pode até levar o poder público a desonerar os combustíveis, mas a medida pode não reduzir os preços para o consumidor e ainda causar um efeito fiscal negativo com a economia do País estagnada.

CAIXA. Os Estados que mais tiveram crescimento na arrecadação do imposto foram

Mato Grosso, com incremento de 45,5%, e Goiás, com aumento de quase 32% em relação às receitas de 2020. Quase todos os outros tiveram aumento de arrecadação superior a 20%.

O ICMS representa 86% da arrecadação direta dos Estados. A maior parte da arrecadação é destinada ao pagamento de funcionários públicos. Além disso, um quarto das receitas é transferido para municípios. Por isso, mexer na arrecadação do tributo tem gerado polêmica.

"O ICMS é um grão de areia no preço e tem um impacto grande nas contas apertadas em 2022 para Estados e municípios. Não vamos contar, espero, com elevação da inflação que ajudou nas receitas em 2021. Deve ter, e desejamos é queda da inflação", afirmou o governador do Piauí e coordenador do Fórum dos Governadores, Wellington Dias (PT).

Queda de braço Apesar do resultado, governadores rejeitam redução de alíquota sobre combustíveis

O que os Estados argumentam é que a arrecadação recorde em 2021 não pode servir de parâmetro para uma redução do ICMS sobre os combustíveis neste ano. "Aqui em Minas, se formos absorver isso e voltar a pagar atrasado o salário dos servidores públicos e parcelar o décimo terceiro em dez meses, eu não aceitarei", disse o governador de Minas, Romeu Zema (Novo).

PREÇO. O ICMS é apenas parte da composição do preço da gasolina e do diesel, mas o aumento dos preços acaba turbinando a arrecadação dos governos estaduais. No ano passado, os derivados de petróleo foram responsáveis por 17% da arrecadação do ICMS nos Estados. Além dos

impostos, o preço do combustível é calculado com base no valor cobrado pela Petrobras nas refinarias, que vem sendo impactado pelo aumento do preço do petróleo no mercado internacional e do dólar, moeda influenciada por turbulências políticas.

FUNCIONALISMO. Há ainda o componente eleitoral. Como mostrou o *Estadão*, ao menos 14 governadores, que devem concorrer a cargos neste ano, projetam recomposições inflacionárias ou aumentos reais para 2022 aos servidores. Parte deles já aprovou projetos que miram determinadas categorias, com destaque para professores e policiais.

Pelo lado das receitas, a PEC dos combustíveis pressiona os governadores a mexerem no ICMS, mas pode não surtir efeitos a um custo fiscal alto. "O impacto pode ser nenhum até. Os Estados terão a faculdade de reduzir ou não o ICMS do combustível, e os governos estaduais são altamente dependentes do ICMS", disse o coordenador do curso de Tributação sobre Consumo do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet), André Félix Ricotta de Oliveira. "O governo federal está sinalizando assim: Eu estou reduzindo e o seu governador está fazendo o quê? Se o governador tiver interesses políticos, ele vai ficar em uma situação complicada."

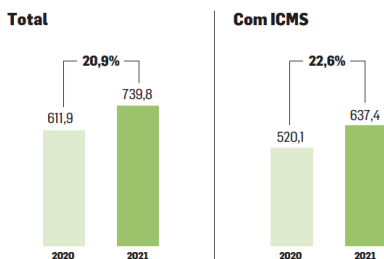
Na avaliação do especialista, o aumento nos preços dos derivados de petróleo no mercado internacional e a pressão inflacionária ainda insistente apontam para um preço ainda alto dos combustíveis neste ano, o que deve manter os cofres estaduais abastecidos em 2022. "Se os preços não aumentam, o ICMS também não arrecada mais. No final das contas, o preço deve continuar aumentando para o contribuinte porque não há nenhuma política efetiva nem da União nem dos Estados", disse Oliveira. ●

COFRES CHEIOS

Com inflação em alta e a retomada da economia, Estados têm aumento na arrecadação do ICMS

Arrecadação de tributos estaduais

EM BILHÕES DE REAIS



Arrecadação do ICMS por Estado em 2021

ESTADO	EM BILHÕES DE REAIS	VARIAÇÃO SOBRE O ANO ANTERIOR
MATO GROSSO	18,66	45,5%
GOIÁS	21,32	31,4%
RONDÔNIA	5,72	30,6%
MINAS GERAIS	67,81	29,3%
RIO GRANDE DO SUL	41,53	27,5%
TOCANTINS	4,2	27,5%
ESPIRITO SANTO	13,84	26,7%
RORAIMA	1,57	26,5%
BAHIA	28,35	26,1%
SÃO PAULO	188,97	26,1%
ALAGOAS	4,86	26,1%
AMAPÁ	1,28	26,1%
SANTA CATARINA	26,96	25,6%
MATO GROSSO DO SUL	13,83	24,7%
PARANÁ	39,13	24,2%
ACRE	1,7	23,7%
PARAÍBA	7,52	23,1%
PARÁ	15,36	22,8%
CEARÁ	16,24	22,8%
PERNAMBUCO	21,64	22,5%
MARANHÃO	9,98	22,1%
SERGIPE	4,28	21,2%
RIO DE JANEIRO	47,14	20,7%
PIAUI	7,71	20,6%
AMAZONAS	13,02	20,4%
RIO GRANDE DO NORTE	6,87	17,8%
DISTRITO FEDERAL	9,89	14,0%

FONTES: CONFAZ / INFOGRÁFICO. ESTADO

Proposta do Senado autoriza isenção de tributo federal no diesel

Em um pacote de projetos que tramita na Casa, o Senado decidiu incluir a proposta de uma autorização para o governo federal zerar os impostos federais, afirmou o relator, o senador Jean Paul Prates (PT-RN). A medida dispensaria o governo de enviar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), possibilidade colocada em dúvida no momento.

Ainda não há definição, porém, se o texto vai dispensar o Executivo de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e compensar a de-

soneração. "Com a PEC, o governo poderia querer isentar para sempre a cobrança de impostos sobre combustíveis fósseis, o que eu sou contra, mas talvez consiga (*incluir dispensa da LRF*) algo momentâneo. Ainda vou analisar isso", disse Prates.

Os projetos podem ir a votação em fevereiro. O pacote do Senado também envolve um programa de estabilização dos preços do combustível com recursos oriundos de um imposto sobre exportação do petróleo e dividendos da Petrobras devidos à União. A arrecadação poderia ser usada para reduzir os impactos da subida de preços do petróleo no mercado internacional. ●**W.**

FOTO: GUSTAVO CAVALARI/AGÊNCIA BRASIL

pressreader

A Síndrome de Burnout e os cuidados do empregador

ARTIGO

Daniel de Lucca e Castro e

Láiza Ribeiro Gonçalves

São advogados trabalhistas,

sócios do Escritório Brasil

Salomão e Matthes.

E-mails: daniel.castro@brasil-saloma.com.br e laiza.ribeiro@brasil-saloma.com.br

Desde 1.º de janeiro de 2022, a Organização Mundial da Saúde reconhece a Síndrome de Burnout como doença ocupacional, inserida na Classificação Internacional de Doenças (CID) sob o código CID QD85. A enfermidade está conceituada como “resultado do estresse crônico no local de tra-

balho, que não foi gerenciado com sucesso”, e caracterizada por três dimensões: sentimento de exaustão ou esgotamento de energia; aumento do distanciamento mental do trabalho ou sentimentos de negativismo ou cinismo relacionados ao trabalho; e pela redução da eficácia profissional.

Apesar do burburinho em torno dos reflexos da novidade nos contratos de trabalho e na Previdência Social, o assunto não é novo no Judiciário Trabalhista. Há muito tempo vivemos com reclamações trabalhistas que buscam o reconhecimento das alterações psicológicas e físicas sofridas pelo empregado como de origem ocupacional ou por ela agravada.

No âmbito da Previdência Social, o afastamento do trabalho

Sua obrigação é proporcionar aos seus colaboradores um ambiente de trabalho saudável

com o reconhecimento ocupacional desta patologia coloca os empregadores em alerta, com a responsabilidade de atentarem para esse fato com o devido enquadramento da doença, além das já conhecidas consequências do surgimento de uma enfermidade do trabalho.

É cada vez mais latente a necessidade de adoção e imple-

mentação de medidas de prevenção à Síndrome de Burnout, que devem ser tomadas pelo empregador, cuja obrigação é proporcionar ao seu quadro de colaboradores um saudável meio ambiente do trabalho, conforme preconiza o artigo 225 da Constituição Federal e o artigo 157 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ressaltamos que, nas ações trabalhistas de reconhecimento do Burnout como doença ocupacional, a responsabilidade do empregador é subjetiva, caracterizada por sua conduta culposa.

Importante lembrar que as Normas Regulamentadoras 07 e 09, que tratam do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Programa de Prevenção de Ris-

cos Ambientais (PPRA), também têm observância obrigatória nesses processos.

Em tempos pandêmicos, com predominância da execução laboral totalmente em casa ou em regimes híbridos, é cada vez mais importante o empregador não perder de vista o direito do empregado de se desconectar do trabalho, além de adotar práticas de gestão mais eficazes em relação à saúde de seus funcionários tanto física como psicológica e emocional. Vivemos um momento bastante oportuno para inserir a saúde integral dos colaboradores no *compliance* da empresa, gerenciando riscos e evitando problemas futuros em relação a processos que envolvem descuidos com a questão da saúde dos funcionários. ●

Orçamento Controle de gastos

Sem o teto, governo fica refém do Congresso, diz mentor da medida

Economista Marcos Mendes afirma que ‘qualquer governo que seja eleito não vai chegar chutando o balde e vai tentar arrumar a casa’

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O economista Marcos Mendes, um dos criadores do teto de gastos, afirmou que o presidente eleito em outubro não vai recuperar o controle do Orçamento no ano que vem e nem conseguir governar se resolver acabar com a regra fiscal, que atrela o crescimento das despesas à inflação. A norma foi criada em 2016, ainda no governo do ex-presidente Michel Temer, e muito modificada no ano passado.

“Quem for eleito presidente da República e for assumir em 2023 vai ter todo o interesse em ter algum mecanismo de controle da despesa porque, se não, vai ficar mais refém ainda do Congresso e não vai conseguir governar”, afirmou Mendes em entrevista ao *Esta-*

dão/Broadcast. Por isso, o economista disse acreditar que o teto sobrevive ao período eleitoral.

As eleições de outubro anteciparam um debate sobre o futuro do teto de gastos e o controle do Orçamento, que ficou nas mãos do Congresso durante o governo do presidente Jair Bolsonaro. Uma nova alteração no teto, ou até mesmo a revogação da âncora fiscal, já faz parte dos discursos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do atual presidente.

Para Mendes, o ataque ao teto é um discurso eleitoral que vai ser revisto por quem de fato estiver no poder em 2023. “Qualquer governo que seja eleito não vai chegar chutando o balde e vai tentar arrumar a casa. Quem se eleger vai ter de tentar retomar o controle do Orçamento e ao mesmo tempo manter um controle da despesa total. Se não conseguir nem uma coisa nem outra, não governa.”

PROPOSTA. Lula passou a defender uma nova dinâmica para o Orçamento da União, devolvendo o controle para o Executivo e revendo o teto de gas-



AMANDA PEROBELLI/ESTADÃO-25/4/2018

Para Mendes, há pressão por gastos principalmente com pessoal

tos. “Quem tem que fazer o Orçamento é o governo, a Câmara aprovar e o governo executar”, disse o petista na segunda-feira, durante um seminário interno do PT. Bolsonaro também criticou o teto e tem dado mais protagonismo ao Congresso com a liberação de emendas parlamentares.

Uma das propostas avaliadas por economistas ligados a Lula é manter apenas a meta de resultado primário, prevista

“Quem se eleger vai ter de tentar retomar o controle do Orçamento e ao mesmo tempo manter um controle da despesa total.”
Marcos Mendes
Economista

na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como âncora fiscal.

A tese é de que, com superávit primário – ou seja, arrecadando mais do que gasta –, o País não precisaria de teto. “É um discurso equivocado porque o teto foi criado para o governo fazer uma poupança no período em que a arrecadação está melhorando e lidar com essa situação durante a recessão. Se com qualquer surto de arrecadação você torra logo o dinheiro, nunca vai ter condições de enfrentar situações difíceis lá na frente”, disse Mendes.

DIVISÃO. De R\$ 140 bilhões em despesas discricionárias (investimentos e custeio da máquina pública), o Congresso passou a definir livremente o destino de R\$ 40 bilhões, considerando o valor total das emendas parlamentares, incluindo o orçamento secreto, e as despesas com o fundo partidário e o fundo eleitoral. Os investimentos, por outro lado, caíram ao menor nível da história em 2022.

Mendes é contra a proposta de retirar os investimentos do teto, ideia que entrou no radar das campanhas. “Os investimentos vêm caindo desde 1990, muito antes de ser criado o teto. Criou-se um viés contra os investimentos não por conta de restrição legal, mas por motivação política e pressão por gastos correntes, principalmente folha de pagamento e benefícios sociais.” ●

Funcionalismo ‘Isso é absurdo’

Guedes critica dar reajuste para sucessor pagar

BRASÍLIA

Apesar de o presidente Jair Bolsonaro ter sancionado o Orça-

mento de 2022 com previsão de aumento para servidores, com a projeção de gastos inclusive para o ano que vem, o ministro da Economia, Paulo Gue-

des, criticou o governo Michel Temer por conceder reajustes pagos pelo governo atual.

“Isso é muito irresponsável. Um governo não pode con-

denar o governo seguinte a dar um aumento de salários. Isso é absurdo. Agora se sentiram à vontade para fazer isso, me obrigaram a dar o aumento e deixaram o teto (*de gastos*) no lugar sem conseguirem fazer as reformas”, criticou, em participação virtual na Latin Ame-

rica Investment Conference, organizada pelo Credit Suisse.

Bolsonaro sancionou a verba de R\$ 1,7 bilhão, negociada para atender policiais federais, grupo estratégico para Bolsonaro em ano eleitoral, e causou reação de outras categorias. ●

EDUARDO RODRIGUES e LORENNNA RODRIGUES

PRELADO ESTIMANDO O PRECISO PARA O CONTROLE ORÇAMENTAL DE PARTICIPANTES

pressreorder



Fábio Alves

E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve

E agora, Copom?

Está praticamente escrito em pedra que o Copom irá elevar a taxa Selic em 1,50 ponto percentual, para 10,75%, ao fim da sua reunião de política monetária hoje. Mas a questão para os investidores é se irá sinalizar outra alta dos juros na mesma magnitude em março ou se irá diminuir o ritmo do aperto.

Diante de cenários externo e doméstico incertos, o Copom poderá correr riscos desnecessários se avisar ao mercado agora que irá desacelerar o ritmo de alta de juros já na próxima reunião de março. Se as circunstâncias se tornarem mais desfavoráveis ao balanço

de risco da inflação até lá, o Copom poderá ser forçado a voltar atrás na eventual promessa de reduzir o ritmo do aperto.

Na sua última reunião, em dezembro, o Copom disse que o ciclo de aperto monetário iria avançar para um território "significativamente contracionista". Isso para fazer a inflação convergir para a meta no horizonte relevante, que inclui 2022 e, cada vez com maior peso, 2023.

Naquela reunião, o Copom projetou inflação de 4,7% em 2022 e de 3,2% em 2023, levando em conta o cenário básico, em que a taxa Selic subiria para 11,75% ao longo deste ano, mas

encerraria o ano em 11,25%, e ainda um dólar partindo de R\$ 5,65. Na mais recente pesquisa Focus, os analistas do mercado estimam uma inflação de

Com a inflação por volta de 10%, o Copom precisa criar um colchão de segurança

5,38% em 2022 (acima do teto da meta de 5,0%) e de 3,50% (o centro da meta é de 3,25%).

De um lado, as projeções do Copom no seu cenário básico já estão bem defasadas em com-

paração com o que prevê o mercado. De outro, o dólar se apreciou significativamente, encerrando a R\$ 5,30 na segunda-feira, o que, em teoria, dá um alívio aos preços da economia.

Mas, desde a sua última reunião, o cenário só se tornou mais desfavorável. Primeiro, a inflação corrente voltou a surpreender para cima: o IPCA-15 de janeiro subiu 0,58%, enquanto o mercado esperava alta de 0,45%. Depois, a percepção fiscal piorou, com a ameaça, por exemplo, de desoneração dos impostos sobre combustíveis sem uma compensação, enquanto os preços do petróleo seguem pressionados.

Por último, o Federal Reserve endureceu sua postura, sinalizando que vai subir os juros americanos mais vezes e mais rapidamente.

Sem falar que a eleição presidencial deve começar a gerar mais turbulência em breve. Com a inflação corrente por volta de 10%, o Copom precisa criar um colchão de segurança para atravessar tantas incertezas no curto prazo e antecipar a alta da Selic para entre 12% e (provavelmente mais perto de) 13%. Assim, não dá para sinalizar já uma redução no ritmo de alta de juros. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEB. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quintzenalmente) • TER. Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Ney e Demi Getschko (quintzenalmente) • QUA. Fábio Alves • QUI. Adriana Fernandes • SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revizão quinzenalmente) e Pedro Doria • SAB. Adriana Fernandes • DOM. José Roberto Mendonça de Barros (quintzenalmente) e Alfonso Celso Pastore (quintzenalmente), Paulo Leme (1º domingo do mês), Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Indicadores Reunião do Copom

Selic deve voltar aos dois dígitos depois de quase cinco anos

CÍCERO COTRIM
MARIANNA GUALTIERI

alta de 1,5 ponto percentual da Selic, em fevereiro e março, mas ele não descartou o risco de um

aumento residual mais à frente. "O BC tem sinalizado que não vai forçar a mão para ten-

tar trazer essa inflação para meta (de 3,50%) já neste ano, mas isso não significa que,

com uma inflação próxima de 6%, ele não tenha de atuar com mais agressividade", disse. ●

Após quase cinco anos, a Selic, taxa de juros básica, deve voltar ao patamar de dois dígitos. A expectativa unânime do mercado financeiro é de que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central vai elevar a taxa em 1,5 ponto percentual hoje, dos atuais 9,25% para 10,75%. A última vez que a Selic esteve em dois dígitos foi em maio de 2017 (10,25%).

Por trás dessa alta acelerada dos juros – a Selic estava em 2% no início do ano passado –, está a inflação em patamares muito elevados. O cenário com que o Copom precisa lidar na reunião desta semana

Mercado A expectativa é de pelo menos mais duas altas da taxa básica, em fevereiro e março

inclui inflação acima da esperado no IPCA-15 de janeiro e a sinalização do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de que pode começar a subir juros a partir de março.

"Começamos 2022 com uma inflação de 10%, e as pressões para o ano são diferentes das vistas em 2003 e 2016. Naqueles momentos havia a política, a política fiscal e o câmbio ajudando. Desta vez, o Banco Central está totalmente sozinho e com riscos muito presentes e claros ao longo de 2022, além de elementos adicionais", afirmou Sérgio Vale, da MB Associados.

Para Vale, haverá ainda duas

Análises e comentários de grandes nomes do agronegócio em artigos exclusivos para o **broadcast** agro



ALCIDES TORRES - Engenheiro agrônomo, fundador e CEO da Scot Consultoria



PLINIO NASTARI - Presidente da DATAGRO Consultoria e do IBIO - Instituto Brasileiro de Bioenergia e Bioeconomia



ANA LUIZA LODI - Economista com mestrado na Unicamp, é analista de grãos e oleaginosas da StoneX



ROBERTO RODRIGUES - Ex-ministro da Agricultura, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas



ANDRÉ NASSAR - Ex-presidente do Conselho de Administração da Embrapa e atual presidente-executivo da Abiove - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais



RODRIGO LIMA - Advogado, doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais (PUC-SP) e sócio-diretor da Agroicone



ANDREA CORDEIRO - Consultora em commodities agrícolas e comercialização



RUBENS BARBOSA - Presidente-executivo da Abitrigo e diretor-presidente do Irice



LIGIA DUTRA SILVA - Advogada, mestre em direito internacional pela UFSC e diretora de Relações Internacionais da CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil



A melhor plataforma em tempo real para quem acompanha o agronegócio

Grande São Paulo: 11 3856.3500 / Outras localidades: 0800 0113000
www.broadcast.com.br

PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSRECORDER
COPONING AND FINANCIALS BY PRESSRECORDER

pressrecorder

Funcionalismo Área de interesse

Apoiador de Bolsonaro vai ocupar Corregedoria da Receita

LORENNA RODRIGUES
BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, nomeou um simpatizante do presidente Jair Bolsonaro como novo corregedor da Receita Federal. O cargo estava vago desde julho passado e ganhou relevância depois de o senador Flávio Bolsonaro

(PSL-RJ), filho do presidente, ter acionado o órgão alegando que havia irregularidades na atuação de auditores que investigaram a acusação de "rachadinha" quando ele era deputado estadual no Rio. O caso foi arquivado.

A nomeação de João José Tafner foi publicada ontem no *Diário Oficial* da União. Auditor fiscal desde 2007, ele apoiou a

campanha para deputado federal do também auditor Marcus Dantas, do PSL. Em fotos nas redes sociais, Tafner aparece ao lado do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e de Dantas durante a campanha de 2018 em evento de apoio a Bolsonaro e usando uma camiseta da seleção brasileira – que se tornou "uniforme" dos apoiadores do presidente.

Tafner é tido no órgão como bolsonarista. Além disso, a indicação chama a atenção porque Tafner não ocupava funções de liderança dentro do Fisco. De acordo com dados do Portal da Transparência, ele não tinha cargo gratificado, dado a chefes, desde 2014.

Apesar de ser simpatizante do governo, Tafner não foi a primeira escolha do clã Bolso-

naro para ocupar o cargo. O presidente Bolsonaro chegou a convidar Dagoberto Lemos para o posto, o que provocou reação dentro da Receita. O então secretário José Tostes tinha escolhido, com apoio de Guedes, Guilherme Bibiani. Procurada, a Receita não se manifestou a respeito da nomeação até a conclusão desta edição. ●

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS

DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS E MUITO MAIS.

É HOJE, DIA 02/02, ÀS 14h, ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS

FIAT TORO ULTRA AT9 D4 21/21
FORD ECOSPORT XLT 2.0 FLEX 10/11
HONDA HR-V EXL CVT 19/19
FORD RANGER XLT CD4 32 13/14
BMW 320I ACTIVE FLEX 16/17
JEEP COMPASS LONGITUDE D 18/18

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO AO LADO E ACESSSE ESTE LEILÃO.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

FACEBOOK.COM/SODRESANTORO | INSTAGRAM.COM/SODRESANTORO | YOUTUBE.COM/USERLEILAOSSODRESANTORO | RUA TITO, 66 - VILA ROMANA, SÃO PAULO/SP

Indicadores Alta de custos

'Inflação da indústria' tem aumento recorde de 28,4% em 2021, diz IBGE

VINICIUS NEDER
RIO

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui preços da indústria extrativa e de transformação, registrou queda de 0,12% em dezembro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IB-

GE). Mesmo com essa queda, o IPP de indústrias fechou 2021 com aumento de 28,39%, o maior da série anual do indicador – iniciada em 2014.

O IPP mede a evolução dos preços de produtos na "porta da fábrica", sem impostos e fretes, da indústria extrativa e de 23 setores da indústria de transformação. Segundo o ge-

rente do IPP no IBGE, Alexandre Brandão, a inflação ao produtor recorde foi causada por uma combinação de fatores que elevaram os custos de produção, como a alta do dólar e das cotações internacionais de matérias-primas e os problemas climáticos que afetaram a produção agrícola nacional no meio do ano passado.

O primeiro fator destacado por Brandão é o dólar. A taxa de câmbio teve depreciação média de 9,8% no ano passado, segundo o IBGE. "Em outros anos, tivemos até uma depreciação maior, mas 10% não é desprezível. É um efeito que atinge de várias formas. Aumenta o preço em real das commodities (exportadas pelo Brasil) e também das que importamos", afirmou Brandão.

A alta nos preços das matérias-primas foi generalizada, apesar do alívio nas cotações do minério de ferro nos últimos meses. Com o avanço nas cotações do barril de petróleo,

a alta recorde do IPP foi puxada pelos preços de refino de petróleo e biocombustíveis, que saltaram 69,72%. Sozinha, a atividade teve impacto de 5,88 ponto percentual na variação agregada do indicador.

Efeito Pesquisa mostra alta generalizada no preço de matérias-primas usadas pelas fábricas

Também estão em alta as matérias-primas agrícolas, como soja, milho, açúcar e café. ●

PREÇO AO PRODUTOR DE MATÉRIAS-PRIMAS USADAS PELAS FÁBRICAS
CÓDIGO AO LADO E ACESSSE ESTE LEILÃO
pressreeder

Mais de 50% dos votos de Rosa Weber foram pró-contribuinte na pandemia

Levantamento do Insper revela perfil da ministra, que será a próxima presidente do STF

Por Gilmara Santos — De São Paulo

02/02/2022 05h03 · Atualizado há 5 horas



Rosa Weber: sobre a tese do século, votou a favor dos contribuintes tanto em relação ao mérito como na modulação — Foto: Nelson Jr./SCO/STF

A partir de setembro, a ministra Rosa Weber assume a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF). Uma análise do perfil da magistrada em relação a questões tributárias, realizada por professores do Insper, com base em inteligência artificial,

revela que, nos anos de 2020 e 2021, mais de 50% dos votos dela foram favoráveis aos contribuintes.

Considerando esse período mais recente, durante a pandemia, em que um volume recorde de processos tributários foram julgados pela Corte, o levantamento do instituto de ensino concluiu que a ministra proferiu 24 votos favoráveis aos contribuintes, 19 desfavoráveis e 3 parcialmente desfavoráveis.

“A ministra Rosa Weber é muito atenta à colegialidade e, em temas de alto impacto, evita decisões monocráticas [de um ministro só], levando para a apreciação do Plenário”, diz o professor e tributarista Breno Vasconcelos, do Insper. “Além disso, suas decisões são bem fundamentadas e citam muitos precedentes do STF”.

O professor conta que, há cinco anos, o instituto analisa o perfil dos ministros do Supremo. Com base em inteligência artificial, dizem que é possível entender quantitativamente e qualitativamente como cada ministro se posiciona.

Ao analisar os acórdãos do STF de um outro período, entre 2017 e 2019, a ministra foi a quarta magistrada do Supremo que mais votou a favor dos contribuintes. “Ficou atrás apenas dos ministros Celso de Mello e Marco Aurélio Mello, que já se aposentaram, e de Luís Roberto Barroso”, diz a professora tributarista Carla Novo, também do Insper.

Nesse período, o volume de votos da ministra, pró-contribuinte, é de 40%. “Nessa análise comparativa, ela não tem percentual tão alto porque quando fala em voto de turma, por exemplo, tem muitos acórdãos em que negou provimento por questões processuais”, explica Carla.

Para Vasconcelos, isso comprova o perfil equilibrado dela. “Fica reforçado quando se olha para os votos que ela proferiu como relatora: foram cinco relatados, com três votos favoráveis ao contribuinte, um parcialmente e um neutro”, complementa Carla. Nos 19 casos em que votou de forma contrária ao contribuinte, a magistrada não atuou na relatoria.

Entre os votos favoráveis aos contribuintes, os tributaristas destacam a tese do século - pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins (RE nº 574.706). Com a retirada do imposto estadual, os valores a pagar ao governo federal ficaram menores.

Sobre a tese do século, Vasconcelos aponta que Rosa Weber votou favoravelmente aos contribuintes tanto em relação ao mérito como também no julgamento que definiu a modulação de efeitos da decisão. “Entendeu que não era o caso de modular sobre o tempo em que surtiria efeito. Afirmou ainda que, em caso de litígios tributários, sempre vai ter um impacto e a modulação esvaziaria o próprio contencioso tributário”, diz o professor.

Em seus argumentos nesse processo, a ministra destacou que “não há que se falar em cenário de alteração ou modificação de jurisprudência deste STF (...) a decisão proferida no presente RE apenas confirmou interpretação jurídica há muito sinalizada por este Tribunal”, disse. Em relação à possibilidade de modulação, considerou ainda que “por óbvio que o argumento do impacto orçamentário é relevante para o Direito, mas essa relevância não pode ser traduzida em interesse jurídico imediato”.

No voto proferido no julgamento sobre crédito de PIS e Cofins para a compra de sucata, chamou a atenção de tributaristas e economistas a ministra considerar a elasticidade de mercado (RE nº 607.109). “No regime de mercado, em que os agentes têm liberdade para fixar os seus preços, nunca será possível garantir que, por exemplo, uma diminuição da carga tributária se converterá numa efetiva redução do preço cobrado pelo vendedor de um bem, além de fatores outros”, declarou Rosa Weber.

Os professores do Insper também destacam a personalidade de Rosa Weber na relação com os advogados representantes dos contribuintes e os procuradores da Fazenda. “Ela recebe memoriais e faz audiência. Não é fechada para ouvir os argumentos das partes”, afirma Carla sobre a futura presidente da Corte.

O período durante o qual a ministra for presidente do STF não deverá ser de instabilidade, segundo Vasconcelos. “Ela tem

consistência, é discreta, não vai gerar polêmica. Além da colegialidade, é preocupada com a segurança jurídica”, diz.

Os professores avaliam também que, quando cai um processo nas mãos da magistrada, se as partes fizerem um trabalho bem-feito de análise dos votos anteriores dela, terão um prognóstico do voto a ser proferido. “Ela não vai sacar argumento do nada”, afirma Vasconcelos.

Pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV Direito SP, Thiago Buschinelli Sorrentino pondera que é preciso considerar as funções que o presidente recebe e que os demais ministros não têm. “Ele assume uma posição política, pensando no próprio sistema”, ressalta.

O presidente do Supremo tem ao menos três faculdades poderosas: definir a pauta da Corte, conceder a suspensão de segurança, liminar ou tutela antecipada com efeito abrangente e assumir também a presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Olhando para o passado tem essa amostragem de que se posicionou mais a favor [do contribuinte] do que contra, mas ela não é ministra conhecida por tratar matéria tributária com muito interesse e nem muito a fundo”, diz o pesquisador da FGV. Segundo ele, Rosa Weber vai sentir se há clima de estabilidade econômica para propor esses casos. “É natural de todos os ministros que assumem a presidência”, compara.

Dentro do Plenário, Sorrentino estima que a ministra vai analisar previamente, se há consenso, seja de mérito ou modulação, antes de colocar temas tributários na pauta de julgamentos. “Ela não deve pautar coisas que não têm certa segurança em relação à decisão, para garantir estabilidade neste momento tão conturbado do país”, analisa. “Deve pautar matéria sem muita repercussão e que não traga prejuízo ao erário público”, acrescenta.

O CNJ define a política administrativa e financeira do Judiciário. Isso acontece, ao estabelecer metas mensuráveis para os magistrados, cujo descumprimento pode gerar consequências

negativas para as suas carreiras. “Nesse contexto, a nova presidente poderia estimular o CNJ a envolver-se na propositura de soluções para as execuções fiscais, como a própria revisão da fase administrativa de controle da validade do crédito tributário”, indica o professor da FGV.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

As melhores de 2021 agora com desconto e frete grátis

BRASPRES

Saiba mais

LINK PATROCINADO

Tênis Adidas Breaknet Masculino

R\$ 229,99

NETSHOES

Compre!

LINK PATROCINADO

Todos acima de 50 anos precisam desse relógio que monitora a saúde!

LIFEWATCH

LINK PATROCINADO

Testamos: Novo dispositivo restaura potência para economizar combustível

JET MAGAZINE

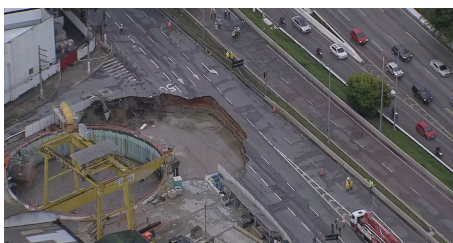
LINK PATROCINADO

Kit com 10 toalhas de banho gigantes - Algodão Egípcio

CASA E CONFORTO

Ver ofertas

Mais do Valor Econômico



Secretário diz que a previsão é liberar pista central da marginal Tietê em 10 dias

Via foi interditada após uma cratera se abrir ao lado das obras da Linha 6-Laranja do metrô de São Paulo na terça-feira

02/02/2022 10:01 — Em Brasil

Corte moderado de imposto é possível, afirma Guedes

Ministro descarta fundo de estabilização de combustíveis

Por Estevão Taiar e Marcelo Ribeiro — De Brasília

02/02/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas



O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo federal estuda reduzir de maneira moderada alguns impostos. Entre eles, estão os que incidem sobre o diesel e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Guedes também criticou a ideia de criar um fundo de estabilização para preços de combustíveis.

“Estamos estudando isso [redução de impostos] com muita moderação, quais impostos poderiam ser moderadamente reduzidos”, disse, em evento virtual promovido pelo Credit Suisse. Se confirmada, a redução de impostos ocorrerá num ano de eleição e servirá de munição para a campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) por um segundo mandato.

Ontem, o **Valor** publicou que o governo avaliava zerar a alíquota do IPI. No evento, Guedes foi questionado sobre o tema e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis.

“Sempre foi parte do nosso programa que aumentos de arrecadação seriam transformados em simplificação ou redução de impostos”, afirmou.

O ministro mencionou que no ano passado a arrecadação cresceu quase R\$ 300 bilhões em relação a 2020, dos quais R\$ 100 bilhões foram de ganhos permanentes.

“Se não querem fazer uma reforma do IR [Imposto de Renda], esse aumento da arrecadação não vai ficar na mão de um Estado obeso”, disse.

De acordo com Guedes, a fim de diminuir os impostos, o governo federal poderia abrir mão, por exemplo, de 10% a 20% do crescimento estrutural da arrecadação. Nesse caso, o déficit primário cresceria do 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) registrado no ano passado para algo em torno de 0,6% a 0,7%, nos cálculos dele.

Segundo o ministro, a redução do IPI serviria “para beneficiar o setor industrial, o consumo de massa” e “reduzir a incidência de

impostos sobre os mais frágeis". Já a arrecadação sobre o diesel está em torno de R\$ 18 bilhões por ano.

"Poderíamos reduzir um pouco isso aí também", afirmou.

No caso da redução dos impostos sobre gasolina, Guedes se mostrou menos favorável. De acordo com ele, talvez não faça sentido adotar uma medida semelhante a um subsídio para a gasolina "se estamos em direção a uma economia verde". Ele ainda disse que "já estamos começando a sinalizar que vamos reduzir impostos indiretos também".

No evento, o ministro foi questionado sobre a proposta de criação de um fundo de estabilização para os preços de combustíveis e fez duras críticas à ideia, considerada por ele com poucas chances de sucesso e cara. "Mais de 80% dos fundos para estabilização de preços [de combustíveis] em outros países deram errado", afirmou. "Os que estão vivos custam muito caro para a população."

Guedes destacou, por exemplo, que a primeira proposta a respeito do tema indicava gastos anuais na casa dos R\$ 120 bilhões, "três vezes o que era o Bolsa Família".

"É mais fácil erradicar pobreza do que subsidiar gasolina", disse.

Após reunião com Guedes, na noite de segunda-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já tinha dado mais detalhes sobre o rumo que a discussão deve tomar. Lira afirmou que o projeto que tratará do preço dos combustíveis deve se restringir à tributação do óleo diesel. A redução de impostos sobre gasolina e álcool não deve ser incluída na proposta. Ele indicou que o governo também estuda alguma medida em relação ao preço do gás de cozinha.

"Está afastada a possibilidade do fundo [de estabilização]. E na questão da gasolina e do álcool, aparentemente, também. Então vai focar no óleo diesel. Vamos ver que medida vai se tomar sobre o gás, porque é importantíssimo e atinge uma camada da população muito carente", afirmou Lira.

No ano passado, a gasolina subiu 47,5%, e o etanol, 62,3%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE. Já o óleo diesel ficou 46% mais caro no ano, e o gás de botijão subiu 37% em 12 meses.

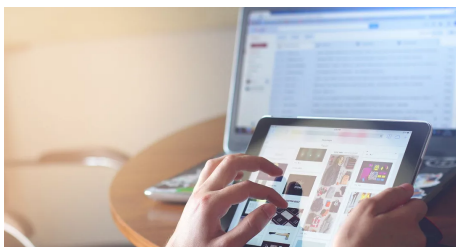
O governo federal chegou a avaliar a criação do fundo de estabilização para o preço dos combustíveis, mas a hipótese perdeu força diante da perspectiva de que não haveria recursos suficientes para amenizar a alta do dólar e do petróleo nos próximos meses.

Também está descartada que a redução do ICMS, tributo cobrado pelos Estados sobre os combustíveis, seja incluída no texto da PEC. A proposta ficará restrita a tributos federais. “Aqui as discussões [ficaram concentradas] de maneira bem ampla nos impostos federais, do que o governo pode fazer”, disse Lira.

Guedes ainda afirmou no evento do Credit Suisse que “a previsão é que sejam removidas as bandeiras vermelhas [de energia] logo ali à frente”, diminuindo os preços.

“O regime de chuvas voltou a reabastecer reservatórios”, disse.
(Colaboraram Lu Aiko Otta e Edna Simão)

Mais do Valor **Econômico**



Apple prioriza iPhones, enquanto entregas de iPad continuam apertadas

A Apple diz que a escassez dos chamados chips de nós legados atingiu particularmente o iPad, o que levou a receita do segmento a cair 14,1% no ano, para US\$ 7,3 bilhões nos três meses até dezembro

02/02/2022 09:54 — Em Empresas

UE quer dar “selo verde” a investimentos em energia

Redução é alternativa à alta de preços, defende Colnago

Secretário especial do Tesouro e Orçamento critica proposta de criação de fundo para equalizar combustíveis

Por Anais Fernandes — De São Paulo

02/02/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

A redução de tributos sobre os combustíveis, em estudo pelo governo federal, é uma alternativa cara para contornar a disparada de preços, mas melhor do que a criação de um fundo de estabilização, afirmou Esteves Colnago, secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia.

“Não acredito que um fundo de estabilização funcione. Não creio que tenhamos força suficiente para mudar preços que, de certa forma, são mundiais”, disse ele durante um evento do Credit Suisse ontem. “A impressão é que a gente gastaria muito dinheiro e teria efetividade baixa.”

A redução de impostos federais sobre combustíveis “é fiscalmente muito cara”, reconheceu Colnago. Ele afirmou, no entanto, que há um clamor da sociedade e político por alternativas e que essa é uma medida possível. “Acho até que ela pode ter efeito no curto prazo”, disse ele, lembrando ações do governo de Michel Temer. “Seria diferente do fundo, seria menos caro e teria um efeito de curto prazo.”

O próprio Colnago se questionou se este seria o melhor momento para o debate e respondeu: “Fiscalmente falando, acho que nunca é um bom momento, mas o ideal, talvez, fosse que a gente tivesse um superávit ou caminhando para isso”.

Sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que voltou à mesa da equipe do ministro Paulo Guedes, conforme mostrou ontem o **Valor**, Colnago disse que o tema é discutido há muito tempo.

“É uma medida que, nesse sentido, vejo com melhor olhos do que a redução de tributos nos combustíveis, porque teria uma redução geral para a indústria, ganho de competitividade”, disse ele.

Colnago afirmou que há estudos mostrando que parte do ganho de arrecadação do governo observado no ano passado é estrutural. “Talvez a gente possa devolver um pedaço do que foi estrutural para a sociedade.”

Em relação ao cenário fiscal, o secretário afirmou que o crescimento dos gastos com juros é uma variável que preocupa neste ano. “É natural, está tendo um repique inflacionário que, de certa forma, é mundial, e o Banco Central está fazendo as medidas para combater. Isso implica maior gasto com juros nominais.”

Ele lembrou, no entanto, que a venda de ativos e a devolução de recursos que foram repassados aos bancos públicos devem ajudar “a dar uma segurada” no juro nominal e na dívida. Segundo o secretário, o governo negocia uma devolução de R\$ 100 bilhões ao Tesouro pelo BNDES, mas ele reconheceu que o valor para 2022 deve ficar mais perto de R\$ 60 bilhões.

A dívida bruta do governo geral passou de 88,6% do PIB em 2020 para 80,3% em 2021, e a projeção é de relativa estabilidade neste ano, disse Colnago. “Não há descontrole do endividamento, ele se mantém mais ou menos constante. Vamos olhar com atenção os juros e as rolagens, mas há plenas condições de manter em torno de 80%”, afirmou. O secretário reforçou que o “colchão de liquidez” do Tesouro, superior a R\$ 1,1 trilhão, é suficiente para toda a rolagem de dívida em 2022.

Olhando à frente, Colnago manifestou o desejo de um arcabouço fiscal que tivesse alguma medida de endividamento como âncora. Não seria, porém, uma relativização do teto de gastos, que ainda é uma regra essencial, afirmou Colnago. “Não vejo a gente com maturidade para caminhar do teto para outra variável no momento.”